



Estudo da presença da Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista.

Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça

Mariana Martins Tomé

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitetura Paisagista

Orientadores: Professora Doutora Sónia Talhé Azambuja

Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Júri:

Presidente: Doutora Maria João Prudêncio Rafael Canadas, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Vogais: Doutora Ana Luísa Brito dos Santos de Sousa Soares, Professora Auxiliar do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

Doutora Sónia Maria Loução Martins Talhé Azambuja, Professora Auxiliar Convidada do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa

AGRADECIMENTOS

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”

Fernando Pessoa

Agradeço, em primeiro lugar, aos orientadores: Professora Doutora Sónia Talhé Azambuja, pela disponibilidade e apoio permanente no desenvolvimento desta dissertação e ao Professor Doutor Virgolino Ferreira Jorge, pela transmissão de conhecimentos, apoio e disponibilidade que me permitiram melhorar os conteúdos deste trabalho.

À Diretora do Mosteiro de Alcobaça, Dra. Ana Pagará, pela disponibilidade em agendar e realizar a visita à cerca do Mosteiro.

Aos funcionários da Câmara Municipal de Alcobaça, Ana Cláudia Vasconcelos e Paulo Gonçalves, pela disponibilidade no empréstimo e envio de bases digitais sobre a cidade e o concelho de Alcobaça.

Ao Engenheiro José Pedro Tavares, pela disponibilidade, simpatia e auxílio na recolha de informação relativamente ao Mosteiro de Alcobaça e à própria cidade.

Ao Doutor Mário Fortes, em funções na Direção-Geral do Património Cultural, pelo apoio e disponibilidade demonstrada na angariação da legislação relativa ao património paisagístico.

Um enorme agradecimento à Professora Doutora Manuela Mendonça, Presidente da Academia Portuguesa de História, pelo apoio, dedicação, ajuda, carinho e disponibilidade demonstrados.

À minha família, principalmente aos meus pais e à minha irmã, pela presença constante, compreensão, apoio e afeto.

Aos meus amigos, em geral, mas em particular àqueles que sempre estiveram do meu lado e me apoiaram ao longo deste percurso.

Ao Tiago, pela paciência, carinho, força e apoio incondicional.

RESUMO

Esta dissertação consiste num estudo sobre a presença da Ordem de Cister em Portugal, sendo a proposta de recuperação da cerca da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça o seu principal foco.

Com este trabalho pretende-se contribuir para acentuar a importância das cercas monásticas como património cultural e paisagístico, que exigem uma necessária e mais presente intervenção da Arquitetura Paisagista. Para compreender a sua inequívoca importância, torna-se indispensável referir o papel dos monges agrónomos no ordenamento do território, concretamente na Estremadura, cuja presença e ação teve um impacto tão considerável que as suas marcas chegam aos dias de hoje, nomeadamente ao nível da sábia administração de terras e do desenvolvimento agrícola, florestal e económico da região que lhes foi doada.

Impôs-se, por isso, estudar e compreender esta ordem monástica que tanto contribuiu para o ordenamento da paisagem, através de uma pesquisa bibliográfica, buscando a sua origem e posterior história, até à sua instalação em Portugal e, muito particularmente, em Alcobaça. É neste lugar de fixação dos monges cistercienses, que radica o caso de estudo desta dissertação: a Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, que constitui património mundial, assim reconhecido pela UNESCO. E, no entanto, apesar desta classificação, a cerca não está nela incluída, surgindo apenas abrangida pela Zona Especial de Proteção do mosteiro. Como tal, e considerando essa omissão, é necessário valorizar o potencial paisagístico deste espaço, esboçando uma proposta para um plano de recuperação. Com ela pretendemos restaurar a dinâmica deste lugar, perspetivando um futuro aproveitamento, tanto histórico como turístico, pois de momento esse espaço encontra-se abandonado, não sendo visitável. Este plano, que será realizado respeitando o significado do espírito do lugar (*genius loci*), objetiva ser um contributo para a efetiva valorização, gestão e conservação desta cerca monástica.

PALAVRAS-CHAVE: Ordem de Cister, Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, História e Teoria da Arte dos Jardins, Cercas Monásticas, Património Cultural e Paisagístico

ABSTRACT

This work consists in a study on the presence of the Cistercian Order in Portugal, the main focus being the proposition for the recovery of the enclosure area around the Royal Abbey of Santa Maria de Alcobaça.

This thesis is intended to help highlight the meaning and importance of monastic enclosure areas as cultural and landscape heritage, which require a necessary, and more present, intervention of Landscape Architecture. To understand its unequivocal importance, it is essential to mention the role of the agronomist monks in landscape planning, specifically in Estremadura, whose presence and actions had such a significant impact that their imprint survives to this day, particularly in terms of a wise land management and agricultural, forestry and economic development of the region that was bestowed to them.

Thus, it is required to study and understand this monastic order, that has contributed so much to landscape planning, through literature research: seeking their origin and subsequent history, up to their arrival and settlement in Portugal, particularly in Alcobaça. It is in this place, where the Cistercian monks settled, that the case study of this thesis finds its roots: the Royal Abbey of Santa Maria de Alcobaça, a world heritage site recognized by UNESCO. However, despite this classification, the enclosure area is not included in it, and is only covered by the buffer zone of the monastery. As such, and considering this omission, it is necessary to value the landscape potential of this space, outlining a proposal for a recovery plan. With it, we intend to restore the dynamics of this place, envisioning a future use, both historical and touristic, given that, currently, this space is abandoned, and cannot be visited. This plan, which will be developed while respecting the meaning and spirit of the place (*genius loci*), aims to be a contribution to the effective enrichment, management and conservation of this monastic enclosure.

KEYWORDS: Cistercian Order, Royal Abbey of Santa Maria of Alcobaça, History of Garden Arts, Monastic Enclosure, Cultural and Landscape Heritage

ÍNDICE

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Lista de Figuras	vii
Lista de Quadros	ix
Lista de Peças Desenhadas	x
Lista de Anexos	xi
Abreviaturas e símbolos	xii
Introdução	1
Enquadramento Geral.....	1
Objetivos.....	2
Metodologia	2
I - A Europa Medieval e a Ordem de Cister	3
I.1 Pensamento filosófico medieval e a relação do Homem com a paisagem	3
I.2 A Regra Beneditina. Os monges de Cluny. A reforma de Cister	5
I.3 A expansão europeia no século XII e a liderança dos Cistercienses	10
I.4 A Arte, a Arquitetura e o património cisterciense.....	12
II – A presença cisterciense em Portugal e sua incidência paisagística	16
II.1 A expansão pelo território português.....	16
II.1.1 Contexto histórico de Portugal à chegada dos cistercienses.....	16
II.1.2 A Rede de Abadias	20
II.2 A Regra e a sua influência no território cisterciense.....	21
III – A Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça	26
III 1 – Enquadramento Geral.....	26
III 1.1 – Localização e Caracterização Geral.....	26
III 1.2 – História da Abadia Cisterciense	27
III 2 – Enquadramento biofísico do Concelho de Alcobaça	31
III 2.1 – Geologia e Geomorfologia	31
III 2.2 – Hidrologia.....	34
III 2.3 – Clima e Solo.....	36

III 2.4 – Povoamento Florestal	37
III 2.5 – Análise da Paisagem	39
III 3 – O Couto de Alcobaça: a sua organização sob os cistercienses	41
III 3.1 – Os limites do couto.....	41
III 3.2 – As granjas e a gestão das terras não cultivadas	43
III 3.3 – O gado	46
III 3.4 – As técnicas hidráulicas e a gestão da água.....	46
III 3.5 – A metalurgia, a pesca e a exploração de sal	49
III 4 – Interpretação e análise da evolução da paisagem alcobacense: do século XVIII ao século XXI	51
III 4.1 – Análise fotográfica e iconográfica. Desenvolvimento de Planos de Época	51
III 4.1.2 – Evolução da cidade de Alcobaça	51
III 4.1.3 – As mudanças na cerca do mosteiro	58
IV – Apreciação dos valores paisagísticos da cerca monástica e Proposta de Intervenção	64
IV 1 – Síntese e Diagnóstico.....	64
IV 1.1 – Proteção Atual relativa aos espaços monásticos do caso de estudo (cerca e claustros).....	64
IV 1.2 – Valores inerentes da cerca do Mosteiro de Alcobaça	65
IV 2 – Proposta	69
IV 2.1 – Objetivos e Estratégias	69
IV 2.1.1 – Estratégia de restauro.....	72
IV 2.1.2 – Intervenções	75
Conclusões	80
Bibliografia e Fontes.....	81
ANEXOS	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - São Bento de Núrsia. Detalhe do fresco Crucificação com os santos. Fra Angelico. 1441-1442. Museu Nacional de São Marco, Florença, Itália. Fonte: http://www.emersonkent.com	6
Figura 2 - São Bernardo de Claraval. François Vicent Latil. Século XVII. Óleo em tela. Igreja de Saint Étienne du Mont, França. Fonte: www.thecatholicdormitory.com	9
Figura 3 - Repartição das abadias pela Europa, segundo a filiação. Adaptado do livro: LEROUX Dhuys, FRANÇOIS Jean, <i>ob. cit.</i> , p. 96.	12
Figura 4 – Refeitório dos monges no Mosteiro de Alcobaça, mostra a simplicidade e construção austera cisterciense. Fonte: Autora.	13
Figura 5 - “Planta tipo” de uma abadia cisterciense (segundo A. Dimier). Extraído e adaptado de JORGE, Virgolino Ferreira – Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval. Alcobaça como modelo de análise. In <i>Arte, História e Arqueologia</i> . Ésquilo. Lisboa, [S.V.], 2006, p. 29.	14
Figura 6 - São Bernardo recebe a carta de D. Afonso Henriques. Painel de Azulejos que integra o ciclo sobre a fundação do mosteiro com inscrições de Frei Bernardo de Brito. Século XVIII. Mosteiro de Alcobaça. Fonte: Autora.	18
Figura 7 - Expansão da Ordem de Cister em Portugal. (A) Mosteiros Beneditinos Portugueses, séc. XII; (B) Mosteiros Cistercienses Portugueses, Idade Média. Fonte: Extraído e Adaptado de MARQUES, Maria Alegria Fernandes – <i>Estudos sobre a Ordem de Cister...</i> , <i>ob. cit.</i> , p. 64-65.	20
Figura 8 – A Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, inserida num vale rica em áreas florestadas, linhas de água e solos com boa aptidão ecológica (sensação de isolamento). Fonte: Autora.	23
Figura 9 - Abadia de Claraval inserida num vale entre dois cursos de água em que zonamento dos edifícios é feito respeitando a toponímia. Fonte: Extraído e Adaptado de LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, <i>ob. cit.</i> , p. 48.	24
Figura 10 - Localização do concelho de Alcobaça ao nível do país e cidade de Alcobaça à escala do concelho. Fonte: Adaptado do Google Maps.	26
Figura 11 - Mosteiro de Alcobaça visto de sul. Albrecht Haupt. 1886. Fonte: HAUPT Albrecht – A arquitetura da renascença em Portugal: Alcobaça. In <i>Serões</i> , revista mensal ilustrada. Edição nº25. Lisboa, Livraria Ferreira & Oliveira, Lda., 1907.	29
Figura 12 - Carta Geológica de Alcobaça. Folha 26-B Alcobaça. Escala 1/50000. Extraído de FRANÇA, J. Camarate e Zbyszewski – <i>Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia Explicativa da folha 26-B Alcobaça</i> . Lisboa: Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1963.	32

Figura 13 - Aspetos da costa: do Neolítico aos nossos dias. Segundo J. Vieira Natividade. Fonte: NATIVIDADE Joaquim Vieira – A Região de Alcobaça.....	35
Figura 14 - A neblina que se instala por cima de Alcobaça. Fotografia cedida pelo Engenheiro José Pedro Tavares.	36
Figura 15 - O povoamento florestal de Alcobaça (séc. XIX). Fonte: Extraído e Adaptado de MADURO António Eduardo Veyrier Valério, <i>ob. cit.</i> , p. 34.....	38
Figura 16 - A paisagem fértil da região de Alcobaça. Fonte: ABREU Alexandre Cancela, CORREIA Teresa Pinto, OLIVEIRA Rosário (coord.) – Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental, <i>ob. cit.</i> , Vol. IV, p. 24.	40
Figura 17 - Limites dos coutos. Fonte: Extraído e Adaptado de GONÇALVES Iria – O Património do Mosteiro de Alcobaça. 1ª Edição. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989.....	42
Figura 18 - Mapa de localização das granjas do couto de Alcobaça. Fonte: extraído e adaptado de BARBOSA Pedro Gomes – Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (séc. XII a 1325). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 75.	43
Figura 19 - Moinho de torre de madeira (Turquel). Oliveira, Galhano, Pereira. 1983. Fonte: MADURO, António Eduardo Veyrier Valério, <i>ob. cit.</i> , p. 90.....	49
Figura 20 - Os monges à pesca. Fogão de Salem, Alemanha. Fonte: LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean – <i>Les Abbayes Cisterciennes en France et en Europe</i> , <i>ob. cit.</i> , p.107.	50
Figura 21 - Desenho à pena da Abadia de Santa Maria de Alcobaça existente no mapa topográfico de 1791, levantado pelo segundo tenente Carlos Amarante. Fonte: KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA Cidália Maria Ferreira da – A Abadia de Santa Maria..., <i>ob. cit.</i> , p. 557.....	53
Figura 22 - Gravura da paisagem envolvente do mosteiro. Alexandre Noel. Século XVIII. Fonte: KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA Cidália Maria Ferreira da – A Abadia de Santa Maria e a evolução morfológica da cidade de Alcobaça, p. 557.	53
Figura 23 - Planta de Alcobaça. Tenente-coronel Guilherme Elsdén e Capitão Isidoro Paulo Pereira. 1775. Escala: 1:1900. Editora: ©IGEOE. Fonte: IGEOE.	54
Figura 24 - Planta da cidade de Alcobaça. 1940-1950. Sem escala. Fonte: Arquivo da Biblioteca de Alcobaça.	55
Figura 25 - Planta da vila de Alcobaça. 1950 – 1973. Sem escala. Fonte: Arquivo da Biblioteca de Alcobaça.	56
Figura 26 - Planta da cidade de Alcobaça. 1998. Sem escala. Fonte: Arquivo da Biblioteca de Alcobaça.	57
Figura 27 - Representação esquemática do claustro monástico. Extraído e Adaptado do livro: TURNER TOM – <i>Garden History: Philosophy and Design 2000 BC – 2000 AC</i> . Londres: Spon Press, 2005, p. 111.	58

Figura 28 - Vista da abadia de Claraval. Dom Nicolas Milley. Desenho. 1708. Fonte: DUBY, Georges – São Bernardo e a Arte Cisterciense, <i>ob. cit.</i> , p. 3.....	59
Figura 29 - Planta do extinto Convento de Alcobaça e horta do obelisco. COSTA, Marcos Caetano da Cruz e. Escala: 1:2000. [S. l.]: [s. n.], 1868. Em papel tela. Fonte: Biblioteca do Exército.	60
Figura 30 - Limites de proteção do Mosteiro de Alcobaça. Fonte: SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico [em linha]. Forte de Sacavém, Lisboa. [s. d.]. Disponível em: http://www.monumentos.pt	65
Figura 31 - Definição das áreas de intervenção. Fonte: Autora.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro resumo dos valores da cerca. Campos baseados dissertação de Mestrado de Rita Theriaga Gonçalves, com texto nosso.....	67
---	----

LISTA DE PEÇAS DESENHADAS

Peça Desenhada 01: Evolução do Mosteiro de Alcobaça, claustros e cerca do séc. XII ao séc. XXI.....	63
Peça Desenhada 02: Plano Diagnóstico e Análise SWOT da cerca e jardins.....	71
Peça desenhada 03: Plano Diretor de Restauro da cerca e jardins do Mosteiro de Alcobaça	78
Peça Desenhada 04: Plano de Percursos	79
Peça Desenhada 05: Geomorfologia do Concelho de Alcobaça.....	90
Peça Desenhada 06: Hidrografia do Concelho de Alcobaça	91
Peça Desenhada 07: Hipsometria do Concelho de Alcobaça.....	92
Peça Desenhada 08: Sistema Hidráulico do Mosteiro de Alcobaça.....	93
Peça Desenhada 09: Desenvolvimento urbano de Alcobaça e evolução da cerca desde a Idade Média à atualidade e a sua influência no Mosteiro de Alcobaça	94
Peça Desenhada 10: Evolução do desenho do Rossio em frente ao Mosteiro de Alcobaça de c.1830 a 2016.....	95
Peça Desenhada 11: Levantamento dos elementos construídos e pavimentos existentes..	96
Peça Desenhada 12: Levantamento botânico existente	97
Peça Desenhada 13a: Plano de Vistas	98
Peça Desenhada 13b: Plano de Vistas	99
Peça Desenhada 14: Plano de Plantação de Árvores e Arbustos	100
Peça Desenhada 15: Plano de Plantação e Sementeira de Herbáceas	101
Peça Desenhada 16a: Perspetivas Simulações	102
Peça Desenhada 16b: Perspetivas Simulações	103

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Peça Desenhada 05: Geomorfologia do Concelho de Alcobaça	90
Anexo II – Peça Desenhada 06: Hidrografia do Concelho de Alcobaça	91
Anexo III – Peça Desenhada 07: Hipsometria do Concelho de Alcobaça	92
Anexo IV – Peça Desenhada 08: Sistema Hidráulico do Mosteiro de Alcobaça.....	93
Anexo V – Peça Desenhada 09: Desenvolvimento urbano de Alcobaça e evolução da cerca desde a Idade Média à atualidade e a sua influência no Mosteiro de Alcobaça.....	94
Anexo VI – Peça Desenhada 10: Evolução do desenho do Rossio em frente ao Mosteiro de Alcobaça de c.1830 a 2016	95
Anexo VII – Peça Desenhada 11: Levantamento dos elementos construídos e pavimentos existentes	96
Anexo VIII – Peça Desenhada 12: Levantamento botânico existente	97
Anexo IX – Peça Desenhada 13a: Plano de Vistas	98
Anexo X – Peça Desenhada 13b: Plano de Vistas	99
Anexo XI – Peça Desenhada 14: Plano de Plantação de Árvores e Arbustos.....	100
Anexo XII – Peça Desenhada 15: Plano de Plantação de Herbáceas e Sementeira	101
Anexo XIII – Peça Desenhada 16a: Perspetivas Simulações	102
Anexo XIV – Peça Desenhada 16b: Perspetivas Simulações	103
Anexo XV – Claustros do Mosteiro de Alcobaça: Antes e Depois	104
Anexo XVI – Cerca do Mosteiro de Alcobaça: Jardim do Obelisco, Jardim das Murtas e Biblioteca.....	105
Anexo XVII – Cerca do Mosteiro de Alcobaça: antigos terrenos da Fundação Maria e Oliveira	106
Anexo XVIII - Elementos construídos na cerca do Mosteiro de Alcobaça: fontes Barrocas, a Levada, o caramanchão e a escada Barroca	107
Anexo XIX – Plantas Antigas e Fotografia aérea da vila/cidade de Alcobaça	108
Anexo XX – Iconografia Antiga: Rossio	109
Anexo XXI – Folheto de Divulgação	110
Anexo XXII – Pinturas alusivas a Alcobaça	111

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural

Idem – o mesmo

Ibidem – no mesmo lugar

[s.a.] – sem ano

[s.A.] – sem autor

[s.d.] – *sine data* (sem data)

[s.l.] – *sine loco* (sem lugar de edição)

[s.n.] – *sine nomine* (sem nome de editor)

[s.nº.] – sem número

[s.V.] – sem volume

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

UNESCO – United Nations of Educational, Scientific and Cultural Organization

ZEP – Zona Especial de Proteção

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO GERAL

Este trabalho, realizado no âmbito de uma dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista visa dar o merecido relevo e potenciar o interesse/valor do património paisagístico dos jardins monásticos, mais precisamente dos referentes ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

Quando utilizamos a expressão “jardins monásticos”, pensa-se logo no espaço correspondente aos claustros e às cercas conventuais. Importa, pois, ter consciência de que são espaços de clausura, onde os monges são chamados a, em reflexão interior, se distanciarem do mundo exterior buscando, naquela paz, a luz divina. Por isso, estes lugares eram vividos e sentidos como um jardim, imagem do jardim de Éden. Os claustros potenciavam uma ligação próxima com o divino, perspectivada na construção em quadrado, simbologia do cruzamento de caminhos, onde ao centro se descobria uma fonte ou elemento de água, símbolo de vida que brota do amor de Deus – fonte de água viva. O *hortus conclusus* era o jardim ideal, um pedaço de céu na terra. Já na cerca do complexo monástico, a filosofia subjacente era outra. Neste lugar, os monges cultivavam as suas próprias plantas hortícolas ou medicinais, bem como as árvores de fruto. Tratava-se, pois, do local de produção dos seus próprios alimentos, onde ensaiavam regras próprias de construção e organização, numa gestão austera do espaço. Era, em simultâneo, um lugar de encontro espiritual com Deus e a Natureza.

A escolha do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça como caso de estudo surgiu como uma oportunidade de realizar um trabalho na área da recuperação de jardins históricos ligado aos espaços monásticos, um património que é muitas vezes subestimado. O desvirtuamento ou omissão a que, muitas vezes, estes casos são votados é devido a diversos fatores como o crescimento rápido das cidades, que leva ao aproveitamento dos seus terrenos para fins industriais ou comerciais; de igual modo, a conjuntura económica frágil é responsável, pois, traduz-se na falta de manutenção ou mesmo abandono. Também, a constante mudança de usos e até de proprietários destes lugares, são responsáveis pela modificação dos seus traços originais.

Neste trabalho procura-se demonstrar e sublinhar o seu valor paisagístico, ecológico, arquitetónico e artístico, num local que foi vivido por monges agrónomos, e no qual se cruza a Arquitetura Paisagista com a Agronomia.

OBJETIVOS

O estudo da Ordem de Cister e dos jardins no Mosteiro Santa Maria de Alcobaça tem por objetivo contribuir para um melhor esclarecimento de como, à época dos monges cistercienses, se entendia a paisagem e se ordenava o espaço exterior. Para tanto, se procederá à análise dos usos e técnicas utilizadas, delineando igualmente a respetiva evolução ao longo do tempo.

A partir da recolha da informação conseguida, procura-se elaborar uma proposta de recuperação do espaço da cerca monástica que ainda existe, pondo em relevo os seus potenciais paisagísticos, arquitetónicos e artísticos. Em consequência, tem-se como objetivo contribuir para que este lugar volte a ser vivido e experienciado, agora pelo público visitante, como espaço preferencial dos monges alcobacenses.

METODOLOGIA

Como forma de entender a Ordem de Cister, a presente dissertação divide-se em três partes principais:

- Capítulo I e II – através de uma pesquisa bibliográfica intensiva, é estudada a história e origem de Cister, desde os seus primórdios, à sua expansão pela Europa e chegada a Portugal. Igualmente, serão analisados os seus princípios e como estes influenciavam a sua vida monástica e o ordenamento da paisagem que lhes pertencia.
- Capítulo III – aqui é feito um estudo da paisagem de Alcobaça em termos biofísicos, sociais e culturais, seguida de uma análise à forma como os monges brancos ordenavam os coutos nas áreas da agricultura, da floresta e da engenharia hidráulica. Técnicas essas que ainda hoje são apreciadas e, muitas vezes, aplicadas na área no ordenamento da paisagem e desenvolvimento de projetos de arquitetura paisagista. A juntar a esta informação, é realizado um estudo da evolução da paisagem de Alcobaça, que inclui a cidade, o mosteiro e os seus espaços exteriores envolventes, como o Rossio, a cerca e os claustros.
- Capítulo IV – por fim, com a compilação da informação recolhida anteriormente, é feita uma proposta para a cerca do mosteiro de Alcobaça, em que é tida em conta a legislação em vigor relativamente ao património paisagístico e à intervenção nestes espaços monásticos que, atualmente, muito poucos estão classificados, ou não estão classificados, de todo. A proposta terá como objetivo enaltecer os valores paisagísticos da cerca e propor uma intervenção que não interfira na identidade do lugar. Este trabalho será compilado num panfleto como forma de divulgação deste espaço.

I - A EUROPA MEDIEVAL E A ORDEM DE CISTER

I.1 PENSAMENTO FILOSÓFICO MEDIEVAL E A RELAÇÃO DO HOMEM COM A PAISAGEM

Quando, na filosofia medieval, abordamos o conceito de natureza, logo ressaltam dois problemas, já equacionados por Filipa Afonso e que dizem respeito “[...] por um lado à circuncisão temporal que a ideia de “filosofia medieval” impõe, expandindo o nosso objeto de reflexão por um período que abarca mais de dez séculos e que conheceu várias escolas. Por outro lado, o próprio conceito de natureza traz consigo uma tão “profunda pluralidade semântica que reuni-la numa unidade de sentido significaria [...] vaguear por entre categorias”¹.

É certo que a natureza, para o homem medieval, é um mundo sensível e o significado de *paisagem* está consagrado na expressão *orbis terrarum* (círculo da terra), que corresponde a tudo aquilo que o Homem conhece. Para Ritter e Simmel, o que falta ao pensamento medieval é uma atividade subjetiva de delimitação da natureza e, conseqüentemente, uma reflexão sobre ela. Entre muitos dos filósofos da época medieval discutiu-se a relação do homem com a natureza, dependendo do seu valor. No entanto, no conceito atual, o que nós agora chamamos natureza, para aqueles pensadores resumia-se a *criação*. Esta palavra “[denota] a relação do homem com o mundo natural como a abertura ao sobrenatural ou divino que a natureza propriamente se tematiza”². Assim, o homem vislumbrava o divino, tendo a natureza como meio para chegar mais perto de Deus. E isso torna-se claro em inúmeras imagens.

O jardim simbolizava a primeira criação de Deus: o jardim de Éden. Este lugar, entendido como “paraíso”, apresentava-se, para além de zona de habitação dos primeiros seres humanos, também como um local de contemplação, nas árvores, nos frutos, nas flores e nos animais, onde se figurava e apreendia o originário, o divino. Para Santo Agostinho (354-430 d. C), há uma bivalência no valor de natureza que se acomoda no jardim, na medida em que essa natureza tem “[...] uma certa capacidade para se assemelhar, qual simulacro, ao seu criador”³. Muitos foram os debates que se desenvolveram em torno deste tema. Todavia, ao longo dos séculos, esta imagem da contemplação do jardim como algo divino e estático vai-se perdendo, reaparecendo posteriormente na escola vitoriana, mas como ponto de partida para a indagação do próprio Deus. Este paradigma irá alterar-se e a abordagem ao

¹ AFONSO, Filipa – “A natureza na filosofia medieval. No horizonte de uma filosofia da paisagem”. In SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.) – *Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Um Manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, p. 51.

² Idem, p. 52

³ Idem, *ibidem*, p. 53

pensamento da natureza deixará a categoria de utilidade, para a situar na categoria do belo. São Francisco de Assis (1182-1226) impulsiona esta “[...] revalorização da natureza, fazendo do maravilhamento perante o mundo, um gesto de adoração do seu criador”⁴. Ou seja, deixa de lado o pensamento de que a natureza é um ponto de fuga para se chegar à contemplação de Deus, mas afirma que é a partir da beleza da própria natureza que se descobre o Criador.

A partir do século XIII, ultrapassa-se, aos poucos, apenas essa atitude de contemplação, e a natureza torna-se num “[...] objeto de investigação específica, para desvendar os seus segredos e para pôr esses conhecimentos ao serviço dos homens [...]”⁵. E serão múltiplas as abordagens que daqui irão partir.

A relação dos cistercienses com a paisagem parte da ideia de que a natureza é um todo ordenado, ou seja, uma unidade bem organizada, onde todos os elementos são sustentados (cosmos). Há uma ordem no mundo e essa ordem foi criada por Deus – sentimento de unidade. Modo de pensar não muito afastado da lição de Platão:

*“Querendo o deus que tudo fosse bom e nada fosse mau tomou todo o conjunto das coisas visíveis, que não estava em repouso, mas se movia sem regra e sem ordem, e fê-lo passar da desordem à ordem, considerando que a ordem era sob todos os aspetos preferível”*⁶.

A interpretação que se retira deste texto de Platão é que os antigos desconheciam o puro vislumbre do natural, que passa para o plano sensitivo. Por isso, a beleza na paisagem era vista como um todo, para além da medida, ou seja, a paisagem era considerada como algo que teve um princípio, um meio e um fim e, por isso, algo que era a perfeita criação de um deus. Este pensamento, assumido pelo cristianismo, recupera-se ao longo da Idade Média, vingando até ao século XV. O homem medieval vê o mundo como um todo e a beleza é vista como “esplendor da ordem”⁷. A beleza não se limita ao mundo do sensível, mas reconhece-se pela sua participação no mundo inatingível⁸.

⁴ AFONSO, Filipa, *ob. cit.*, p. 55.

⁵ PIAIA Gregório - Filosofia e Arquitetura da Paisagem. In SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.) – *Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Um Manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012, *ob. cit.*, p. 70.

⁶ Platão, *Timeu* 27b-30^a (orig. 360 a. C). Obra de Platão baseada num diálogo que influi sobre as ideias cosmológicas do Ocidente, dos mitos sobre a formação do mundo e a conceção teológica da natureza.

⁷ *Apontamentos* da aula da disciplina de Estética e Ética da Paisagem, lecionada pela professora Adriana Veríssimo Serrão. Mestrado em Arquitetura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, 2014.

⁸ MORGADO Duarte Nuno Ferreira Madaleno Ferreira – *Cister: espiritualidade, estética e teologia da arquitetura cisterciense*. Dissertação de Mestrado em Teologia, apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia. Lisboa: [s. n], 2012, p. 12 [texto policopiado]. Editada em versão reduzida pela Paulus Editora em 2013.

A Ordem de Cister vê a paisagem como um todo perfeito criado por Deus, como já foi referido. Mas, rejeitando envolver-se apenas teoricamente com essa maravilha de Deus, tenta compreender e interagir com a paisagem. Com efeito, os cistercienses foram pioneiros no ordenamento da paisagem, pois desenvolveram técnicas de trabalhar a terra, respeitando os elementos paisagísticos, como o cultivo em zonas declivosas através de terraços, segundo as curvas de nível.

Como será descrito nesta dissertação, toda a Arte, incluindo a Arquitetura, a Arte dos Jardins, a Escultura, o Vitral, a própria forma e toda a linguagem simbólica presentes nas muitas e diversificadas estruturas monásticas da Ordem, seria expressão da vida espiritual⁹ vivida na altura, onde a aproximação a Deus era algo para a qual se tentava atingir.

I.2 A REGRA BENEDITINA. OS MONGES DE CLUNY. A REFORMA DE CISTER

Tal como existem regras ou normas de gramática, de etiqueta e de arte, existem também regras para ordenar que a vida monástica, sempre baseadas na Bíblia, mas fortemente marcadas pelas características espirituais de quem as redigiu. E isto é de todos os tempos, pois a religiosidade, em sentido lato, é tão antiga como a própria humanidade¹⁰.

Ao longo da Idade Média, foram várias as regras escritas e aprovadas pela Igreja, segundo as convicções de cada ordem: a Regra de Santo Agostinho, de São Bento, de São Francisco de Assis, entre outras. Mas a Regra de São Bento ou Regra Beneditina, foi a base de grande parte destas normas, que deram origem a diferentes ordens religiosas. Esta Regra é a norma para todo o agir do monge no presente, o cânone normativo do seu ser e agir¹¹. Foi escrita, tal como o nome indica, por São Bento, o santo monge natural de Núrsia, centro de Itália, que viveu entre os anos de 480 e 547¹². São Bento (Figura 1) era um nobre romano que, na sua obra, selecionou e sintetizou as melhores regras cristãs e romanas numa obra clássica que perdura até aos dias de hoje. Estima-se que foi durante o século VI que foi aplicada, no mosteiro de Monte Cassino, em Itália, onde São Bento morreu. A sua regra é um texto espiritual e normativo que se tornou uma referência para aqueles que procuram Deus e o amor de Cristo. Foi redigida com o intuito de regular a vida de uma comunidade monástica, liderada por um abade. Quem a ela aderisse teria de seguir as suas orientações, com

⁹ MORGADO Duarte Nuno Ferreira Madaleno Ferreira, *ob. cit.*, p. 4.

¹⁰ LEKAI Louis J. – *Les Moines Blancs: Histoire de l'Ordre Cistercien*. Paris: Seuil, 1957, p. 11.

¹¹ DIAS, Geraldo J.A. – “A Regra de São Bento, Norma de Vida Monástica: sua problemática moderna e edições em português”. In *Revista da Faculdade de Letras*. Vol.3. Série III, Porto, 2002, p. 9.

¹² *Idem, ibidem*, p. 11.

obediência e disciplina¹³. A Regra de São Bento afirmava a pobreza, a caridade e o trabalho manual, traduzido na expressão: “*Ora & Labora*”¹⁴.

Esta divisa é, pois, a mais conhecida e a mais sintética que caracteriza a vida dos monges beneditinos. São Bento dedica doze dos setenta e três capítulos da sua regra à oração, sendo o capítulo quarenta e oito dedicado ao trabalho dos monges¹⁵. Para ele, o monge é um servidor de Deus, para quem a liturgia deve ser a tarefa principal, mas onde o trabalho era igualmente importante. A Ordem de Cister, que por ela se orientou, deu um excelente exemplo do trabalho, concretamente no desenvolvimento da agricultura, desbravando matagais, secando pântanos e tornando-os produtivos. Assim alterou a paisagem nos locais em que se instalou. Quanto à Ordem de Cluny, anterior a Cister, o destaque na ação dos monges ia para a oração litúrgica e para o trabalho intelectual. Mais à frente, faremos uma referência às diferenças e à história entre Cluny e Cister, duas comunidades diferentes baseadas na mesma regra.



Figura 1 - São Bento de Núrsia. Detalhe do fresco Crucificação com os santos. Fra Angelico. 1441-1442. Museu Nacional de São Marco, Florença, Itália. Fonte: <http://www.emersonkent.com>.

Apesar da sua grande importância na vida cristã, há quem defenda que a regra seja posterior a um anterior código de conduta, denominada “Regula Magistri”, como afirma Geraldo Coelho Dias, cujo texto terá sido publicado por Holstenius em 1661¹⁶. Devido à falta de documentação, a dúvida persiste até hoje. Mas, apesar disso, a Regra de S. Bento continua a ser considerada “a Regra das Regras” na vida monástica da Igreja Católica¹⁷.

A expansão da Regra foi muito rápida, e começou logo pelas décadas iniciais do século VI, sendo favorecida pelo Papa Gregório, o Grande (540-604). Competiu aos monges beneditinos a missão de levar o conhecimento da obra de S. Bento pela Europa fora, num processo de cristianização que começou pelos pagãos, em Inglaterra¹⁸. Em menos de duzentos anos, a Regra conquistou o Ocidente, superando o monaquismo céltico. Com a expansão a passar o norte dos Alpes, os monges deparam-se com novos climas, novas condições ambientais, sociais e culturais para se instalarem, o que criou um desafio para

¹³ LEKAI Louis J., *op.cit.*, pp. 13-14.

¹⁴ DIAS, Geraldo J.A. – “*Ora & Labora*. À procura da origem da divisa beneditina”, in *Humanitas*, Universidade do Porto, 1998, Vol. L, p. 293.

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 294.

¹⁶ DIAS, Geraldo J.A., *ob. cit.*, p. 14.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 10.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 14.

estes peregrinos. Foram muitos os esforços feitos para implementar os fundamentos da fé cristã em regiões povoadas por pagãos. A combinação de três elementos: antiguidade, cristandade e tradições locais haveria de estar na base do seu labor, ao longo da Idade Média. Numa altura de mudanças e processos de adaptação, é compreensível que a Regra Beneditina fosse aceite pelas sociedades de um mundo em transformação¹⁹. Uns converteram-se a este ideal, outros discordaram dele, pois muitos destes povos eram guerreiros de origem, habituados a provarem a sua coragem e bravura, o que, segundo a austeridade e severidade da Regra, não era compatível. Isto levou a uma crise na história monástica, num conflito entre os desejos e necessidades de um lado e, do outro, a autoridade de São Bento e a sua Regra. Apesar disso, para todos os que optaram por este estilo de vida, pode dizer-se que, ao longo de três séculos, após a morte de São Bento, houve poucas mudanças em relação a este ideal religioso, onde quase sempre se tentou conciliar as tradições e a vida monástica.

Mais tarde, São Bento de Aniano foi o pioneiro dos novos ideais baseados na Regra. Ele recebeu a formação beneditina, mas saiu cedo da comunidade, com alguns seguidores fiéis, tendo como objetivo afirmar um novo tipo de vida, onde imperasse a simplicidade e austeridade extremas²⁰. Em 817, São Bento convocou uma assembleia geral de Abades em Aix-la-Chapelle, onde foi decidido e adotado um novo conjunto de regras, a *Capitula*. Esta manteve como base a Regra Beneditina, mas o reformador, São Bento de Aniano, alterou ou reformulou alguns pontos das primeiras ideias como, por exemplo, a separação total do mundo e o aumento dos tempos dedicados ao trabalho. Estas regras tiveram como consequência a eliminação de escolas monásticas²¹.

Em Cluny, o programa de São Bento de Aniano foi implementado com um sucesso tal que modificou completamente o modo de vida beneditino e monástico. Esta Abadia de Cluny teve um papel importante na expansão destes ideais através do poder sem limites sobre toda a Congregação. A maioria das novas fundações localizam-se em França, mas haveriam de estender-se por toda a Europa como será referido mais à frente.

No século XI, em Itália, surgiram novas reformas, onde a vida eremita exercerá maior importância, porque esta península tem ligações privilegiadas entre o Ocidente e o Oriente. Tal permitia uma mútua influência entre pensamentos religiosos diferentes. Santo Nil (910-1005), fundador de um mosteiro, inspirado pela leitura dos *Padres do Deserto*, irá restaurar a vida monástica, segundo a mais antiga tradição de solidão e austeridade. Os próximos abades

¹⁹ LEKAI Louis J., *op.cit*, p. 15.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 16.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 16.

em Itália, como Gualberto de Florença e São Pedro Damiano, seguiram o seu exemplo. Mas a reforma italiana teve pouco eco noutros lugares, como nas Ordens perto dos Alpes, que não ganham mais terreno a norte deste. Já em França acontece o oposto, ganhando força na zona da Bretanha e Normandia²². Um grande número de pregadores (Roberto de Arbrissel, Bernardo de Tiron, Vital de Mortain e Raúl de Futaie) vindos das orlas das florestas destas zonas, contesta a vida monástica contemporânea e a moralidade do clero, enquanto praticam eles mesmos uma pobreza extrema e penitência austera²³. Roberto d'Arbrissel irá fundar Roë, em 1096 e, mais tarde, em 1099, em Anjou, o famoso mosteiro de Fontevraulr. São estes monges que, mais tarde, em 1147, irão unir-se com os Cistercienses, pois partilhavam os mesmos ideais de disciplina e simplicidade.

A história cisterciense começa com Roberto de Molesme, mas também com Alberico e Estêvão Harding²⁴. Antes de entrar em Molesme, Roberto, com vinte anos de vida monástica, era, em 1053 prior e responsável da abadia de Saint-Ayoul de Provins. Tal como os seus contemporâneos, procurava a disciplina perfeita, o que o levava a mudar constantemente de lugar. Ao fim de algum tempo, decide liderar um grupo de eremitas na floresta de Collan, perto de Langres, e mais tarde, em 1075, irá instalar-se em Molesme, onde leva uma vida semelhante à que tinha antes, de extrema pobreza e trabalho manual. Estando perto de estradas que ligam Paris a Lyon e a Itália, o seu grupo tornou-se conhecido. Teve, por isso, muitos aderentes e uma crescente reputação, pelo que Molesme se tornou no centro de uma nova congregação monástica. Mas, rapidamente, todo este reconhecimento causaria sérios problemas dentro da comunidade²⁵. Roberto e os seus seguidores, Alberico e Estêvão Harding incluídos, fazem inúmeros esforços para manter a Ordem e os seus ideais. Mas muitos dos que vieram de fora, não se deixavam convencer por tal esforço. Em consequência, Roberto e seus companheiros viriam a ser expulsos de Molesme pelos seus monges²⁶. Em 1098, Alberico e Roberto fundam a Ordem de Cister, perto de Dijon. Mais tarde, Estêvão Harding juntou-se a eles e, no total, agruparam-se vinte e um monges, vindos de Molesme. E assim nasce a Ordem de Cister. Depois da partida de Roberto, os monges de Molesme tiveram dificuldades em reencontrar a reputação antes conseguida e, por isso, contactaram Roberto, pedindo-lhe para voltar. Este aceitou, afirmando que o fazia sobretudo para conseguir a paz monástica. Morreu em Molesme, com 23 anos, no ano de 1111.

²² LEKAI, Louis J., *op.cit.*, p. 20.

²³ Idem, p. 21.

²⁴ ROSA, Isabel – “Ordem de Cister – Bernardo de Claraval”. In *ArtiTextos* – Revista da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, nº 5, dezembro 2007, p. 143.

²⁵ LEKAI, Louis J., *ob. cit.*, p. 26.

²⁶ ROSA, Isabel, *ob. cit.*, p. 143.

Apesar de algumas causalidades, a Ordem de Cister cresceu sob o comando de Estêvão Harding, que a assumiu depois da morte de Alberico. Fundaram-se quatro importantes abadias-filhas da casa-mãe de Cister: La Ferté, Pontigny, Claraval e Morimond. Em 1112, um jovem chega à porta da abadia de Cister: Bernardo de Fontaine (1090-1153), que vinha acompanhado de mais trinta companheiros, incluindo família.

O jovem Bernardo (Figura 2) integrou a comunidade e foi-lhe estabelecida a missão de fundar um mosteiro em Claraval (1115) e assumir como abade de um grupo de doze monges, devido à sobrelotação que se verificava em Cister. O santo abade exerceu durante trinta anos um poder religioso e político quase sem partilha²⁷. O novo mosteiro situava-se num vale profundo sobre a margem esquerda do Aube entre Langres e Troyes²⁸. Os primeiros anos de vida em Cister tiveram a sua parte negativa, mas também outra parte positiva. Em termos negativos verificou-se a contestação aos regulamentos de Cluny; na parte positiva deve sublinhar-se o regresso à pureza original, tão falada na Regra beneditina²⁹. Com todas estas mudanças a acontecerem, Estêvão Harding vê-se em mãos com um problema: como assegurar a unidade da disciplina em fundações tão distantes e cujo número não parava de crescer?

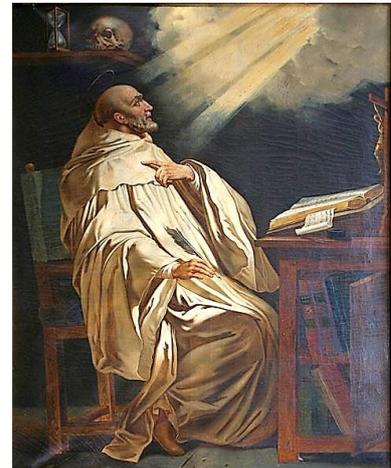


Figura 2 - São Bernardo de Claraval. François Vicent Latil. Século XVII. Óleo em tela. Igreja de Saint Étienne du Mont, França. Fonte: www.thecatholicdormitory.com.

Tentando responder a estes problemas, foi concebida em 1114 e apresentada ao Papa Callixto II em 1119, a *Carta Caritatis*, que se tornou no primeiro código de leis e costumes da Ordem Cisterciense. No espaço temporal entre as datas referidas, ainda foram precisas mais reuniões e conselhos para que houvesse acordos entre partes e entre os monges, como a redação do Exórdio de Cister (*Exordium cistercii*), texto curto de carácter mais histórico que religioso³⁰. A Carta da Caridade estabelece os Capítulos anuais de todas as abadias ligadas a Cister, que reúnem sob a presidência do abade deste mosteiro, e que representam o supremo corpo legislativo e judiciário da Ordem; refere ainda a autonomia financeira e administrativa de cada casa, mas sob vigilância da casa-mãe de Cister, que faz visitas anuais às abadias-filhas. Outras mudanças foram feitas ao longo do tempo, até 1190 com a fixação do nome *Carta Caritatis Posterior*³¹. Em comparação com a anterior esta conterà

²⁷ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean – *Les Abbayes Cisterciennes en France et en Europe*. Paris: Éditions Place des Victoires, 1998, p. 33.

²⁸ LEKAI, Louis J., *ob. cit.*, p. 34.

²⁹ Idem, p. 35.

³⁰ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 28.

³¹ LEKAI, Louis J., *ob. cit.*, p. 40.

normas substanciais quanto à posição legal do abade. Os Capítulos tratam dos novos mosteiros que devem ser construídos, como e onde. Impõem, igualmente, limites em termos de vestuário, na liturgia e na disciplina diária, como os monges devem viver do seu próprio trabalho manual, etc³². É neste documento que também se afirma a auto dependência de cada abadia, sem recurso financeiro à casa-mãe e às outras abadias³³. Ou seja, é nos Capítulos que se ditam as regras da vida monástica, ideais contemporâneos para os tempos em que se vivia.

Cluny e Cister sempre tiveram divergências na interpretação e aplicação da Regra de São Bento. Os Cistercienses diferenciavam-se dos monges beneditinos de Cluny, procurando seguir uma vida semelhante aos beneditinos do século VI em que usavam hábitos de algodão, cultivavam a terra e diminuíram o trabalho litúrgico³⁴. Cluny levava uma vida faustosa, defensora de uma liturgia e de uma expressão artística cerimonial, como afirmação do poder solene da abadia, sustentada por dinheiro de benfeitores reais e aristocratas³⁵. E Cister, querendo viver segundo a exigência da Regra, rejeitava estas ideias. Os fundadores de Cister, com o seu modo de interpretação da Regra, nunca tiveram dúvidas de que a sua vida monástica era uma autêntica renovação da Regra de São Bento. E, partindo deste princípio com uma mente aberta, expandiram este cânone por toda a Europa.

I.3 A EXPANSÃO EUROPEIA NO SÉCULO XII E A LIDERANÇA DOS CISTERCIENSES

São Bernardo foi o grande impulsionador da Ordem e da sua expansão. Começou numa pequena comunidade em Cister em 1112, que lutava contra inúmeras dificuldades. Mas depois da sua morte, a 20 de agosto de 1153, a Ordem de Cister já se tinha espalhado pela Europa, contando trezentas e cinquenta casas e uma reputação e prestígio enormes.

São Bernardo era um homem com qualidades inerentes a um líder: sabedoria, forte tenacidade, fé e uma equipa que crescia a cada dia. Todas estas características pessoais, a sua santidade e milagres partiram de França e ecoaram pela Europa, tornando-se um símbolo de unidade e esperança, numa altura de procura desesperada da população por um líder capaz e digno de confiança. No terreno, os monges levavam à letra a Carta de Caridade sob o comando de Estêvão Harding. Assim avançaram para a primeira expansão. As quatro primeiras abadias-filhas (La Ferté, Pontigny, Morimond e Claraval), fundadas entre 1113 e

³² Idem, p. 42.

³³ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 28.

³⁴ OLIVEIRA, Teresinha; PIZOLI, Rita de Cássia; TÔRRES Moisés Romanazzi (org.) – “O conceito de contemplação na educação monástica medieval: reflexões sobre Bernardo de Claraval”, in *Mirabilia Journal 16. A Filosofia Monástica e Escolástica na Idade Média*, 2013, p. 71.

³⁵ MORGADO, Duarte Nuno Ferreira Madaleno Ferreira, *ob. cit.*, p. 28.

1115, tinham desempenhado uma missão que estava a correr bem sobre o terreno, mas é Cister que controla a construção de novas abadias, promovendo assim a expansão da Ordem. Ao fim de quinze anos, Harding não autoriza a construção livre de mais abadias, mas apenas duas por ano³⁶. Mas depois de 1130, as abadias de Claraval e Morimond elevam quarenta outras abadias-filhas, em três anos. Ao fim da primeira expansão, perto da morte de São Bernardo, a Ordem de Cister já tinha em sua posse trezentas e cinquenta e uma abadias³⁷. Este número, quando começou a segunda fase de expansão, aumentará consideravelmente, depois da morte de Bernardo. A segunda expansão, que consistiu no aumento de implementações de abadias, ocorre a partir do ano de 1152, ano em que São Bernardo denota sinais de doença. O Capítulo Geral receia as consequências que uma maior expansão da Ordem possa trazer, mas não a impediu³⁸. Cada filiação teve a sua própria expansão, mas Claraval e Morimond foram as que se destacaram, expandindo-se para ocidente e oriente da Europa.

Por cada caminho ao longo da Europa existiu uma abadia cisterciense. No final do século XIII, é o apogeu da expansão, com setecentas abadias fundadas, mais de quarenta em 1500 e quinze até à Revolução francesa³⁹. Esta expansão considerável da Ordem teve como consequência natural e inevitável o aumento do prestígio, do poder e da atividade dos Cistercienses na vida da Cristandade. O abade de Claraval, Rainard, que foi amigo íntimo de Bernardo, foi o primeiro a responder às dificuldades de uma Igreja em perigo, nomeadamente dentro da Ordem. Foi graças à sua capacidade que se resolveu esta ameaça, concretamente através de duas soluções possíveis: a primeira consistiu na diminuição sistemática do número de abadias, garantindo apenas as sustentáveis; a segunda foi manter a Ordem no lugar privilegiado que ocupava na Igreja e na sociedade, através da implementação de regras adaptadas a uma população religiosa em evolução⁴⁰. Assim, o desenvolvimento de Cister prosperou durante bastante tempo, apesar de o Renascimento trazer novos conhecimentos e ideais, que poderiam ameaçar a estrutura da Ordem.

³⁶ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 95.

³⁷ *Idem*, p. 95.

³⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 96.

³⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 96.

⁴⁰ LEKAI, Louis J., *ob. cit.*, pp. 63-64.

No total foram setecentas e cinquenta e quatro abadias fundadas pela Ordem, mas apenas 400 estariam em funcionamento depois da Revolução Francesa. Por toda a Europa a França foi, claramente, o território mais escolhido por estes monges (Figura 3). Instalaram-se, maioritariamente, nas regiões de Borgonha e da Champanha, onde a Ordem de Cister nasceu e as suas quatro filhas. Depois de 1180, a Ordem considera indispensável a sua expansão para o leste, para a Polónia e para Ocidente, para a Península Ibérica, na sequência da reconquista cristã, que recuperava território pertencente aos mouros. No entanto, fora de França, a expansão teve mais impacto em quatro países: Inglaterra (65 abadias), Itália (98 abadias), Espanha (57 abadias) e Império Romano-Germânico (71 abadias). Os monges de Claraval tiveram mais benefícios na procura de novos lugares pela importância e devoção a São Bernardo que muitos países tinham, nomeadamente em Portugal, onde se irá erguer uma das maiores abadias cistercienses da Europa⁴¹. Foi elaborado um mapa que exemplifica a grande expansão realizada ao longo do território europeu pelas diversas filiações da Ordem.

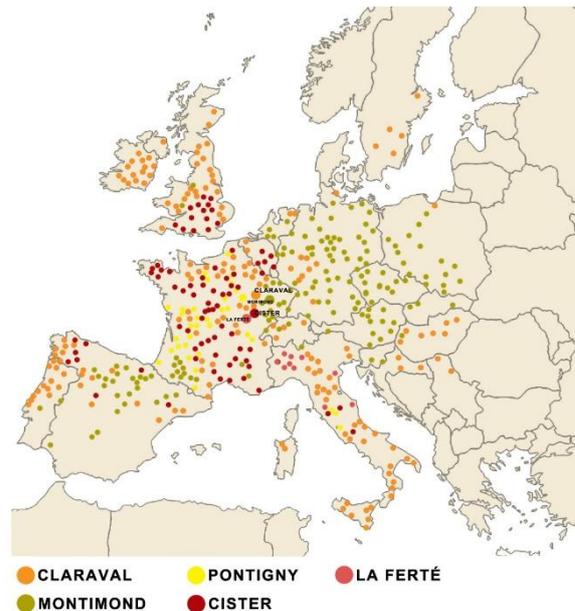


Figura 3 - Repartição das abadias pela Europa, segundo a filiação. Adaptado do livro: LEROUX Dhuys, FRANÇOIS Jean, *ob. cit.*, p. 96.

A característica histórica da Ordem Cisterciense consistiu numa série de esforços ininterruptos, nem sempre felizes, de modo a manter o equilíbrio entre o espírito dos fundadores e as novas exigências contemporâneas, que ainda hoje continua⁴².

I.4 A ARTE, A ARQUITETURA E O PATRIMÓNIO CISTERCIENSE

Somos hoje privilegiados por sermos herdeiros de significativa herança e vestígios da maravilhosa, mas simples, arquitetura e arte cistercienses. Passados quase mil anos, ainda é possível contemplar um património que atravessou inúmeros séculos diversificados da história da Europa e do Mundo. A simplicidade e a austeridade são adjetivos que bem classificam a arte cisterciense.

⁴¹ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 95.

⁴² LEKAI, Louis J., *ob. cit.*, p. 65.

Desde que foi fundada a Ordem, em 1098, por Roberto de Molesme em Cister, que a arte seria uma expressão dos diálogos interiores entre o monge e Deus⁴³. Toda a forma de arte fosse iluminura, vitral, arquitetura ou escultura, teria de expressar a sua vida espiritual, ou seja, teria de exprimir humildade, seriedade e sobriedade e criar uma ligação mais próxima a Deus (Figura 4).

São Bernardo de Claraval, o grande impulsionador da Ordem, foi o rosto de uma reforma que mudou a forma de vida da Europa, numa altura dividida entre a paz e a rutura. Saída da rutura e decadência evidenciada por Cluny, a Ordem de Cister renova a Regra de São Bento, numa tentativa de voltar aos ideais primitivos. Bernardo irá respeitar os desejos de Roberto de Molesme, de simplicidade e austeridade na construção das igrejas



Figura 4 – Refeitório dos monges no Mosteiro de Alcobaça, mostra a simplicidade e construção austera cisterciense. Fonte: Autora.

e edifícios para a Ordem. Segundo Georges Duby, Bernardo de Claraval foi empreendedor da obra cisterciense, pois para ele a arte deveria responder à necessidade, que provém do interior do Homem, para se relacionar com Deus⁴⁴, tal como é descrito de seguida:

*“Bernardo nada construiu (...) Bernardo de Claraval não se preocupou em construir, e ainda menos com a decoração. Bernardo de Claraval fala. Sobretudo escreve. (...) contudo, o edifício cisterciense deve-lhe tudo. São Bernardo é verdadeiramente o patrono desse vasto estaleiro de construção e, como vulgarmente se diz, o seu mestre-de-obras.”*⁴⁵

Portanto, sendo o objetivo da arte chegar à dimensão espiritual, Cister chegou a isso mesmo, pois marcou uma transição entre a dominada arte episcopal (muito incutida em Cluny) e a arte monástica, que assume o papel principal nas obras⁴⁶.

Para a construção dos mosteiros, São Bernardo opõe-se ao fausto utilizado nas igrejas de Cluny. E, por isso, proíbe a construção de torres que salientem as igrejas a partir do exterior

⁴³ MORGADO, Duarte Nuno Ferreira Madaleno Ferreira, *ob. cit.*, p. 4.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 13.

⁴⁵ DUBY, Georges – *São Bernardo e a Arte Cisterciense*. Lisboa: Edições ASA, 1997, p. 11.

⁴⁶ MORGADO, Duarte Nuno Ferreira Madaleno Ferreira, *ob. cit.*, p. 15.

e à elevação de grandes naves, impondo um sentido de humildade que é encontrada nas igrejas românicas⁴⁷.

A estrutura base das abadias cistercienses era a arquitetura românica, simples e pura. O programa para a construção das abadias consistia num esquema que definia a organização geral da abadia, o chamado “plano-tipo”⁴⁸ (Figura 5). Outras das características que são tidas em conta aquando da construção de uma abadia é a luz. Como refere Duby, a luz tem de descrever os círculos do movimento cósmico ou movimento da contemplação, em que a luz simboliza Deus, o luminoso.

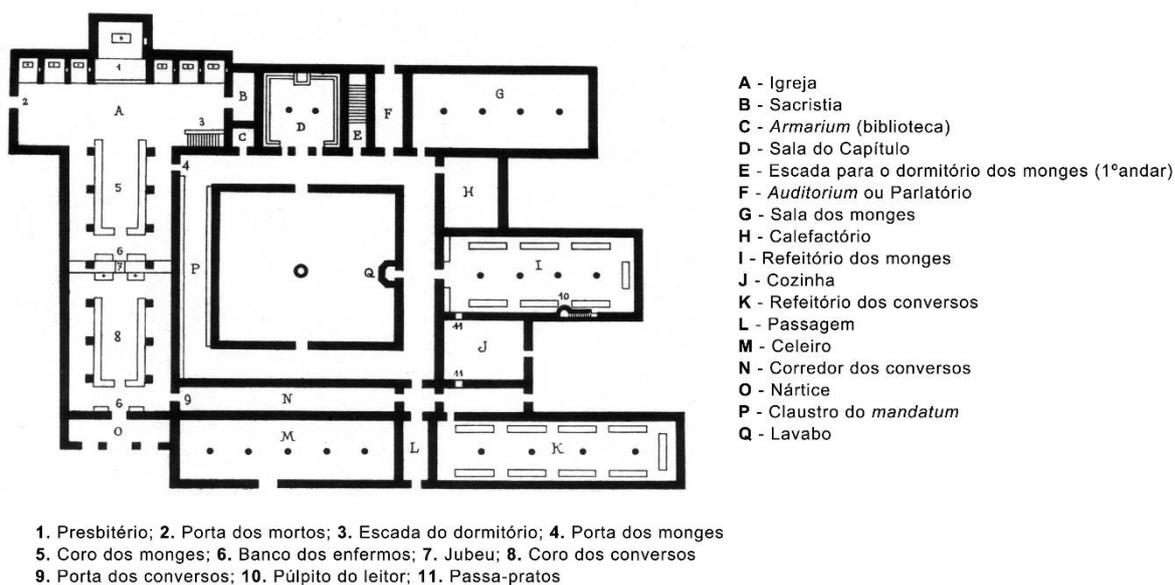


Figura 5 - “Planta tipo” de uma abadia cisterciense (segundo A. Dimier). Extraído e adaptado de JORGE, Virgolino Ferreira – Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval. Alcobça como modelo de análise. In *Arte, História e Arqueologia*. Ésquilo. Lisboa, [S.V.], 2006, p. 29.

São Bernardo não pretendia inventar algo novo, mas sim revigorar a Regra redigida por Bento de Núrsia. Ao contrário de Cluny, que favorecia o formal estilístico e que interpretou a Regra beneditina de forma incorreta, o que levou à construção de abadias e igrejas sumptuosas, recheadas de obras de arte, para Bernardo, seria preferível a ausência de arte, pois a arte para ele não simbolizava a liturgia, a oração.

A Regra em si não define a construção do edifício do ponto de vista descritivo, ou seja, não denomina e não distribui os espaços segundo uma planta.

O mosteiro funcionava independente do exterior, como uma pequena cidade, onde se concentravam todos os serviços e produção necessários para a vida em comunidade. Isto baseava-se nos ideais de *fuga mundi*, ou seja, viver afastado do mundo dos homens com um

⁴⁷ Idem, p. 19.

⁴⁸ Idem, p. 39.

mínimo de contacto possível com o exterior. A Regra também tinha normas relativamente à organização do espaço exterior, como será referido no capítulo seguinte.

Há dois “departamentos” numa abadia: um para os abades e outro para os conversos, sem comunicação franca entre eles. A este, ficava o edifício dos abades que estava adjacente ao transepto da igreja. Do lado oeste ficava o edifício dos conversos, do lado da portaria⁴⁹.

A igreja era o primeiro edifício a ser erguido. Era constituída por um plano basilical tradicional, em forma de cruz latina, pois remete à representação do Homem e do Crucificado. Está voltada a Oriente, pelo simbolismo em volta da luz do novo dia⁵⁰. Segundo George Duby, a igreja é o espaço que “fala de tudo o que liga a terra ao céu, o corpo à alma, o finito ao infinito. É um espaço de espera”⁵¹. Segundo o mesmo autor, a arquitetura cisterciense desde o início afirma a construção de uma “igreja simples sem torres na fachada oriental e precedida de um pórtico pouco elevado”, sem distinção de espaços no interior⁵². Poder-se-á afirmar que a arquitetura dos Cistercienses segue um plano arquitetural consistindo em formas simples e, em geral de linhas retas, sustentado no minimalismo, sem grandes efeitos artísticos. Este modelo passou por diversos estilos arquitetónicos, desde o Gótico ao Barroco, mas nunca os aplicou com fausto ou sumptuosidade. Servir-se-á destes estilos apenas para materializar a dimensão espiritual da Ordem

A arte cisterciense que aqui referimos situa-se, sobretudo, sempre entre o Românico e o Gótico, sem nunca apresentar grande fausto, mas criando uma ponte destes com a Regra de São Bento e os seus ideais. Existe sempre a presença do simples desenho de linhas retas, um pé direito baixo, um trabalho de luz bem pensado e sempre a remeter para uma aproximação a Deus. A paisagem em volta da igreja era igualmente pensada como um lugar de acesso ao paraíso desenhado por Deus, tema que desenvolveremos no capítulo seguinte.

⁴⁹ LEROUX, Dhuys, *ob. cit.*, p. 51.

⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 52.

⁵¹ DUBY, Georges – *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, ..., p. 153.

⁵² MORGADO, Duarte Nuno Ferreira Madaleno Ferreira – *Cister: espiritualidade, estética e teologia da arquitetura cisterciense...*, *ob. cit.*, p. 52.

II – A PRESENÇA CISTERCIENSE EM PORTUGAL E SUA INCIDÊNCIA PAISAGÍSTICA

II.1 A EXPANSÃO PELO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Entre os historiadores ainda existem dúvidas quanto à data exata da chegada dos monges brancos a Portugal, bem como de qual terá sido o primeiro mosteiro onde a reforma cisterciense começou. Isto deve-se à falta de documentação e à existência de diversas lendas e histórias populares, que circulam há várias gerações, mas cuja veracidade não é possível comprovar. Com os dados disponíveis e o apoio de textos e teorias desenvolvidas por historiadores, a questão será exposta de seguida, de modo a tentar perceber por volta de que ano se deu e como se desenvolveu este movimento reformador no reino de Portugal⁵³.

II.1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE PORTUGAL À CHEGADA DOS CISTERCIENSES

É seguro que esta nova corrente espiritual, liderada pela Ordem de Cister, chegou a Portugal no século XII. Apesar da longa adoção da regra beneditina, traduzida nos respetivos mosteiros, um número significativo de monges teve papel fundamental na rápida implementação da reforma proposta pelos cistercienses. Esta abertura para o “novo” era já característica do movimento monástico no reino que, de há muito, aceitara a influência francesa.

Os primeiros mosteiros cistercienses que é possível localizar em Portugal situam-se na zona da Beira Litoral – Beira Alta, sendo de destacar, como pioneiro, Santiago de Sever. Porém, não parece ter tido grande desenvolvimento, pois, segundo alguns registos, em 1288, já estaria desabitado⁵⁴. De entre outros que surgiram, regista-se S. Cristóvão de Lafões, S. João de Tarouca e Santa Maria de Salzedas. Todavia, pouco se pode dizer das respetivas fundações por terem sido destruídos os seus documentos mais antigos. No entanto, podemos afirmar, com Maria Alegria Fernandes Marques, que o grande problema relativo à presença cisterciense em Portugal se relaciona com dois desses mosteiros: S. Cristóvão de Lafões e S. João de Tarouca. Ambos haviam sido influenciados por um outro movimento, o eremítico, como os nomes indicam, que ali imperou antes da chegada dos cistercienses. Os mosteiros abrangidos por esse movimento eram dedicados a São João Baptista, mas, depois da reforma cisterciense, passaram a ser da invocação de Santa Maria. Segundo D. Rodrigo da Cunha, um autor do séc. XVII, a presença dos monges brancos em Portugal registou-se desde 1138,

⁵³ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 1998, p. 33.

⁵⁴ Idem, p. 33.

concretamente em Cristóvão de Lafões. Mais tarde, esta afirmação foi contestada, primeiro por Miguel de Oliveira e depois por Rui Azevedo, que apontaram o ano de 1144 como data de referência da entrada da Ordem de Cister em Portugal⁵⁵.

Os primeiros documentos oficiais que referem a existência da Ordem de Cister neste reino são dois diplomas passados por D. Afonso Henriques a um tal Abade João Cirita e aos seus monges. O mais antigo é datado de 1139 e nele se concedia licença para a fundação de uma abadia⁵⁶. João Cirita foi o homem a quem São Bernardo de Claraval enviou uma mensagem para que fundasse um mosteiro, o que mais tarde aconteceu, em 1140, com a afiliação do eremitério de São João de Tarouca. Contudo, há historiadores que indicam que os primeiros monges chegados a Portugal se acolheram no eremitério de Lafões, em 1138, vindo acompanhados pelo mesmo João Cirita, no seu regresso de França, onde estudara Humanidades e onde, pensa-se, terá conhecido os cistercienses e de onde trouxe a sua reforma⁵⁷. Em dois anos, João Cirita passou de prior a abade de Tarouca e de S. Cristóvão de Lafões, por licenças concedidas pelo rei de Portugal, D. Afonso Henriques. Lafões deixou, pois, de ser o centro da vida eremita para ser um mosteiro onde se implementou uma nova reforma, liderada pela Ordem de Cister. A fama de João Cirita atraiu a atenção de outros eremitérios, nomeadamente Sever, que viria a ligar-se a Tarouca. Em 1156, D. Teresa Afonso entregou ao abade de Tarouca e Lafões o Mosteiro de Santa Maria das Salzedas⁵⁸.

Apesar da falta de documentação e das muitas dúvidas em relação à data exata da chegada de Cister a Portugal, é possível concluir que é certa a sua entrada no nosso país na primeira metade do século XII e, como se disse, através da reforma de antigos centros eremíticos das Beiras⁵⁹. Quanto à existência de mosteiros em outras áreas, tal como os referidos, muitos dos presentes na zona Norte eram beneditinos, vindo, na sua maioria, a aceitar também a reforma cisterciense. A Sul, não há documentação que comprove que os mosteiros eram beneditinos antes ou depois da reforma. Mas, chegada a Ordem a Portugal, entra-se numa fase de expansão, que rapidamente se alastra a todo o território até então conquistado aos mouros.

A grande adesão a Cister dá-se no reinado de D. Afonso Henriques, com maior incidência após meados do século XII, ou seja, depois de afirmada a independência de Portugal. Em 1152, já se realizava uma reunião dos abades das casas cistercienses, que mostraram

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 34.

⁵⁶ GUSMÃO, Artur – *A Real Abadia de Alcobaça. Estudo Histórico – Arqueológico*. Lisboa: Editora Ulisseia Limitada, 1948, pp. 19-21.

⁵⁷ Idem, p. 19.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 20.

⁵⁹ MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *ob. cit.*, p. 44.

grandes reservas em relação à construção de novas abadias. Tal se devia ao facto de considerarem haver incumprimento de certas regras do Capítulo Geral tanto em Portugal, como noutros países⁶⁰. Apesar das dúvidas e da importância das decisões deste órgão na vida cisterciense, a verdade é que, no ano seguinte, fundou-se uma nova abadia em Portugal. A mesma viria a tornar-se, enquanto “casa-filha” de Claraval, a mais importante de Portugal e uma das mais notáveis em toda a Europa. Trata-se da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça.

Impõe-se uma questão: qual seria o interesse do rei na instalação dos cistercienses em Portugal? Sem dúvida, D. Afonso Henriques e os seus conselheiros viram duas vantagens: por um lado, garantia a valorização e defesa de uma parcela do território e, por outro, conseguia comprometer e interessar os monges na obra, vindo a potenciar a formação de uma igreja portuguesa independente⁶¹. Mas nem sempre tudo correu bem, pois também houve desistências, tentativas falhadas e oportunismos. Na década de 1150, há notícias de monges de Claraval na diocese de Coimbra, mas nenhum pormenor se pode acrescentar. E, no final desse século, uma tentativa de imitação de Cister surgiu em Castro de Avelãs⁶². Certo é que o interesse do rei pela instalação dos cistercienses em território português não diminuiu (Figura 6).



Figura 6 - São Bernardo recebe a carta de D. Afonso Henriques. Painel de Azulejos que integra o ciclo sobre a fundação do mosteiro com inscrições de Frei Bernardo de Brito. Século XVIII. Mosteiro de Alcobaça. Fonte: Autora.

Com o passar dos tempos veio a verificar-se que, mesmo na época de maior afirmação e expansão desta Ordem em Portugal, nos séculos XII E XIII, ela foi apenas mais uma das

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 49.

⁶¹ GUSMÃO, Artur, *ob. cit.*, p. 22.

⁶² MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *ob. cit.*, p. 50.

várias Ordens religiosas existentes no país. A crise no século XIV e as condições internas da Ordem, já muito longe do carisma dos seus fundadores, levaram a um tempo de difícil afirmação, dificuldades que se agravaram com as alterações vivenciadas na passagem da Idade Média para os tempos modernos. Em termos dos problemas internos destaca-se a diminuição do número de novos candidatos, mas também as dificuldades financeiras, consequência do decréscimo de rendas, entre outros⁶³. Fatores externos, como as guerras, enfraqueceram também os centros de decisão mais importantes da Ordem, como Claraval, Cister e Morimond. Em consequência, assiste-se a uma diminuição do poder e autoridade do Capítulo Geral, pois deixa-se de respeitar a Regra, o que leva os monges a questionarem as hierarquias e filiações entre a abadia-mãe e as outras abadias. Ainda no século XIV, o papa Bento XII propõe uma reforma de modo a repor alguma ordem no caos que existia. Mas, após a sua morte, a situação agravou-se com Clemente VI (1342-1353). Na base dos maiores problemas esteve o regime de expansão da Comenda, que permitiu que, à frente das abadias, ficassem não apenas monges, mas também membros do clero secular. Desse modo, os rendimentos direcionavam-se para esses comendadores-mor, empobrecendo as abadias. Por outro lado, a supremacia destes novos comendatários esvaziava de conteúdo muitas das determinações do Capítulo Geral⁶⁴. Para piorar a situação, o aparecimento da peste negra e da Guerra dos Cem Anos levaram a graves problemas nas comunidades religiosas. Tudo isto foi catastrófico para as ordens religiosas em geral e para a cisterciense em particular. Ao longo do século XV, a Europa viveu alguma acalmia, sendo possível o surgimento de novas reformas. Dentro da Ordem de Cister tenta-se promover uma reorganização das rendas em quadros regionais ou nacionais, numa afirmação paralela para manter a coesão. Igualmente se tentou voltar às antigas formas de disciplina e austeridade.

Em Portugal, todas estas limitações e restrições foram igualmente vividas. Em Alcobaça, por exemplo, houve uma clara diminuição de efetivos, não apenas por falta de candidatos, mas também porque a maioria dos monges eram idosos e doentes, o que se agravou com a peste. Houve, igualmente, uma quebra nos rendimentos nos mosteiros, em virtude de situações similares. Por isso, tal como outros mosteiros na Europa, também os de cá foram alvo de reformas no século XV, refletindo as preocupações, não apenas da Ordem, mas também do rei e dos membros da família real, que se assumiam com responsabilidades sobre Cister em Portugal⁶⁵. Portanto, se os mosteiros portugueses apresentavam os mesmos problemas presentes na Europa, como "...a ausência da disciplina individual, revelada sob

⁶³ MARQUES, Maria Alegria Fernandes – A Ordem de Cister em Portugal na transição da Idade Média aos tempos modernos. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 124.

⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 125.

⁶⁵ MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *ob. cit.*, pp. 129-131.

múltiplas formas e um traço de laxismo e permissividade nas comunidades”⁶⁶, eles tiveram que ser, igualmente, objeto de reformas. Visava-se, com elas, voltar às origens da Regra e recuperar os ideais de Bernardo de Claraval. Assim se viveu, com altos e baixos, até à extinção das ordens religiosas, em 1834.

II.1.2 A REDE DE ABADIAS

Na época da chegada dos Cistercienses a Portugal, o território apresentava condições geofísicas e sociais e uma ocupação do território muito diferentes da atualidade. Por isso, é importante e igualmente interessante saber a localização e a geografia das casas cistercienses no nosso país, que se explica precisamente pelas características da época (Figura 7).

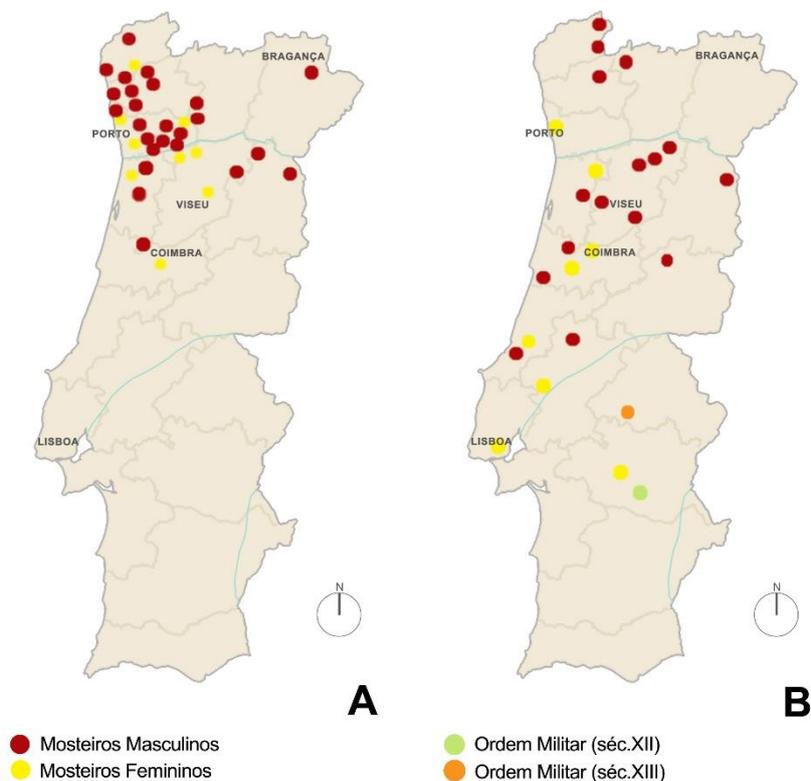


Figura 7 - Expansão da Ordem de Cister em Portugal. (A) Mosteiros Beneditinos Portugueses, séc. XII; (B) Mosteiros Cistercienses Portugueses, Idade Média. Fonte: Extraído e Adaptado de MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister...*, ob. cit., p. 64-65.

A zona da Estremadura ressalta como aquela onde se encontram mais abadias, com destaque para Alcobaça. Tal se explica por dois motivos: o primeiro prende-se com presença já existente de eremitérios, que mostraram aceitação da nova reforma, porque esta promovia a vida comunitária. O segundo diz respeito ao caráter despovoado do território, característica

⁶⁶ Idem, p. 136.

que atraiu os monges brancos⁶⁷. Verificava-se, também, uma ocupação do território no Entre Douro e Tejo muito acentuada, onde os monges aproveitaram bem os recursos naturais. Maria Alegre Fernandes Marques explica que o “Cister português teve os seus inícios e vida autónomos”⁶⁸.

Tal como as Constituições ditam, relativamente à implementação dos mosteiros, estes devem situar-se em lugares afastados dos aglomerados habitacionais e perto de cursos de água. Maur Cocheril propôs um esquema que dividiu os locais das abadias em dois grupos: as abadias de montanha e as abadias de planície e colina⁶⁹. Os mosteiros de São João de Tarouca, Salzedas e Águias podem considerar-se de encosta. Alcobaça coloca-se na categoria de planície.

As primeiras abadias fundadas por cistercienses eram, na sua maioria, masculinas. As abadias femininas surgiram em maior número no século XIII português, ligadas a personagens da alta nobreza, como D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda, filhas de D. Sancho I⁷⁰. Assim, verifica-se o papel importante desempenhado pela alta nobreza da época, como forma de proteção dos ideais dos mosteiros cistercienses e de salvaguarda do património. Igualmente, a sua preferência por Cister evidencia o gosto de manter a diferença social, sob a ideia de igualdade, entre as necessidades e realidades externas e a condição de monge, de rigor e pobreza⁷¹.

À medida que o território de Portugal aumentava, erguiam-se mais abadias cistercienses, tanto masculinas, como femininas. Sem minimizar o papel das Ordens Militares, concretamente a sul do rio Tejo, no século XIII, mais precisamente em Évora, não podemos ignorar que se verificou, pela mesma época, o *clímax* da expansão da Ordem de Cister em Portugal.

II.2 A REGRA E A SUA INFLUÊNCIA NO TERRITÓRIO CISTERCIENSE

Tal como foi referido no capítulo I, desde a forma de vestir à arquitetura e ao modo de vida, a Ordem de Cister teve como cânone de base a Regra de São Bento. A caracterização do território cisterciense obedece, igualmente, a este programa rigoroso e singular. A escolha do território era pensada de forma a acolher e a responder às exigências da vida monástica,

⁶⁷ MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *ob. cit.*, p. 51.

⁶⁸ *Idem*, p. 52.

⁶⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 53.

⁷⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 62.

⁷¹ *Idem*, *ibidem*, p. 63.

relativamente ao espaço e à funcionalidade, nomeadamente a critérios de isolamento em relação a núcleos urbanos e critérios de autossustentabilidade⁷².

Mas antes de descrever a paisagem cisterciense e tudo o que a envolve (atividades económicas, agrícolas e ordenamento da mesma), há que fazer uma análise da vivência quotidiana dos monges e das razões que influenciavam a escolha do local e quais os cânones que auxiliavam a construção, distribuição e zonamento dos edifícios. Começando pela caracterização do lugar, é do conhecimento para quem estuda Arquitetura e Artes que o que importa não é o objeto de estudo, mas o significado do espírito do lugar (*genius loci*), onde se irá desenvolver um projeto⁷³. Portanto, a arquitetura tem de estar em consonância com a história e o espírito do lugar, integrada com a paisagem. Como ordenam os costumes austeros e simples da Regra, o espaço terá de ser natural e escondido, com potencialidades hídricas, geológicas e morfológicas que promovam a liturgia e o trabalho manual. Logo, o lugar terá que conter características para um possível desenvolvimento de uma estrutura autossustentável e que reúna as condições para uma subsistência económica e crescimento futuro⁷⁴. E a Regra (Cap. 66, 6) afirma isso mesmo:

“O mosteiro será construído de tal forma que tudo o que é necessário, ou seja, a água, o moinho, o jardim, estejam no interior do mosteiro e que aí se possam exercer todas as diferentes funções”

A instalação da aldeia cisterciense medieval é feita, em geral, num território caracterizado por vales florestados e solos com aptidão agrícola, longe dos povoados e do ruído humano. São igualmente condições, a existência de água corrente abundante e potável e a disponibilidade de matérias-primas para construção e combustível (pedra e madeira)⁷⁵. Claraaval é um excelente exemplo, pois foi nesta abadia que as outras casas de filiação foram inspiradas. Alcobaça mostra semelhanças a esta abadia em termos da escolha do lugar, como veremos mais à frente. A este propósito, o capítulo XV do *Exordium parvum* determina: *“Que não se construa nenhum mosteiro perto das cidades, dos castelos e das aldeias”*⁷⁶

Os vales têm em maioria uma boa aptidão ecológica, pois muitos deles encontravam-se em situação de aluvião e, portanto, com potencial para a organização e desenvolvimento futuro do povoado. Para Roberto de Molesme e para outros que o seguiram, a aplicação da

⁷² JORGE, Virgolino Ferreira – Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval. Alcobaça como modelo de análise. In *Arte, História e Arqueologia*, coord. de Pedro Gomes Barrosa, Ésquilo, Lisboa, 2006, p. 125.

⁷³ Idem, p. 125.

⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 126.

⁷⁵ JORGE, Virgolino Ferreira, *ob. cit.*, p. 126.

⁷⁶ Idem, p. 46.

Regra no território tinha uma influência proveniente das histórias de São Bento em terras desertas; a solidão e o refúgio derivavam dessa situação precária. Por isso, os Cistercienses, na Europa, instalaram-se principalmente em zonas de bosque ou floresta densa, lugares desertos, onde seria possível ter algum refúgio e onde se pudesse começar de novo, ganhar ou recuperar terrenos abandonados, sem qualquer presença humana, dando um novo significado e utilidade ao espaço⁷⁷ (Figura 8).

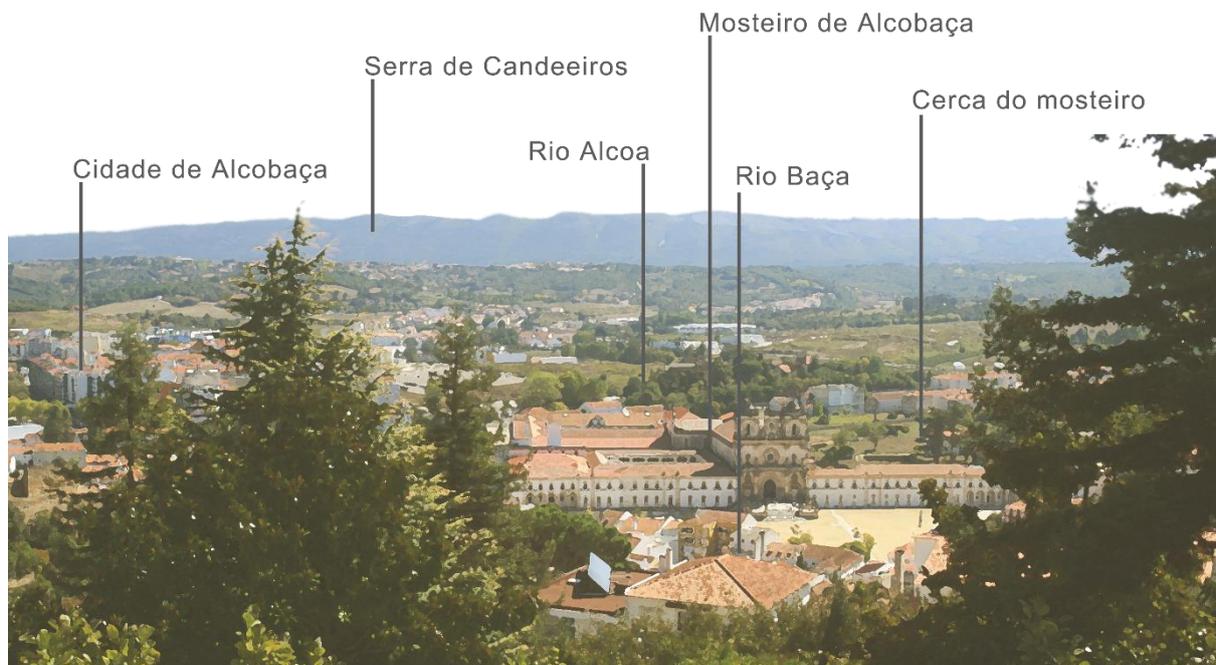


Figura 8 – A Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, inserida num vale rica em áreas florestadas, linhas de água e solos com boa aptidão ecológica (sensação de isolamento). Fonte: Autora.

Em relação à arquitetura, como já foi dito no primeiro capítulo, a austeridade e a sobriedade das linhas alimentam a ideia de base da Regra de S. Bento, em que a expressão estética não tem muita ostentação, nem na pintura nem na escultura, nas paredes dos mosteiros e outros edifícios do território cisterciense. É, portanto, uma arquitetura virada para a simplicidade, para o silêncio e para a liturgia.

Relativamente ao zonamento e ordenamento da paisagem da aldeia cisterciense, estes seguem as necessidades de quem irá habitar aquele espaço, tendo como premissa o lema de São Bento: *Ora & Labora* (oração e trabalho). A organização do espaço tem também em consideração as condições morfológicas do lugar e a dimensão da comunidade, pois dentro desta existe uma hierarquização e, por isso, são feitas adaptações tendo em conta as exigências de cada classe – dos abades aos monges e aos conversos⁷⁸. O centro do mosteiro é geralmente situado a norte ou a sul da igreja e a sua direção vai depender da topografia do

⁷⁷ *Idem*, p. 46.

⁷⁸ JORGE, Virgolino Ferreira, *ob. cit.*, p. 133.

lugar, como já foi referido. É constituído por quatro galerias cobertas: o pátio, um espaço amplo de forma quadrada, preenchido por um jardim “fechado” (*hortus conclusus*); do pátio parte uma rede de corredores que interligam outros espaços, como a ala dos monges, a ala dos conversos e a ala da leitura⁷⁹. Em volta destes espaços encontram-se: o cemitério, ladeando a cabeceira da igreja; o horto, para cultivo de legumes e frutas e outras plantas para fins culinários e medicinais; a enfermaria, a botica e o cárcere. Mais afastado deste núcleo, outras atividades se desenvolviam, como instalações agrícolas e industriais: moinhos, extração de minerais, ferraria, fornos, currais e estrebarias⁸⁰

No entanto, este conjunto monástico (Figura 9) era delimitado por uma cerca que, tal como a Regra dita, tinha como função a clausura do mundo exterior, impedindo, igualmente, a invasão de pessoas ou animais no espaço privado dos monges. Todos os edifícios do mosteiro, incluindo as granjas e jardins, deveriam, pois, estar delimitados por uma cerca, geralmente construída de tijolo ou pedra.

Igualmente, a proximidade à água era considerada um critério importante na escolha do lugar, não só pela questão dos usos e de sustento às necessidades básicas dos monges, mas como um elemento simbólico. A água, segundo as crenças cristãs na Idade Média, simbolizava o pranto de batismo que lavava os pecados, mas era também símbolo da origem do Mundo. Como tal, a presença e a disponibilidade abundante de água são fatores imprescindíveis para a vitalização e o desenvolvimento sustentado da comunidade⁸¹. Grande parte dos aglomerados monásticos respeitam os limites hidráulicos da zona ou erguem-se sobre um aterro ou plataforma artificial, que os protege de eventuais cheias, para além de dificultar problemas de humidade que poderiam surgir. Muitas técnicas foram usadas para que o mosteiro pudesse adaptar-se a estas condições. Designadamente, foram tomadas medidas de modelação, nivelamento e

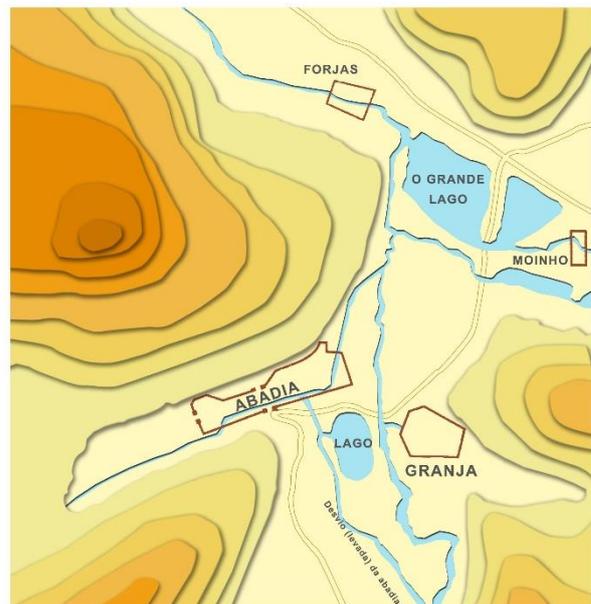


Figura 9 - Abadia de Claraval inserida num vale entre dois cursos de água em que zonamento dos edifícios é feito respeitando a toponímia. Fonte: Extraído e Adaptado de LEROUX, Dhuy e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 48.

⁷⁹ *Idem*, p. 134.

⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 135.

⁸¹ JORGE, Virgolino Ferreira – Separata de “Os Cistercienses e a Água”. In *Revista Portuguesa de História*, Tomo XLIII. Coimbra, 2012, p. 4.

compactação do terreno, levando à realização de “*infraestruturas hidrotécnicas e sanitárias específicas e complexas, adaptadas previamente à configuração do sítio e à implantação sobreposta e posterior dos diversos edifícios regulares*”⁸².

A aplicação de todas estas técnicas e as formas de ocupar o território tinham um único objetivo, baseado na Regra Beneditina: tornar a zona do mosteiro autossuficiente, de forma a evitar a saída dos monges da clausura.

⁸² *Idem*, p. 135.

III – A REAL ABADIA DE SANTA MARIA DE ALCOBAÇA

III 1 – ENQUADRAMENTO GERAL

III 1.1 – LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GERAL

A Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça ou, vulgarmente designado, Mosteiro de Alcobaça, situa-se na região da Alta Estremadura, inserida entre um limite oriental definido pela serra de Candeeiros e um ocidental delimitado pelo Oceano Atlântico. A norte, o concelho é confrontado pelo concelho de Leiria e a sul pelo concelho de Caldas da Rainha⁸³. É, pois, entre estes dois marcos que se localizam as terras de Alcobaça, numa extensão de quase quarenta mil quatrocentos e sessenta hectares de área, que outrora correspondia à área do couto⁸⁴. A região é limitada a sul pelo concelho das Caldas da Rainha e a norte e nordeste pelos concelhos de Marinha Grande, Batalha e Porto de Mós, e a oeste pelo concelho de Nazaré (Figura 10).



Figura 10 - Localização do concelho de Alcobaça ao nível do país e cidade de Alcobaça à escala do concelho.

Fonte: Adaptado do Google Maps.

⁸³ MOREIRA, Sónia Maria do Livramento – *As intervenções da Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais [texto policopiado]: O caso do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – Igreja, Claustro de D. Dinis e dependências monásticas*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico, apresentada à Universidade de Évora. Évora, [s. n.], 2006. Vol. I e II, pp. 13-14.

⁸⁴ NATIVIDADE, J. Vieira – A Região de Alcobaça: algumas notas para o estudo da sua agricultura, população e vida rural. In: J. Vieira Natividade, *Obras Várias – I. Alcobaça*: Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do I Aniversário da Morte do Prof. J. Vieira Natividade, [s. d]. Vol. I, p. 11.

A cidade, do mesmo nome é, de momento, a capital de concelho, que conta com 18 freguesias, população de 56,693 habitantes (2011) e uma área de 408 km², aproximadamente⁸⁵.

III 1.2 – HISTÓRIA DA ABADIA CISTERCIENSE

Tal como já foi referido no capítulo II, o ano da chegada dos cistercienses a Portugal, bem como a fundação do Mosteiro de Alcobaça, tem sido um tema de discussão entre vários historiadores, tal como a fundação do Mosteiro de Alcobaça. Diversos cronistas monásticos deixaram informações díspares da fundação da abadia, ao procurarem nela inserir factos milagrosos, alguns dos quais não passam de lendas. Exemplo disso é o texto que associa o cerco à cidade de Santarém, à vinda dos cistercienses. Aí se diz que, D. Afonso Henriques tomou essa cidade até então ocupada por muçulmanos, por intercessão de São Bernardo, que para tanto, o mandou avisar. No entanto, a autenticidade dessa informação viria a ser refutada e negada por historiadores⁸⁶. No entanto e independentemente dessa intervenção miraculosa, podemos dizer que a conquista de Santarém contribuiu para a fundação da abadia em Alcobaça, pois este território foi entregue aos monges de Cister, como forma de garantir a ocupação das terras. Por outro lado, a conquista de Santarém trouxe a segurança indispensável para a transformação e desenvolvimento do couto doado, que por ação dos cistercienses, viu a sua paisagem completamente transformada. Mas, então, porque D. Afonso Henriques doou estas terras à abadia de Claraval? Impõem-se três razões principais⁸⁷:

- Política – o rei julgou importante a relação entre a Ordem de Cister e Portugal, como era certo o interesse na intercessão de São Bernardo junto do Papa.
- Social – o interesse de chamamento para junto do povo português, dos grandes pilares que eram, à época, os monges agrónomos de Cister, com todas as suas potencialidades técnicas e culturais era igualmente grande.
- Económica – é prometedora a esperança que esses monges, inteiramente dedicados ao desbravamento das terras que lhes são eram confinadas poderiam trazer à economia portuguesa, que está a ensaiar os seus primeiros passos.

Estas foram, da nossa perspetiva, as razões mais fortes para a entrega da vasta região por D. Afonso Henriques aos monges brancos. E estes não falharam, pois, mal se instalaram, deram início ao processo de recuperação de terras pantanosas, bem como ao arroteamento

⁸⁵ CMA – Câmara Municipal de Alcobaça [em linha]. Alcobaça. [s. d.]. Disponível em: <http://www.cm-alcobaca.pt>

⁸⁶ COCHERIL P., Maur – *Alcobaça: Capitale de Citeaux au Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1975, p. 25.

⁸⁷ Informação cedida pela Professora Doutora Manuela Mendonça, Presidente da Academia Portuguesa de História.

dos matagais. São Bernardo morreria quatro meses depois. Já não, portanto, as dificuldades dos primeiros tempos, nomeadamente da posterior incursão muçulmana, que arrasou os trabalhos feitos. Mas os cistercienses não se dariam por vencidos e, reocupado o espaço, retomariam a obra iniciada.

A carta de doação do couto de Alcobaça tem a data de 8 de Abril de 1153⁸⁸. Os recém-chegados monges de Claraval, normalmente doze e um abade, dirigem-se ao território doado e instalam-se a umas centenas de metros da atual localização do mosteiro. Para tanto, edificaram a primeira construção. Neste ponto, há também um significativo debate entre diversos historiadores, concretamente no que diz respeito à criação da abadia e a edificação dos dois mosteiros: o velho e o novo. É errado pensar que logo que os monges chegaram começaram a construção do Mosteiro que hoje observamos. Este apenas começou a ser construído em 1178. Mas em 1195, deu-se a já referida chacina, resultante da incursão dos mouros, que pilharam o mosteiro e assassinaram alguns monges, o que obrigou à recuperação e reconstrução de tudo o que estava feito até então⁸⁹. Os novos trabalhos começaram pela igreja e foi progressivamente avançando para outras alas da abadia. Só em 1223, segundo o critério de um número assinalável de autores, os monges ter-se-ão mudado para a abadia nova, sendo que, pelo menos o dormitório, o refeitório, e a cozinha estariam prontos⁹⁰.

O couto doado era muito extenso para poder ser trabalhado apenas pelos monges e, por isso, começaram de imediato, a atrair a mão-de-obra que tanto precisavam⁹¹. Nas zonas mais difíceis de povoar, onde, por exemplo, existiria malária, instituíam-se os privilégios específicos dos coutos. O principal destes privilégios era a isenção de jurisdição régia. Desse modo, eventuais criminosos ou foragidos à justiça poderiam ali instalar-se com as respetivas famílias e trabalhar. Sempre sob a supervisão dos monges, assim contribuía para o povoamento daqueles terrenos, não tendo de cumprir as penas impostas pela justiça régia. E estando sob a jurisdição do abade, o criminoso estava também fixado à terra. Este privilégio foi retirado ao mosteiro em 1672, mas foi este sistema que deu nome à designação popular de Coutos de Alcobaça⁹².

Para completar a organização do espaço e servir como escola de aprendizagem no cultivo de novos produtos, os cistercienses organizaram granjas, que eram administradas pelos

⁸⁸ Idem, p. 26.

⁸⁹ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 142.

⁹⁰ GUSMÃO, Artur – *A Real Abadia de Alcobaça: Estudo Histórico – Arqueológico*. Lisboa: Editora Ulisseia Limitada, 1948, p. 19.

⁹¹ COCHERIL P., Maur, *ob. cit.*, p. 27.

⁹² Idem, p. 27.

conversos, como referiremos em posterior subcapítulo. Mas, regra geral, as granjas não deram a significativas povoações e, quando o número de conversos diminuiu, os monges foram obrigados a arrendar ou a ceder os terrenos aos agricultores⁹³.

Os cistercienses viveram entre os séculos XIII e XIV, um longo período de perseverança no trabalho iniciado. Foi neste espaço no tempo que os monges cultivavam os seus próprios campos, guardavam os rebanhos, extraíam o ferro e instalavam as primeiras indústrias do país. Desbravaram as charnecas, enxugaram os pântanos. Plantaram diversos tipos de culturas, tanto hortícolas como frutícolas⁹⁴. Os mestres das granjas passavam conhecimentos para as vizinhanças, num permanente contacto e troca de saberes entre todos. O grande desenvolvimento dos coutos ocorreria por meados do século XIV, durante o reinado de D. Pedro I.

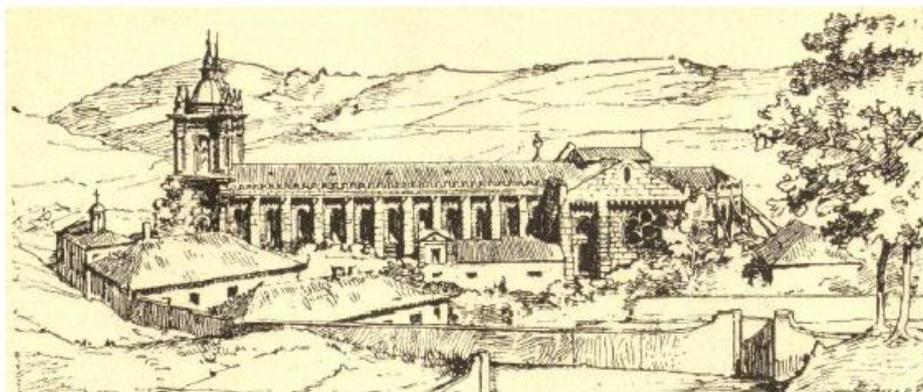


Figura 11 - Mosteiro de Alcobaça visto de sul. Albrecht Haupt. 1886. Fonte: HAUPT Albrecht – A arquitetura da renascença em Portugal: Alcobaça. In Serões, revista mensal ilustrada. Edição nº25. Lisboa, Livraria Ferreira & Oliveira, Lda., 1907.

Com a progressiva organização administrativa, o Mosteiro (Figura 11) passou a legitimar a presença dos colonos, atribuindo-lhes cartas de povoamento. Deste modo atraíam as gentes, proporcionando-lhes melhores condições do que as que teriam ao serviço de outros senhores. Essas condições dependiam do tipo de terreno atribuído, sendo que, quanto mais difícil de trabalhar ele fosse, mais rapidamente os colonos podiam tornar-se seus proprietários. A reputação do funcionamento dos coutos ultrapassou os próprios limites destes. A capacidade económica conseguida pelos monges permitiu-lhes um período de prosperidade e tranquilidade, que começou no reinado de D. Pedro I (1357-1367), grande amigo do mosteiro, até ao reinado de D. João I (1385-1433)⁹⁵. Foi este rei que deu a cadeira abacial a Dom João Dornellas, que se tornou num abade que administrou Alcobaça segundo um feudalismo exagerado: aumentou impostos, deu nova interpretação aos forais, agravou a

⁹³ COCHERIL P., Maur – *Alcobaça: Capitale de Citeaux au Portugal*, ob. cit., p. 28.

⁹⁴ Idem, p. 28.

⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 29.

dependência dos caseiros. Isto levou ao aumento da riqueza e poderio na abadia, tornando a decadência inevitável⁹⁶.

Com tanta riqueza e poder, os monges foram, progressivamente, perdendo a noção de austeridade e simplicidade que os norteava nos primeiros anos.

Em 1567, o Cardeal-Infante D. Henrique obteve do Papa a independência da ordem cisterciense portuguesa, criando-se uma Província autónoma o que, naturalmente, criou conflitos com a Casa-Mãe de Cister.⁹⁷ Mas, por outro lado, trouxe nova vida às abadias cistercienses portuguesas, que retomaram ao antigo esplendor. Após a expulsão dos Espanhóis, devolvendo a independência a Portugal, o rei D. João IV concede à abadia novos direitos e privilégios, o que permite caracterizar os tempos seguintes como o período mais intelectual para a abadia⁹⁸.

Uns anos mais tarde, a abadia voltou a sofrer uma série de infortúnios. Em 1755, ocorreu o terramoto e em 1772 uma grave inundação que assolou parte do mosteiro e terrenos circundantes. Depois, entre 1808 e 1810, ocorreram muitas pilhagens devido à invasão das tropas francesas em Portugal⁹⁹. Exemplo destas pilhagens, são os estragos aos túmulos de D. Pedro I e D. Inês. Em consequência destes acontecimentos, a economia do mosteiro deteriorou-se, situação agravada com os ideais da Revolução Francesa, cujos seguidores intensificaram as hostilidades contra o mosteiro. Quando da guerra civil, entre absolutistas e liberais, os monges declaram estarem a favor de D. Miguel. Quando da derrota deste, os monges tiveram de fugir e, na sequência, o mosteiro foi saqueado.

Após a extinção das ordens religiosas em 1834, o mosteiro foi nacionalizado, destinando-se a quartel, ou a acolher qualquer outro serviço da administração pública. Grande parte de edifícios ou salas desocupadas tornaram-se ruína. Na segunda metade do século XX, foram iniciadas obras de restauro, mas que não devolveram o esplendor do mosteiro no seu apogeu.

Muitas são as histórias que se contam sobre o que se passou nos séculos de existência do mosteiro. O que é certo, apesar das adversidades, é que o mosteiro resistiu até aos dias de hoje, sendo ainda é possível estudar a forma como os monges que ali habitavam viviam o seu dia-a-dia e como evoluíram em termos de conhecimentos, dando o seu contributo às artes e às ciências naturais, sociais e humanísticas.

⁹⁶ COCHERIL P., Maur, *ob. cit.*, p. 32.

⁹⁷ *Idem*, p. 33.

⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 34.

⁹⁹ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 142.

III 2 – ENQUADRAMENTO BIOFÍSICO DO CONCELHO DE ALCOBAÇA

III 2.1 – GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA

J. Vieira Natividade numa das suas obras relata, imaginando, o surgimento da região de Alcobaça através da mitologia grega, referindo-se a Vénus, que surge da água, na paz de um lago imenso, e:

*“Por um movimento geocinético de extraordinária possança, esse lago, lentamente expulso do seu leito e projetado pelo mar, deixaria a descoberto a mais estranha, a mais fantástica das paisagens. E foi nas margens desse lago, [...], nas grutas naturalmente abertas nas falhas do Jurássico que o homem pré-histórico encontrou o seu primeiro abrigo, foi aí [...] surgiu pela primeira vez na região de Alcobaça.”*¹⁰⁰

Este relato alude às dinâmicas geológicas que ocorreram na região, atividades essas que transformaram a paisagem e geraram aquela que contemplamos hoje. No Neolítico, o mar chegava à serra de Candeeiros. Graças às dinâmicas geomorfológicas, à tectónica e ao fenómeno de glaciação, a área que antes estava submersa está hoje descoberta com um relevo ondulado constituída por aluviões, areias pliocénicas, calcários e grés jurássicos, tornando os solos aqui presentes férteis para agricultura. O limite oriental de Alcobaça, a serra de Candeeiros, é constituído por calcários do jurássico médio e do jurássico superior. No sopé da vertente, devido à erosão e a fenómenos orogénicos, existe uma faixa de solo fértil, onde se pratica a cultura do olival. O calcário jurássico volta a aparecer nos vales de Chiqueda, Carvalhal, Aljubarrota, Turquel e Benedita. É aqui que aparecem inúmeras falhas que dão origem a vales pequenos. O calcário Jurássico cruza-se com o Neo-Jurássico¹⁰¹. Este tem uma representação considerável na região, sinónimo de terrenos férteis.

É nas colinas da Fervença, que limitam a sul a grande planície de aluviões e rochas do pliocénico, que se desenvolvem as culturas arvenses e hortenses com especial intensidade, devido ao solo relativamente fértil. A planície de Cela e os campos do Valado, Fervença, Maiorga e Alfeizerão, foram apenas aproveitados para cultura depois dos incríveis trabalhos de drenagem dos monges de Alcobaça. Os campos de Cela e Alfeizerão têm como limite ocidental a serra da Pescaria, que se prolonga até à Nazaré, e é constituída por calcários e grés jurássicos e por uma faixa fina do Triásico¹⁰².

¹⁰⁰ NATIVIDADE, J. Vieira, *ob. cit.*, p. 21.

¹⁰¹ Idem, p. 21.

¹⁰² Idem, *ibidem*, p. 23.

No litoral, na zona de São Martinho do Porto, encontra-se os marnes infraliásicos e alguns jazigos de gesso. No concelho da Nazaré, surgem as areias pliocénicas, sendo que na parte norte as dunas constituídas por estas areias e areias modernas ganham importância¹⁰³. A cidade de Alcobaça, encontra-se na zona do Jurássico Superior (cor azul clara) (Figura 12) constituído essencialmente por grés superiores com vestígios de vegetais e dinossauros.

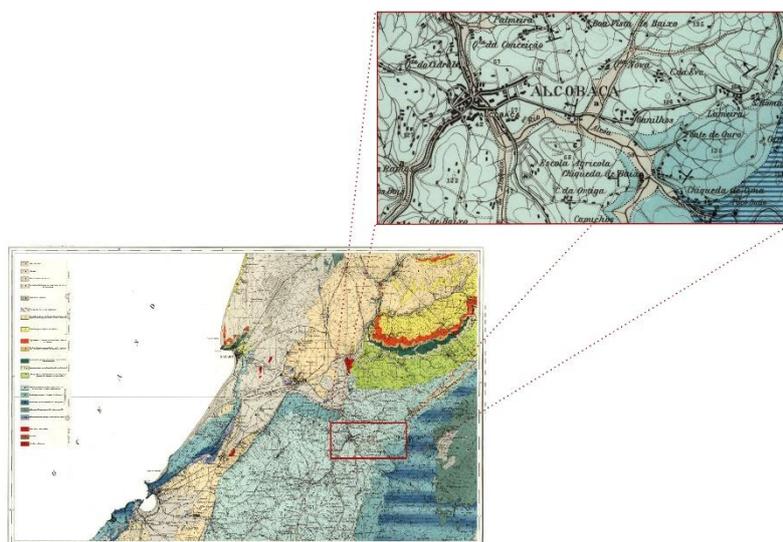


Figura 12 - Carta Geológica de Alcobaça. Folha 26-B Alcobaça. Escala 1/50000. Extraído de FRANÇA, J. Camarate e Zbyszewski – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia Explicativa da folha 26-B Alcobaça*. Lisboa: Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1963.

Na encosta da serra de Candeeiros, estende-se uma vasta área de olival em terrenos jurássicos, onde se observam bancadas calcárias escurecidas pela água e o sol, que por vezes aparecem entre a floresta rasteira. O relevo é constituído pela serra de Albardos e por algumas cordilheiras de pequenos montes, que ao aproximarem-se ao litoral perdem força e dão lugar a um relevo menos acidentado, de planícies, formando os campos de Ceia e Alfeizerão. Para Norte, estendem-se as zonas de areias e o domínio do pinheiro bravo. A nordeste, é a vinha que ganha terreno e se espalha até aos vales mais férteis de aluvião. É, portanto, nestas colinas e encostas suaves, e vales férteis que o Homem exerce a sua atividade agrícola¹⁰⁴.

Em resumo, em termos geológicos, a região de Alcobaça, é constituída por calcários, grés, areias pliocénicas e variações destes tipos de rocha. Apenas a registar a presença de uma pequena mancha basáltica e outras manchas do Cretácico próximo de Cós e Alpedriz.

¹⁰³ NATIVIDADE, J. Vieira, *ob. cit.*, p.24.

¹⁰⁴ Idem, p.11.

Em termos de geomorfologia, segundo António Maduro, o território divide-se em seis zonas físicas (Peça Desenhada 05):

- Zona 1 – Zona de serra
- Zona 2 – Zona do Lusitaniano da beira-serra
- Zona 3 – Zona das colinas do Jurássico e do Cretácico
- Zona 4 – Zona dos terraços ou das areias pliocénicas e holocénicas de Pataias-Nazaré
- Zona 5 – Zona do Vale Tifónico
- Zona 6 – Zona serrana do litoral

Seguindo esta estrutura, começa-se por descrever a zona da serra de Candeeiros (zona um), pertencente ao Maciço Calcário Estremenho, que tem uma altitude máxima de seiscentos e treze metros. Esta barreira de calcário do Jurássico médio está fortemente erodida, onde encontra-se uns conjuntos de matos rasteiros constituídos essencialmente pelo carrasco e pelo alecrim. Depois segue-se a zona do Lusitaniano da beira-serra (zona dois), constituída por uma ampla depressão de cerca de 150 metros e que se estende desde a Cruz da Légua até à Benedita¹⁰⁵. É formada por calcários marcados pela carsificação, onde a presença de algares e sumidouros é notória. Aqui a água apenas é disponibilizada em algumas lagoas. A esta faixa, segue-se outra formada por colinas de grés, margas e argilas do Jurássico e Cretácico (zona três). Evidencia-se a presença de vales rasgados e depósitos aluvionares. As terras de várzea escasseiam, e as áreas de regadio são reduzidas. Esta área compreende a maior parte das terras dos coutos: Cós, Maiorga, Aljubarrota, Alcobaça, Cela e Santa Catarina, assim como algumas das vilas a sul¹⁰⁶.

A norte de Nazaré e Pataias, localiza-se a zona quatro. Esta é formada por terraços de areias Pliocénicas e Holocénicas, onde denota-se o domínio do pinheiro-bravo, planta indispensável para a proteção das dunas e areias dos ventos marítimos, delimitando ao mesmo tempo o avanço dunar. A zona do Vale Tifónico (zona cinco), formação do Triásico Superior, é constituída por argilas vermelhas, margas e calcários dolomíticos. Abrange as povoações de Alfeizerão, Famalicão e Valado. Aqui há uma presença forte de cursos de água, pequenos afluentes, abertas e aguieiros. Temos então a bacia do Alcoa, onde vão dar todos os seus afluentes que depois convergem pela garganta da Ponte da Barca até atingirem o

¹⁰⁵ MADURO, António Eduardo Veyrier Valério – *Cister em Alcobaça. Território, Economia e Sociedade (séculos XVIII-XX)*. Porto: Edições ISMAI, 2011. ISBN: 978-972-9048-53-1. [S/vol.], p. 16.

¹⁰⁶ Idem, p. 17.

oceano¹⁰⁷. A zona serrana do litoral (zona seis) é constituída pela serra da Pescaria, que se prolonga até à Nazaré, e é formada por calcários e grés Jurássicos ¹⁰⁸.

A geomorfologia e a geologia presentes neste território, transformaram a paisagem e influenciaram as escolhas dos monges cistercienses no ordenamento deste, pelo que é importante perceber e estudar a base da paisagem que eles ocuparam e transformaram uma região que, a princípio, não teria potencial para habitar.

III 2.2 – HIDROLOGIA

“O ciclo da água está bem marcado em Alcobaça. Foi a riqueza da água que tentou a localização dos cistercienses no século XII e foi a sensibilidade local à água que os levou a desenvolver sistemas hidráulicos de proteção e de segurança, de utilização industrial e agrícola, de drenagem e saneamento e de lazer e de utilização urbana, em cenário de risco, mas aliciante desafio.”¹⁰⁹

Em termos hidrológicos, o concelho de Alcobaça é atravessado por diversas linhas de água, rios e ribeiros, que vão desaguar ao mar. Há dois rios principais na região: Alcoa e Baça. O rio Alcoa nasce de várias fontes, em ramos meandrantes e encaixantes em vales estreitos e profundos. O Baça, mais pequeno, corre em direção diametralmente oposta, mas ambos rodam noventa graus e encontram-se em Alcobaça para depois seguirem o seu caminho pelo vale em garganta da Fervença, irrigam os Campos de Valado, e juntam-se depois ao rio da Areia e ao rio do Meio, atravessam uma terceira barreira natural na Ponte das Barcas e desaguam no areal moderno entre Nazaré e São Gião¹¹⁰. Na área paralela à costa constituída por colinas de relevo suave e vales apertados, correm também cursos de água muitas vezes em regime sazonal. A área seguinte, formada por um vale tifónico e pedregoso, termina no sopé do maciço calcário da serra de Candeeiros, onde os cursos de água surgem (Peça Desenhada 06).

O mosteiro e a cidade de Alcobaça estão precisamente instalados na bacia hidrográfica dos rios Alcoa e Baça, mesmo antes do vale em garganta de Fervença, o que torna esta zona suscetível a cheias. Apesar deste risco, os monges instalaram-se na plataforma aluvionar depositada pelos dois rios, o chamado “triângulo bom”, onde as fundações rochosas são

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 17.

¹⁰⁸ NATIVIDADE, J. Vieira, *ob. cit.*, p. 23.

¹⁰⁹ TAVARES, J. Pedro Duarte – William Elsdén, o Mosteiro e Alcobaça. In *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Lisboa. ISSN: 0871-682X. [S.V.], nº23, 2014, p. 219.

¹¹⁰ TAVARES, J. Pedro – Riscos Naturais na Alcobaça Cisterciense. In *Espaços Adepa, revista de património*. Edição ADEPA. [S. I.]. [S.V.], 2006, nº2, p. 13.

parcialmente estáveis, o que proporcionou a implementação fácil de levadas e canais necessários para a sua organização¹¹¹.

Mas ao analisar a zona, não podemos olhá-la como é hoje. Se recuarmos ao tempo do império romano, a região era muito diferente: o mar que hoje encontra terra em Nazaré e em São Martinho do Porto estendia-se à época, muito mais para o interior, numa enorme bacia até Alfeizerão, onde havia um porto, e prolongava-se ao longo de toda a serra de Cela, Bárrio, Vestiaria, até Fervença ¹¹². Dali passava a poente de Maiorga, estendendo-se por toda a parte baixa até Cós. Ocupava, pois, todo o campo de Maiorga e Valado; aqui formava uma curva e voltava ao monte de São Bartolomeu, prolongando-se até ao estreito por onde entrava. Ao sul deste estreito existia um longo promontório, formado pela serra de São Gião (Figura 13).



Figura 13 - Aspetos da costa: do Neolítico aos nossos dias. Segundo J. Vieira Natividade. Fonte: NATIVIDADE Joaquim Vieira – A Região de Alcobça.

Ao longo dos anos, toda esta vasta zona foi preenchida por aluviões vindas do Norte. Aliás, este é um fenómeno geral na época medieval portuguesa – sabemos que à fundação da nacionalidade, por exemplo, um braço de mar separava, ainda do continente, a ilha de Peniche e, ao longo do território, havia muitos mais rios e imensas linhas de água eram perfeitamente navegáveis. Assim, na zona que estudamos, a citada enseada se transformou

¹¹¹ Idem, p. 13.

¹¹² NATIVIDADE, Manuel Vieira – *O Mosteiro de Alcobça (notas históricas)*. Coimbra: Imprensa Progresso, 1885, p. 22.

em longos campos pantanosos e a vinha ribeirinha que então se cultivava à beira-mar desapareceu, vencida pelas areias¹¹³.

III 2.3 – CLIMA E SOLO

O concelho de Alcobaça apresenta uma situação climática muito especial. Como já foi referido anteriormente, Alcobaça tem uma área que se estende da serra de Candeeiros até ao oceano. Mas entre estes limites, existe a serra da Pescaria, que protege uma parte do território da ação dos ventos e das areias. Uma outra parte é protegida pela área de pinhal que se estende até à beira-mar. A oriente, a serra de Candeeiros é igualmente uma barreira que protege o concelho dos ventos frios do nordeste e dos ventos quentes de sudeste¹¹⁴.



Figura 14 - A neblina que se instala por cima de Alcobaça. Fotografia cedida pelo Engenheiro José Pedro Tavares.

Pode, pois, dizer-se que a região de Alcobaça, tem um clima de transição entre o clima mediterrânico e o clima atlântico, porque nela se verifica a ocorrência das chamadas “precipitações ocultas”, fenómeno observável em tempo de verão, resultado da condensação noturna das massas de ar marítimas provenientes do oceano. O vento sopra principalmente do quadrante norte, durante todo o ano, com rajadas que, por vezes, atingem uma velocidade superior a 36 km/h¹¹⁵.

No inverno, as noites são frias e os dias são amenos, podendo as temperaturas poder variar entre os -2°C e os 14°C. No verão, as temperaturas são geralmente quentes (entre os 12°C e os 35°C), sendo que durante a noite a temperatura desce, devido à presença de neblina, um fenómeno recorrente na região¹¹⁶ (Figura 14).

¹¹³ Idem, p. 22.

¹¹⁴ NATIVIDADE, J. Vieira, *ob. cit.*, p. 29.

¹¹⁵ MOREIRA, Sónia Maria do Livramento, *ob. cit.*, p. 16.

¹¹⁶ Idem, p. 16.

III 2.4 – POVOAMENTO FLORESTAL

A paisagem vegetal no couto de Alcobaça sofreu várias alterações e distribuições, devido a fatores como a precipitação atmosférica, os diferentes tipos de solos, a temperatura, entre outros. A intervenção humana também teve alguma influência na transformação e distribuição de vegetação, que dá lugar a uma paisagem diferente do natural, não só pela introdução de espécies exóticas, mas também pelo desbaste e corte excessivos de espécies autóctones¹¹⁷. Nesta região existem duas zonas bem definidas: a atlântica, a norte, constituída por espécies caducas do litoral e centro da Europa; e a mediterrânica a sul, dominada por espécies persistentes e xerofíticas¹¹⁸.

A vegetação atlântica, inclui-se na formação fisionómico-ecológica *Aestilignosa* de climas temperados, frios e oceânicos, cujos bosques são caracterizados pela dominância de árvores caducifólias durante o inverno. A flora mediterrânica pertence à formação subtropical *Durilignosa*, com bosques constituídos por espécies de folha persistente. Na Península Ibérica predomina a espécie *Quercus* de folha pequena e persistente, principalmente a azinheira, o sobreiro e o carrasco. O sub-bosque é constituído por matagais e matos com árvores pequenas e arbustos¹¹⁹.

“Escalvada e árida, erguia-se ao nascente a serra de Candeeiros; ao poente cobria o mar os campos do Valado e da Maiorga. Entre estes dois limites, apenas uma faixa estreita, selvosa, onde pequeninos ribeiros, raros e delgados fios de água, se escondem sob os silvedos para fugir, durante a canícula, ao beijo ardente e mortal do sol. [...] Revestia as colinas essa vegetação espinhosa e agressiva, tão característica da flora mediterrânica-atlântica; charcos e pântanos cobriam, então, as veigas mais ricas”¹²⁰

¹¹⁷ TEREÑO, Maria do Céu Simões, PEREIRA Marízia Clara Menezes Dias – Conjuntos rurais cistercienses pertencentes ao mosteiro de Alcobaça e seu enquadramento paisagístico. In *ARQ – Comunicações – Em Congressos Científicos Internacionais*. Universidade de Évora. Évora, 2006, p. 10.

¹¹⁸ Idem, p. 10.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 10.

¹²⁰ NATIVIDADE, J. Vieira, *ob. cit.*, p. 17-18.

Esta abordagem feita por J. Vieira Natividade, dá uma ideia da vegetação que existia na região de Alcobaça há setecentos e cinquenta anos. Cruzando as descrições deste autor com o mapa desenvolvido por António Maduro (Figura 15) é possível ter uma visão gráfica da região à época dos primeiros monges. Assim, as comunidades vegetais mediterrânicas apresentavam um carácter florestal e os bosques revestiriam toda uma superfície de um extremo ao outro do território. Alternando entre zonas mais húmidas ou mais secas, o elenco florístico poderia variar de bosque, para matagal, para mato. Tendo em conta a evolução natural, é possível que os bosques fossem subjugados a espécies vegetais de folha dura, coriáceas e sempre verdes. Os sub-bosques seriam ricos em espécies ombrófilas como arbustos persistentes, trepadeiras e herbáceas. Grande parte do território estaria também coberta de bosques de carvalho cerquinho (*Quercus faginea* Lam.), sobreiro (*Quercus suber* L.), azinheira (*Quercus rotundifolia* Lam.) e zambujeiro (*Olea europaea var. sylvestris* L.). Associadas a estas formações estariam espécies como o carrasco (*Quercus coccifera* L.), o sanguinho-das-sebes (*Rhamnus alaternus* L.), o medronheiro; e espécies lauróides, como o folhado (*Viburnum tinus* L.) e o loureiro (*Laurus nobilis* L.)¹²¹.

Ao longo de lagos, ribeiras e zonas baixas, aparecia bosque ribeirinho que consistia em espécies de folha caduca e marcescentes como: freixiais (*Fraxinus angustifolia* Vahl.), choupais (*Populus nigra* L. e *Populus alba* L.), amiais (*Alnus glutinosa* L. Gaertn) e salgueiros (*Salix* spp.). Nas margens lodosas e valas de rios, crescia uma vegetação hidrófita, os canaviais e caniçais¹²².

A paisagem atual, como é evidente, reflete muitas mudanças. Estamos perante uma região dominada por carvalhais marcescentes de carvalho cerquinho. A presença de azinhais no fundo de vales, num relevo de origem calcária, indica uma ação antropogénica que selecionou esta espécie para proveito dos animais. Em solos de natureza siliciosa desenvolvem-se carvalhos. Em solos arenosos predominam os pinhais de pinheiro bravo e manso, e junto à serra de Candeeiros, em encostas

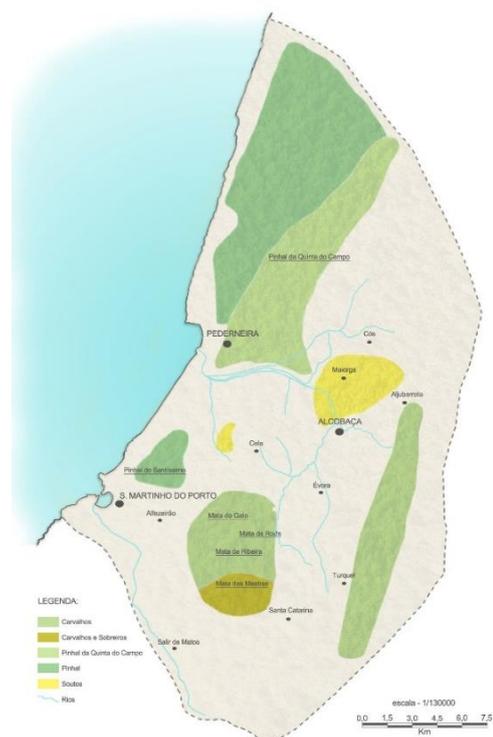


Figura 15 - O povoamento florestal de Alcobaça (séc. XIX). Fonte: Extraído e Adaptado de MADURO António Eduardo Veyrier Valério, *ob. cit.*, p. 34.

¹²¹ TERENO, Maria do Céu Simões; PEREIRA Marízia Clara Menezes Dias, *ob. cit.*, p. 12.

¹²² Idem, p. 12.

e afloramentos rochosos, crescem eucaliptos¹²³. Quando chove de forma abundante, essa água some-se pelas fendas das rochas calcárias, onde a vegetação que aí se instala consiste em carrasco, lentisco, zambujeiro e ervas aromáticas¹²⁴.

A natureza do território implicou que os monges fizessem uma gestão do uso dos solos. Para tal, tiveram que avaliar as áreas para aptidão agrícola, para colheita de matos para fertilização dos campos, terras de floresta inviolável, estabelecer a hierarquia e leque das culturas, entre outras medidas. Para concretizá-las, os monges atribuíram cartas de povoamento e organizaram as granjas¹²⁵. Estas propriedades rústicas permitiram o bom ordenamento do vasto território doado, como será referido posteriormente.

III 2.5 – ANÁLISE DA PAISAGEM

*“O território dos coutos de Alcobaça prima pela diversidade da paisagem, elemento crucial para reforçar a sua coesão e permitir o despontar de uma individualidade cultural.”*¹²⁶

Esta frase de António Maduro retrata e realça a potencialidade deste território que os monges souberam aproveitar tirando partido das diferenças, que conduziu à complementaridade e troca entre as diversas aldeias e vilas dos coutos. E foi esta natureza divergente que levou à grande obra gerida pelos monges agrónomos, e que se perpetuou para os dias atuais.

Muitos autores e estudiosos da região de Alcobaça, como Frei Manuel dos Santos, destacam o clima ameno, a generosidade das terras, a proporção de relevo entre as planícies costeiras e áreas de relevo mais acentuado, a grande diversidade de cursos de água e matas de floresta de onde se extraía a madeira, bem como o mar que mais que uma fronteira, assegurava as trocas comerciais e a possibilidade de realização de novas culturas¹²⁷.

Alexandre Cancela de Abreu descreve o carácter da região da Estremadura na *“presença de inúmeros muros de pedra, das depressões (poldjes) com uma utilização agrícola variada e ao olival nas encostas pedregosas e difíceis de trabalhar, para o qual se abrem covas, se arrumam socalcos ou se constroem muros de pedra para segurar o escasso solo existente”*¹²⁸. O autor também refere a dispersão urbana como sendo concentrada na periferia dos maciços

¹²³ Idem, *ibidem*, p. 12-13.

¹²⁴ ABREU, Alexandre Cancela; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário (coord.) – *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004. ISBN: 972-8569-28-9. Vol. IV, p. 21.

¹²⁵ MADURO, António Eduardo Veyrier Valério, *ob. cit.*, p. 17.

¹²⁶ Idem, p. 15.

¹²⁷ Idem, *ibidem*, p. 16.

¹²⁸ ABREU, Alexandre Cancela; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário (coord.), *ob. cit.*, p. 21.

calcários e determinada pela disponibilidade de água¹²⁹. A natureza geomorfológica desta região é especial e única no país, estando reconhecida grande parte da sua superfície no Parque Natural e Sítio Natura 2000.

O relevo e a geologia deste território dita a presença de diferentes espécies de vegetação, localizadas nos vales, pequenos relevos e planícies, tornando esta região rica. Nas zonas baixas ou depressionárias há processos de grande acumulação de água e que após isso, dá-se o esvaziamento que transformam essas terras em locais férteis de “terra rossa” onde se cultivam milho, batata, vinha, e outras culturas, que embelezam a paisagem com diferentes cores e texturas¹³⁰ (Figura 16).



Figura 16 - A paisagem fértil da região de Alcobaça. Fonte: ABREU Alexandre Cancela, CORREIA Teresa Pinto, OLIVEIRA Rosário (coord.) – Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental, ob. cit., Vol. IV, p. 24.

Alcobaça encontra-se, assim, no meio desta paisagem cársica e verdejante de grande valor estético causado pelos fenómenos erosivos que ocorrem na região, que originaram formas inesperadas de relevo, quase como muralhas e esculturas naturais¹³¹. Daí que, talvez, um dos critérios para a escolha de construção do mosteiro neste lugar tenha sido a constatação destas características paisagísticas. Aqui, os monges agrónomos terão pensado ter as condições ideais para viver, segundo os seus princípios de clausura e autossuficiência.

¹²⁹ Idem, p. 22.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 22.

¹³¹ Idem, *ibidem*, p. 22.

III 3 – O COUTO DE ALCOBAÇA: A SUA ORGANIZAÇÃO SOB OS CISTERCIENSES

III 3.1 – OS LIMITES DO COUTO

Apesar dos muitos estudos já feitos, ainda é difícil traçar os limites do couto. É certo que estas linhas se modificaram ao longo dos anos, principalmente durante a Idade Média, o que torna complicada a sua marcação cartográfica. Vários autores tentaram fazê-lo como Manuel Vieira Natividade e outros que o seguiram¹³².

Os problemas começam a surgir logo na primeira doação de D. Afonso Henriques, datada de 1153. A localização das terras doadas é feita de forma imprecisa, dando conta que estas se situam entre Leiria e Óbidos. O documento começa por descrever várias extensões de terreno, fracamente povoado, em que a fronteira sul ainda não estava bem definida por cair em terrenos ainda não conquistados. A fraca densidade populacional e o interesse na valorização das terras pelo rei – trabalho que os monges de Cister garantiam e que já o tinham feito antes noutros territórios pela Europa – podem justificar a imprecisão na descrição da delimitação do território¹³³. Mesmo assim, os monges estenderam-se por uma vasta zona, que cultivaram e organizaram, estabelecendo eles próprios os seus limites.

No entanto, à medida que os primeiros reis iam organizando administrativamente o território, os donos das terras eram obrigados a apresentar os documentos comprovativos da respetiva posse. Isto criou alguns problemas, precisamente porque nem sempre os limites das propriedades eram claros e precisos. Isso mesmo aconteceu com os monges de Alcobaça quando, no reinado de D. Afonso IV, tiveram de apresentar na corte os títulos de posse dos seus domínios. Na sequência, foi contestada a posse de duas parcelas: a Sul, Alvorninha e a Norte, Aljubarrota, Cós e Pederneira. A chancelaria régia considerou que estes terrenos não faziam parte do que fora estabelecido no reinado de D. Dinis, em agosto de 1324. Em consequência, seguiu-se um grande litígio entre os monges e os interesses régios, desavenças que apenas terminaram em 1337, sendo a última sentença favorável ao mosteiro¹³⁴.

¹³² GONÇALVES, Iria – *O Temporal do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: [s. n.], 1984. Vol. II. Dissertação de Doutoramento em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 490.

¹³³ Idem, p. 491.

¹³⁴ Idem, *ibidem*, p. 493.

Assim, segundo Iria Gonçalves (Figura 17), isto significaria que as terras terão sofrido um alargamento, para além dos limites primitivos fixados pelo rei D. Afonso Henriques e depois por D. Dinis. Portanto, só comparando uma e outra documentação, é possível traçar uns limites aproximados do primitivo couto. As primeiras linhas começam, então, na foz do rio Salir e acompanham o seu curso até um pouco a sul de Salir do Mato, onde depois segue outro curso de água, um afluente deste, até ao sopé da serra de Candeeiros. Chegando aqui, a linha segue o sopé da serra até encontrar o rio Alcoa, acompanhando o seu curso até ao mar.

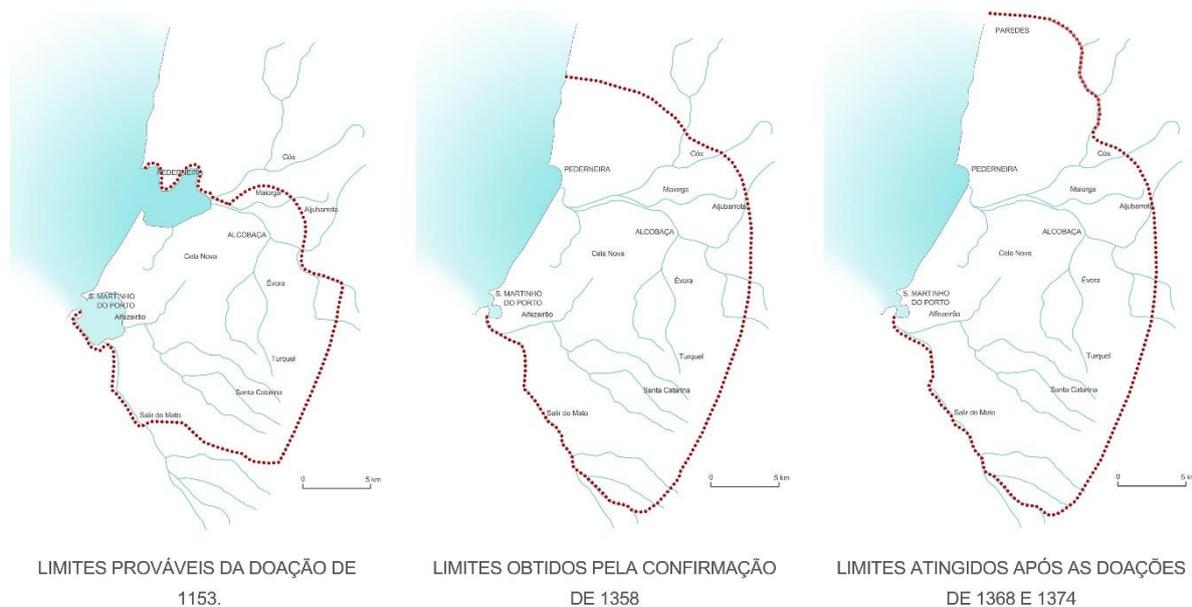


Figura 17 - Limites dos coutos. Fonte: Extraído e Adaptado de GONÇALVES Iria – O Património do Mosteiro de Alcobaça. 1ª Edição. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989.

Com o aumento de população e o alargamento das terras cultivadas, no século XIV, no reinado de D. Pedro, aceita-se o alargamento dos limites. Após a respetiva confirmação, o limite sul prolonga-se ao longo do curso do rio Salir até próximo de Matueira. A norte, a linha que passava junto à serra, prolonga-se agora na direção de Ataijas, segue depois rumo até à Cumeira, dirigindo-se, por fim à costa. Todavia, o aumento dos territórios do couto não ficaria por aqui, vindo a atingir a sua máxima extensão posteriormente. Com efeito, depois da morte de D. Pedro, que está sepultado no mosteiro de Alcobaça, D. Fernando faz nova uma doação ao mosteiro, alterando de novo os limites. Esta foi a máxima extensão que alcançou o couto alcobacense: uma vasta região de quatrocentos e quarenta quilómetros quadrados, região que o mosteiro organizava e administrava na totalidade¹³⁵. O couto de Alcobaça era não só extenso; era também aprazível. Estas características devem-se à aproximação ao mar e à grande extensão de costa com duas lagoas que comunicam com o oceano, locais onde se realizavam atividades importantes para o couto.

¹³⁵ GONÇALVES, Iria, *ob. cit.*, p. 493

III 3.2 – AS GRANJAS E A GESTÃO DAS TERRAS NÃO CULTIVADAS

“Pour exploiter, entretenir et maintenir en état [les propriétés de l’abbaye] nous pouvons avoir à proximité du monastère, ou au loin, des granges qui seront surveillées et administrées par les convers.”¹³⁶

As granjas surgem com o intuito de estimular o desenvolvimento agrícola. A partir delas é possível entender técnicas a áreas que, para muitos, são vistas como zonas incultas, sem a possibilidade de nelas se estabelecer população e de produzir alimento¹³⁷. Para o estabelecimento da granja escolhem-se terrenos férteis e isolados, tal como para as abadias (mas longe destas), na proximidade de rios e de matas, de forma a poderem subsistir autonomamente¹³⁸. A escolha do lugar para a instalação da estrutura tinha, pois, em conta as condições do terreno, as linhas de água e as vias de escoamento de produção¹³⁹. Estes espaços, que quase funcionavam como laboratórios, serviam também para passar conhecimentos aos trabalhadores que iam chegando e precisavam de aprender técnicas agrícolas e de produção. Funcionava, pois, como se fossem uma escola. Era aqui que se aprendiam as técnicas existentes e se desenvolviam novas, tornando a Ordem de Cister uma impulsionadora no progresso agrícola, florestal e industrial (Figura 18).

A granja foi como que a unidade de exploração e produção de base e por excelência, das abadias cistercienses, independentemente da sua caracterização, que o mesmo quer dizer, quer fosse uma granja vinícola, de cereais ou de

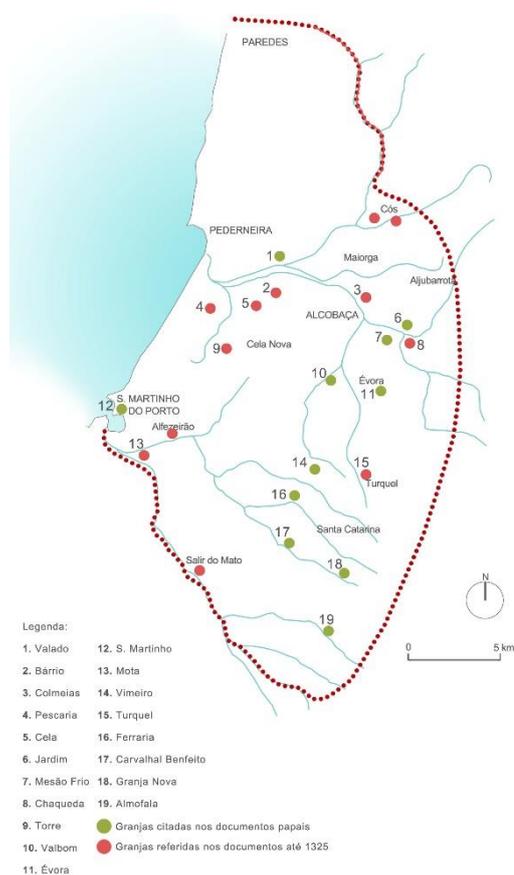


Figura 18 - Mapa de localização das granjas do couro de Alcobaça. Fonte: extraído e adaptado de BARBOSA Pedro Gomes – Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (séc. XII a 1325). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 75.

¹³⁶ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 78.

¹³⁷ TERENO, Maria do Céu Simões – Arquitetura das Granjas Monásticas no domínio do Mosteiro de Alcobaça: A Granja de Bário. In *ARQ – Comunicações – Em Congressos Científicos Internacionais*. Universidade de Évora, 2006, p. 1.

¹³⁸ TERENO, Maria do Céu Simões; PEREIRA, Marízia Clara Menezes Dias – Conjuntos rurais cistercienses pertencentes ao mosteiro de Alcobaça e seu enquadramento paisagístico. In *ARQ – Comunicações – Em Congressos Científicos Internacionais*. Universidade de Évora, 2006, p. 2.

¹³⁹ BARBOSA, Pedro Gomes, *ob. cit.*, p. 141.

fabrico de ferro¹⁴⁰. A gestão das terras era estruturada segundo parcelas de terreno unitárias homogêneas de 200 a 300 hectares, cada uma com funções diferentes que dependiam do clima e da geologia do lugar. Cada granja era gerida por um “mestre granjeiro” que selecionava os conversos, segundo a sua experiência e devoção, o que leva a uma melhor organização da produção e expansão das propriedades¹⁴¹. Estas células de exploração rural também exerciam influência, como foi referido, nos trabalhadores das terras vizinhas pertencentes ao mosteiro, auxiliando-os com os seus conhecimentos técnicos, quer através da melhor seleção de sementes para obter uma melhor colheita ou através da experimentação de novas culturas¹⁴². Ao contrário do que se passava com os cistercienses, no sistema feudal os camponeses, constrangidos pelo seu estado civil e direitos dos senhores, eram submetidos a duras regras, de modo a satisfazer os caprichos do senhor das terras. Para estes, o interesse principal era o pagamento de rendas, sem qualquer interesse na melhoria da condição de vida e de trabalho dos camponeses. Com os cistercienses era diferente. Uma categoria ligada ao mosteiro - os conversos - era chamada a intervir no processo de produção. As rendas a pagar ao mosteiro dependiam exatamente do número de conversos existentes na propriedade, bem como do tipo de produção, havendo sempre trocas entre o mosteiro e os trabalhadores¹⁴³. Ou seja, os colonos que estavam na posse de um terreno, faziam-no produzir, sabendo que o seu produto seria tanto para consumo próprio como para pagamento das rendas. E isto com todos os géneros agrícolas de utilização mais corrente, desde o pão, o vinho e o azeite, às leguminosas e à fruta¹⁴⁴. Os cistercienses rejeitaram, portanto, o modo de exploração feudal, o que lhes permitiu obter uma maior rentabilidade das terras, conseguindo enormes extensões agrícolas, como que delimitadas por uma fronteira que os separava do mundo exterior¹⁴⁵.

Como era organizado este espaço? Estas eram dotadas de todas as estruturas necessárias, não apenas para a recolha da produção das terras cultivadas, mas também de sistemas de transformação dessas colheitas: lagares de vinho e de azeite, moinhos, etc. Acresciam pomares, um jardim e um forno de pão¹⁴⁶. No edifício principal havia um dormitório, um refeitório e uma capela. Existia também uma portaria junto ao muro, que recebia os viajantes que precisassem de auxílio e uma hospedaria. Há, claramente, diferenças em termos de como o espaço é ocupado, mas também na dimensão dos edifícios. Por exemplo,

¹⁴⁰ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 82.

¹⁴¹ *Idem*, p. 82.

¹⁴² BARBOSA, Pedro Gomes, *ob. cit.*, p. 140.

¹⁴³ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 83.

¹⁴⁴ GONÇALVES, Iria – *O Património do Mosteiro de Alcobaça*. 1ª Edição. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989, p. 65.

¹⁴⁵ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 72.

¹⁴⁶ BARBOSA, Pedro Gomes, *ob. cit.*, p. 140.

enquanto em Claraval há uma maior distância entre os edifícios e cada um tinha a sua função, na Quinta do Campo ele dispõe-se em forma de U com pequenas adegas e armazéns quase adjacentes ao edifício principal, onde são realizadas a maioria das funções. De um modo ou de outro, certo é que a partir destas granjas nasceram povoações que ainda hoje, no caso de Alcobaça, mantém o nome de outrora – Valado dos Frades. Mas enquanto umas se conservaram ao longo dos anos, outras foram desaparecendo, delas restando hoje apenas ruínas.

O sucesso do sistema de granjas e a forma como os cistercienses ocupavam territórios incultos como charnecas, pauis, matas e bosques, espalhou-se pela Europa. Para eles, tanto as terras incultas como as florestas tinham potencial económico e de conservação. Para aumentarem as áreas de cultivo, desenvolveram um sistema hidráulico que consistia na secagem de terrenos baldios, charnecas e pântanos, com o propósito de também minimizar o impacto de desmatamento das florestas¹⁴⁷. No caso das áreas de bosque, para obter otimização na recolha da madeira, mas também para conservar a área florestada, eles estabeleceram um sistema de rotação que consiste na recolha de madeira a cada vinte anos, no geral, para que houvesse sempre a quantidade de madeira necessária, sem comprometer a reconstituição do capital florestal¹⁴⁸. Se ainda hoje é possível denotar na paisagem em volta das abadias cistercienses a presença de densas manchas arbóreas, isso deve-se a esta herança de gestão de respeito pelo ambiente.

Como já foi referido, o tipo de culturas praticado nestas granjas e quintas era muito variado e rico, indo das searas de trigo, à produção de vinho, azeite e cortiça, ao cultivo de pomares e hortas de leguminosas. Mas não se excluía a pastorícia. Numa época em que as condições climáticas se tornam mais favoráveis, permitindo o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas e de produção (século XII), os cistercienses potenciaram essa produção através da utilização do cavalo para arroteamento e levantamento das terras, facilitando o respetivo trabalho¹⁴⁹. Com a produção a aumentar, os monges brancos veem-se obrigados a aumentar o espaço das granjas para abrigar as colheitas. Estas granjas albergavam cereais de vários tipos como a cevada, o centeio e a aveia, mas também outras culturas: cânhamo e plantas tintureiras¹⁵⁰. As vinhas também fazem parte do conjunto de culturas desenvolvidas, mas que se tornam muito famosas, nomeadamente em França, em Borgonha. Por cá, essencialmente em Alcobaça, foram os pomares e a vinha que se tornaram célebres.

¹⁴⁷ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 104.

¹⁴⁸ *Idem*, p.104.

¹⁴⁹ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 105.

¹⁵⁰ *Idem*, p.105.

III 3.3 – O GADO

Desde que o ser humano passou de nómada a sedentário, que a agricultura e a domesticação dos animais evoluiu de tal forma que pudéssemos tirar proveito de tudo o que a natureza nos oferece. Mas a partir do séc. XII que a pastorícia começa a ganhar um papel muito importante na economia para todas as classes sociais. Isto deveu-se à intensificação na exploração de tudo o que se pode extrair a partir dos animais, muito concretamente da ovelha. Se é certo que a carne, o leite, a pele e a lã, para além do estrume para fertilizante do solo, já eram aproveitados, foi a partir deste século que, em muitas regiões da Europa ocidental, se potenciou o crescimento de rebanhos, sobretudo para viabilizar o comércio da lã.

Os cistercienses também se aperceberam do valor desta riqueza, fazendo aproveitar as áreas vazias no território para o desenvolvimento desta atividade. Mas, infelizmente, com os dados e a informação recolhida por historiadores, não foi possível ter uma indicação do número de cabeças que cada exploração criava¹⁵¹. Apesar disto, foi possível através de uma análise a um documento de doação à granja de Cós chegar a um número relativo de cabeças por espécie¹⁵². Pensa-se, portanto, que grande parte do gado explorado pelos cistercienses pertencia ao gado ovino, não só pela diferença de preço em relação às outras espécies, ao nível comercial, mas também porque das ovelhas é possível aproveitar tudo ou quase tudo delas¹⁵³. Mas há que distinguir o gado do Mosteiro do gado dos camponeses, pois estes elegiam o gado suíno, porque eram mais propícios ao consumo doméstico e forneciam estrume às pequenas hortas. O mosteiro tinha, portanto, mais poder comercial em relação aos camponeses, daí a diferença no gado criado.

É sabido também da existência de gado bovino através das cartas de povoamento nas quais se autorizavam a recolha de cereal para alimentar os bois, que eram, provavelmente, usados para trabalho dos campos agrícolas¹⁵⁴. Há notícia no couto de Alcobaça, da existência de várias granjas que criavam gado: Alfeizerão, Salir, Turquel, Pescaria, Framondo e Cós.

III 3.4 – AS TÉCNICAS HIDRÁULICAS E A GESTÃO DA ÁGUA

A relação entre a água e o ser humano sempre foi muito próxima. O seu valor ainda hoje é determinante e era igualmente uma condicionante para a vida humana. Na Idade Média, a água foi um recurso muito utilizado pelas comunidades monásticas, que lhes permitiu criar condições de higiene e salubridade. Este controlo também teve influência na organização do

¹⁵¹ BARBOSA, Pedro Gomes, *ob. cit.*, p. 144.

¹⁵² *Idem*, p. 144.

¹⁵³ *Idem, ibidem*, p. 144.

¹⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 144.

espaço dos Cistercienses e na gestão da água, através de separação de rios, levadas e condutas¹⁵⁵.

Para os Cistercienses, a água era necessária a fim de que os mosteiros funcionassem, segundo o professor Virgolino Ferreira Jorge, “[...] *em condições de higiene e sanidade adequadas, [que] careciam de um hidrossistema sólido e tecnicamente eficiente, na forma e no traçado, desde a captação de águas, ao seu transporte e distribuição pelo interior dos cenóbios, até à evacuação dos resíduos domésticos e pluviais*”¹⁵⁶. O sítio escolhido teria de corresponder a certas características singulares e, por isso, todo o lugar doado passava por uma inspeção em que eram avaliados quanto ao isolamento, à abundância de água, à fertilidade dos solos a arrotar, à existência de pedra e madeira¹⁵⁷. O vale era símbolo da vida mística, pois a beleza do ambiente era favorável ao espírito humano. Os vales eram zonas férteis e húmidas, depressões verdejantes com cursos de água e um clima ideal. Esta morfologia na paisagem correspondia às exigências dos Cistercienses de solidão e isolamento, onde o silêncio governava¹⁵⁸. Eram igualmente zonas propícias à produção de vinho, tão importante na Idade Média, concretamente para a celebração da Missa, de fruta, legumes e cereais, e de produção de combustíveis como a madeira e o azeite¹⁵⁹.

A dependência por água, por parte dos Cistercienses, implicava que as suas instalações estivessem sempre sujeitas a inundações provocadas pelas torrentes dos rios ou ribeiros próximos. Por isso, na generalidade das construções monacais, estas respeitam o leito de cheia e, portanto, erguem-se sobre um aterro ou plataforma artificial que os protege de tais ocorrências, além de dificultar o aparecimento de humidade¹⁶⁰. Os mosteiros que se situavam longe da nascente ou em áreas de pântano, obrigavam também a obras elaboradas como o desvio de linhas de água, a regularização de caudais, o desassoreamento de rios, a construção de açudes, a abertura de levadas ou a execução de sistemas de enxugo e drenagem, e de abastecimento e evacuação de águas, entre outros trabalhos¹⁶¹.

O mosteiro de Alcobaça instalou-se precisamente numa zona de vale, na confluência de dois rios: o Alcoa e o Baça. Naquela época, era uma zona isolada e florestada, onde para os monges se verificaram as três exigências fundamentais da topografia cisterciense medieval:

¹⁵⁵ TAVARES, J. Pedro Duarte – *Água, Sol e Pedra, uma Trilogia de Alcobaça*, ob. cit., p. 2.

¹⁵⁶ JORGE, Virgolino Ferreira – “Os Cistercienses e a Água”. Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XLIII. Coimbra, 2012, p. 2.

¹⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 4.

¹⁵⁸ ABECASIS, Maria Helena; JORGE, Virgolino Ferreira e MASCARENHAS, José Manuel de (edits.), *Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*, Fundação Oriente, Lisboa, 1996, p. 212.

¹⁵⁹ Idem, p. 213.

¹⁶⁰ JORGE, Virgolino Ferreira – *Os Cistercienses e a Água*, ob. cit., p. 5.

¹⁶¹ Idem, p. 5.

água, pedra e isolamento, como já foram referidas anteriormente. A abadia era abastecida através de um sistema de conduta de água corrente subterrânea, explorada num aquífero em Chiqueda de Cima a 3,500 km sudeste de Alcobaça¹⁶² (Peça Desenhada 08). Não se sabe ao certo se haveria outra fonte de abastecimento, mas julga-se que a primitiva disponibilidade de água límpida a esta comunidade terá sido feita através de um poço ou nascente próximo, na cerca monástica. Para as outras necessidades aliadas ao maior consumo de água – irrigação, acionamento de forjas e de moinhos, saneamento de latrinas, etc. – abriu-se uma vala derivada do rio Alcoa, por onde a “água levada” corre ao ar livre ao longo da margem esquerda, ladeando o mosteiro a oriente. A fim de conter alguma da água corrente, mas também controlar o seu fluxo, normalmente de nível baixo no verão e alto no inverno, os monges agrónomos construíram um açude naquele rio, que ainda hoje funciona em ótimas condições¹⁶³.

O sistema adutor de água potável tem um comprimento de 3,280 km num percurso que segue as linhas de nível favoráveis ao escoamento. Com o passar dos anos e com a expansão de Alcobaça, partes deste sistema foram destruídas, quer pela construção de novos edifícios, quer pelo deslizamento de terras. A distribuição de água potável no interior da abadia medieval foi redesenhada por Virgolino Ferreira Jorge, que teve como base para o desenho os poucos testemunhos que subsistem *in loco* e nos conhecimentos e experiência do que se dispunha em relação a outras redes de gestão hídrica, segundo o programa dos monges cistercienses¹⁶⁴. Então, partindo do lavabo do claustro, a água potável era depois conduzida de forma igual para as áreas mais necessitadas deste recurso, em particular, a cozinha, a zona dos conversos e a enfermaria¹⁶⁵. De forma a compreender a evacuação das águas usadas e pluviais, também só foi possível recorrer a informações lacunares, o que dificultou a análise e interpretação deste sistema. De qualquer forma, julga-se que “o esgoto dos resíduos domiciliários e pluviais afluía para um coletor externo que contornava o edifício monástico a norte e atravessava inferiormente as latrinas, aumentando o seu volume e fluxo de descarga”¹⁶⁶. Este canal iria depois desaguar ao rio Baça.

¹⁶² MADURO, António Valério; MASCARENHAS, José Manuel de e JORGE, Virgolino Ferreira – “A construção da paisagem hidráulica no antigo couto cisterciense de Alcobaça”. Cadernos de Estudos Leirienses. [S. I], [S.V.], 2015, p. 31.

¹⁶³ Idem, p. 35.

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 40.

¹⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 40.

¹⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 40.

Muitos dos engenhos hidráulicos e moinhos (Figura 19) relacionados com o mosteiro situavam-se no rio Alcoa. As suas águas garantem o conjunto da Quinta de Chiqueda, com o seu moinho de quatro pedras e lagar de azeite de seis varas, o moinho de três pedras da Quinta das freiras de Cós, os moinhos do mosteiro e da Praça que mobilizam onze pedras, e o conjunto da Fervença, com dois moinhos e uma azenha¹⁶⁷. Por vezes as levadas e as valas de moinhos funcionam solidariamente, conduzindo as águas a outros engenhos, o que levou no século XVII-XVIII à revolução do milho e à dos arrozais, no séc. XIX, nas terras de campo da Cela, Valado e Alfeizerão. Os moinhos do mosteiro são “construções sólidas de pedra crua, e com cobertura de telha, que ocupam estrategicamente os espaços privilegiados dos cursos de água”.¹⁶⁸

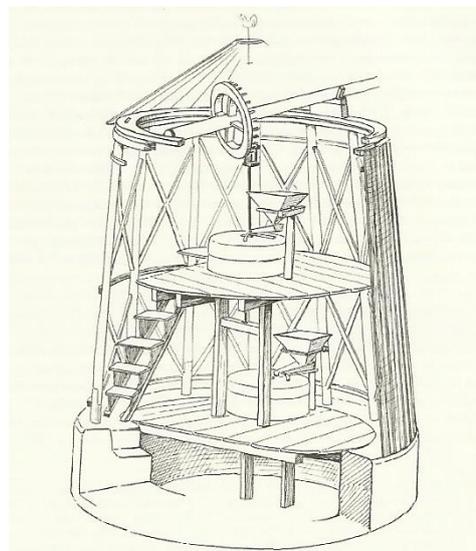


Figura 19 - Moinho de torre de madeira (Turquel). Oliveira, Galhano, Pereira. 1983. Fonte: MADURO, António Eduardo Veyrier Valério, ob. cit., p. 90.

Com a extinção das ordens monásticas em 1834, os moinhos e bens relacionados foram vendidos em hasta pública, a fim de financiarem o sistema jurídico-político do liberalismo nascente¹⁶⁹. A partir do final do século XIX, muitos destes moinhos foram destruídos ou demolidos para dar lugar a outros usos.

De um modo geral, o sistema consiste em circuitos de água subterrâneos e ao ar livre, principalmente na área envolvente ao mosteiro. Muitos dos troços deste sistema ainda se conservam, mesmo em estado de abandono. Porém, há outros que desapareceram. O estudo dos complexos sistemas hidráulicos cistercienses envolve muita pesquisa e análise ao nível arqueológico, histórico, topográfico e arquitetónico. Mas, devido, por vezes, a lacunas e falta de informação, o estudo limita-se a especulações e hipóteses sobre o aspeto e desenho do original. Este é tema interdisciplinar, que ainda está aberto a discussão e a mais estudos.

III 3.5 – A METALURGIA, A PESCA E A EXPLORAÇÃO DE SAL

Muitos estudos feitos recentemente, relevam a importância que a metalurgia teve para os cistercienses. A partir de escavações arqueológicas feitas na Borgonha e Champagne, locais

¹⁶⁷ MADURO, António Eduardo Veyrier Valério – *Cister em Alcobaça. Território, Economia e Sociedade (séculos XVIII-XX)*. Porto: Edições ISMAI, 2011. ISBN: 978-972-9048-53-1. [S/vol.], p.45

¹⁶⁸ Idem, p. 45.

¹⁶⁹ MADURO, António Valério; MASCARENHAS, José Manuel de; JORGE, Virgolino Ferreira, ob. cit., p. 46.

ricos em madeira e mineral, foi possível encontrar exemplos de um modelo, dir-se-á cisterciense, de indústria siderúrgica, ou seja, os monges extraíam o mineral e trabalhavam-no. Eles usavam os metais para fabricar uma série de ferramentas de construção e materiais industriais, que depois poderiam ser comercializados¹⁷⁰. A extração de pedra para a construção de edifícios era geralmente da região. Igualmente, e de forma a aproveitar o máximo dos recursos naturais existentes no território, mas também para obter uma ótima gestão dos seus recursos agrícolas, era necessário fabricar instrumentos de arroteamento de boa qualidade. Para tal, foi necessário encontrar as melhores jazidas de ferro. Os centros de transformação mineira situavam-se, sempre que possível, perto de cursos de água, junto a minas e em zonas de abastecimento de lenha¹⁷¹.

A água teve também um papel importante no trabalho de transformação dos minérios. A força desta, proveniente de rios e ribeiros, era usada nos foles de forja, a temperaturas elevadas, através do processo de carburação, para que fosse possível obter um mineral de qualidade superior. A força hidráulica era também usada no processo de esmagamento do minério, de forma a minimizar o esforço humano nos moinhos de ferro¹⁷².

Em Alcobaça, atualmente, apenas se consegue localizar uma mina de ferro a céu aberto, em Águas Belas (Valado de Frades). Existem, no entanto, muitas referências a ferrarias perto do mosteiro, nomeadamente a de Maiorga nas margens do rio de S. Vicente. Junto a estas ferrarias, existiam também fornos de cal, possivelmente no interior da mata¹⁷³.

O peixe era uma proteína indispensável na mesa dos cistercienses devido às abstinências prescritas na Regra, que proibiam o consumo de carne durante a maior parte do ano. No couto de Alcobaça, a atividade piscatória (Figura 20) era realizada tanto em águas calmas, nomeadamente, nas lagoas de Pederneira e São Martinho, duas povoações dedicadas inteiramente à arte da pesca, como no mar. O mosteiro abastecia-se também com base nos “dízimos do pescado” que cobravam aos



Figura 20 - Os monges à pesca. Fogão de Salem, Alemanha. Fonte: LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean – *Les Abbayes Cisterciennes en France et en Europe*, ob. cit., p.107.

¹⁷⁰ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, ob. cit., p. 109.

¹⁷¹ BARBOSA, Pedro Gomes – *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (séc. XII a 1325)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992, p. 146.

¹⁷² Idem, p. 147.

¹⁷³ Idem, *ibidem*, p. 147.

homens que se faziam ao mar¹⁷⁴. O mesmo não acontecia em outras abadias da rede cisterciense por não terem o privilégio de se encontrarem junto ao litoral.

Muitas dessas abadias barravam os rios próximos para criar vários lagos e assim constituir viveiros¹⁷⁵. O peixe era consumido pelo mosteiro, mas também era vendido nos mercados.

A exploração do sal foi-se tornando uma atividade importante para os cistercienses, pois era com este que temperavam e conservavam os alimentos. Era explorado perto ou longe da zona costeira. Em Alcobaça, apenas alguns documentos referem as salinas de Alfeizerão e uma granja de Mota que tinha a seu cargo as salinas da Mouraria a Salir do Porto¹⁷⁶. A proibição da venda de sal para fora das terras do mosteiro foi justificado pelo significado e valor do sal para os Cistercienses, produção que não se fazia para lá do seu território. Era todo necessário para consumo, tanto na Abadia como no couto em geral.

III 4 – INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA PAISAGEM ALCOBACENSE: DO SÉCULO XVIII AO SÉCULO XXI

III 4.1 – ANÁLISE FOTOGRÁFICA E ICONOGRÁFICA. DESENVOLVIMENTO DE PLANOS DE ÉPOCA

Aqui será realizada uma análise à evolução da cidade de Alcobaça, mas também do mosteiro e da respetiva cerca. Este estudo terá como base cartografia e iconografia antiga que percorre um período entre o século XVIII e o século XXI.

III 4.1.2 – EVOLUÇÃO DA CIDADE DE ALCOBAÇA

“O homem medieval expôs-se de forma a não se impor sobre a paisagem, porém juntar-se a ela e formar um todo junto à natureza.”¹⁷⁷

Foi com base no princípio do respeito pelas leis da natureza que os cistercienses se instalaram no território que hoje se associa à cidade de Alcobaça, onde habitaram durante sete séculos. Mas, paradoxalmente, apenas ocorreu crescimento urbano depois da extinção das ordens monásticas a 1834. Antes desta data, os terrenos envolventes faziam parte da cerca do mosteiro. Aqui era marcante a presença de pequenos bosques e campos de cultivo, principalmente de verduras e plantas medicinais. Os campos de cereais eram, por exemplo,

¹⁷⁴ Idem, *ibidem*, p. 148.

¹⁷⁵ LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean, *ob. cit.*, p. 107.

¹⁷⁶ BARBOSA, Pedro Gomes – *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (séc. XII a 1325)*, *ob. cit.*, p. 148.

¹⁷⁷ VIEIRA, Maria Helena Merege – *O Jardim e a Paisagem: espaço, arte, lugar*. 1ª Edição. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2007, p. 109.

mais afastados das edificações religiosas, e, como tal, tornaram-se numa nova marcação da paisagem ligada ao mosteiro¹⁷⁸.

Para o estudo da evolução da cidade de Alcobaça, mas também do mosteiro, é preciso ter em conta aspetos como o lugar (o espaço físico) e a sociedade. Só depois da extinção das ordens, como já foi dito, é que o desenvolvimento urbano surgiu vindo a expandir-se ao longo dos anos, sempre condicionado à situação topográfica e às características físicas do lugar – os rios Alcoa e Baça marcam a paisagem.

Mesmo depois da saída dos cistercienses, o mosteiro continuou a influenciar a transformação da paisagem envolvente, na medida em que a sua imagem manteve relações próximas com a comunidade, mas não impediu a modificação dos espaços mais próximos ao mosteiro: as atuais praças 25 de Abril (o Rossio), D. Afonso Henriques e a da Republica, mas também na relação com o núcleo urbano¹⁷⁹. O núcleo inicial surgiu da relação da abadia com a envolvente, e vice-versa, constituído por edifícios baixos, em que o elo estruturador começa na rua medieval¹⁸⁰.

Durante os séculos XVI e XVII, o Cardeal D. Afonso toma a decisão de alterar os limites da cerca, passando a mesma a ter como fronteira a fachada principal do mosteiro, expandindo-se para nascente e retraindo-se para poente. Esta mudança permite o crescimento urbano, definindo duas áreas distintas: a vila e a área do mosteiro¹⁸¹.

¹⁷⁸ Idem, p. 109.

¹⁷⁹ KRUGER, Mário Júlio Teixeira; SILVA Cidália Maria Ferreira da – A Abadia de Santa Maria e a evolução morfológica da cidade de Alcobaça. In AA VV. - *Atas Cister: Espaços, Territórios, Paisagens*. Colóquio Internacional de 16-20 junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça. Edição do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). Lisboa, 2000. Vol. II, p. 554.

¹⁸⁰ Idem, p. 554.

¹⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 557.

Na gravura de Alexandre Noel do século XVIII (Figura 22), é impressionante observar a escala monumental do mosteiro em relação à paisagem envolvente e ao urbano de pequena dimensão. A identidade rural também aqui representada demonstra o isolamento do lugar onde se instala a vila e o mosteiro, completamente integrados nas linhas do vale ao longo dos rios Alcoa e Baça que, como iremos observar mais à frente, são linhas estruturantes para a fixação do aglomerado urbano que se desenvolve ao longo do tempo. A posição imponente do castelo mouro em relação ao mosteiro, situado numa posição mais elevada, constitui um elemento importante de demarcação territorial¹⁸².



Figura 21 - Desenho à pena da Abadia de Santa Maria de Alcobaça existente no mapa topográfico de 1791, levantado pelo segundo tenente Carlos Amarante. Fonte: KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA Cidália Maria Ferreira da – A Abadia de Santa Maria..., *ob. cit.*, p. 557.

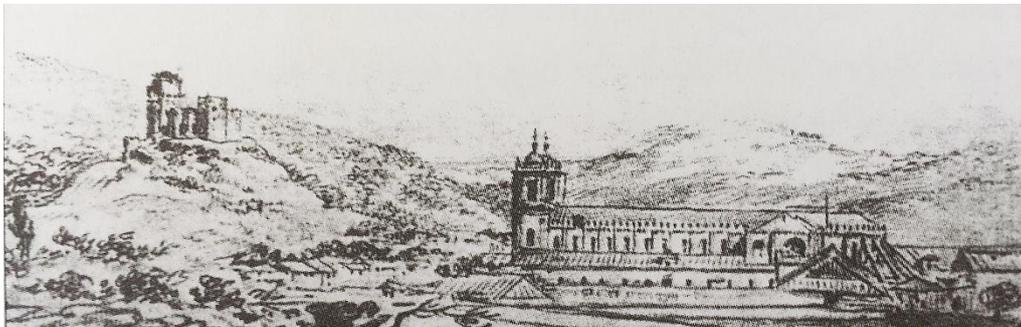


Figura 22 - Gravura da paisagem envolvente do mosteiro. Alexandre Noel. Século XVIII. Fonte: KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA Cidália Maria Ferreira da – A Abadia de Santa Maria e a evolução morfológica da cidade de Alcobaça, p. 557.

O espaço exterior mais próximo do mosteiro, que ficou a descoberto depois do recuo da cerca, o Terreiro torna-se um espaço livre entre o edifício monástico e a vila. No desenho do tenente Carlos Amarante de 1791 (Figura 21), é possível reparar nesse espaço aberto, mas também no muro da cerca que se sobreleva em relação à lateral do edifício numa tentativa de

¹⁸² Idem, *ibidem*, p. 557.

separação dos espaços¹⁸³. Ao lado deste muro, irá futuramente nascer a Praça D. Afonso Henriques.

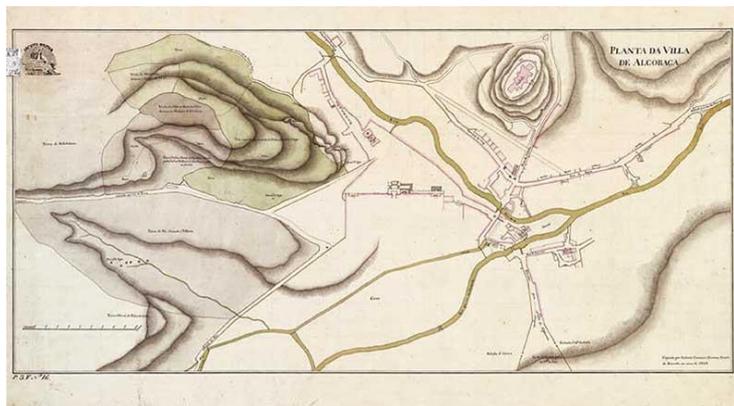


Figura 23 - Planta de Alcobaça. Tenente-coronel Guilherme Elsdén e Capitão Isidoro Paulo Pereira. 1775. Escala: 1:1900. Editora: ©IGEOE. Fonte: IGEOE.

A primeira planta a analisar é a do tenente-coronel Guilherme Elsdén e do capitão Isidoro Paulo Pereira de 1775 e que depois foi reproduzida em 1826 pelo tenente António Casimiro Ferreira (Figura 23). Esta planta mostra Alcobaça ainda antes da partida dos monges cistercienses, em que as ruas se configuram em função das características topográficas e as linhas estruturantes geradas pelos rios. Estas ruas deixam de ser caminhos em meio rural e passam a ser ruas urbanas de limites edificados. O Terreiro (Peça Desenhada 10), onde se realizavam as justiças administrativas do cardeal (com um pelourinho ao centro), constituía o centro da organização social e foi deste lugar que começou a evolução urbana da vila. D. Manuel I proíbe a construção de edifícios no Terreiro, por respeito aos monges e à religião, o que tornou este espaço um separador entre o mosteiro, protegido pela cerca, e a cidade¹⁸⁴. O espaço do Terreiro tem como limites a fachada principal do mosteiro, o muro da cerca, a primeira linha de edificado, no seguimento do curso do rio Baça, que é travado pelo relevo.

Só pela descrição feita anteriormente, é possível perceber o traçado urbanístico de Alcobaça no séc. XVIII, início do séc. XIX, constituído principalmente de espaços e linhas predominantemente fragmentados¹⁸⁵.

Após a saída dos monges de Cister, inicia-se uma nova fase social e económica que vai influenciar a evolução urbana. E este fenómeno ocorre aquando da edificação de lotes ao longo das ruas já existentes. Grande parte da cerca é destruída, abrindo caminho para uma extensão; porém não deixa de influir na morfologia urbana, pois ainda hoje é possível identificar os seus limites que restam.

¹⁸³ Idem, p. 558.

¹⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 558.

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 559.

A planta a analisar de seguida (Figura 24) já é de meados do século XX (1940-1950), em que as ruas preexistentes se mantêm e se criam novas ruas, tendo sido as primeiras: a Avenida João de Deus e a Rua Frei Estêvão Martins. O tecido urbano expande-se para nordeste, onde o uso da tipologia do quarteirão começa a ser utilizado, em função de novas práticas e equipamentos públicos que surgem como o hospital, as escolas e o cineteatro. O Terreiro transforma-se no Rossio, que passa a ser um lugar de aproximação e de encontro entre a população. É transformado e caracterizado de forma diferente, nele sendo colocados plátanos de tamanho considerável que dão aos utentes a sombra necessária para usufruto do espaço para passeio, descanso e convívio. Em 1930, o arquiteto Tertuliano Lacerda Simões altera o desenho deste lugar, tornando-o mais geométrico, mas fragmentado, em que é visível o desejo pela simetria através de um eixo principal que parte da porta da igreja do mosteiro. Contudo, esta área passa a ter uma relação complicada entre o tráfego viário e o uso pedonal. O cruzamento destes usos leva ao abate de árvores e destruição do coreto, que se traduziu, mais tarde, na sua transformação num lugar retalhado, que deixou de servir o seu propósito inicial¹⁸⁶, apesar da intenção de preservar parte dessa função de convívio, através dos cuidados prestados nos jardins¹⁸⁷.

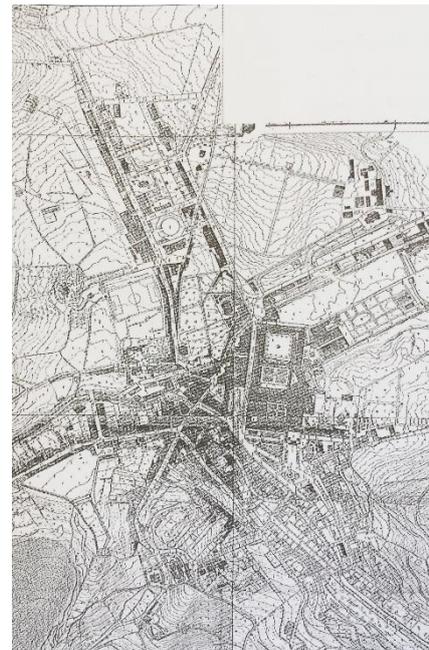


Figura 24 - Planta da cidade de Alcobaça. 1940-1950. Sem escala. Fonte: Arquivo da Biblioteca de Alcobaça.

O desenho do Rossio (Peça Desenhada 10) mostra o desenho meio simétrico de 1930, onde num dos lados se encontra a Escola João de Deus, que passou a ocupar um espaço que anteriormente era público, tornando a praça ainda mais quebrada. O prolongamento da vila para nordeste criou linhas alongadas, menos fragmentadas que no período anterior, alterando para um desenho mais orgânico¹⁸⁸.

Na segunda metade do século XX, o desenvolvimento urbano ocorre cada vez mais afastado do centro histórico em direção a nordeste. O arquiteto Vaz Martins elaborou um plano de urbanização para a cidade (1955-1957) que veio a influenciar o seu crescimento, mas que, infelizmente, não foi totalmente concretizado. A sucessiva aquisição de terrenos de Quintas

¹⁸⁶ KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA Cidália Maria Ferreira da, *ob. cit.*, p. 560.

¹⁸⁷ TAINHA Manuel M., MOREIRA C.A. Gil, GOUVEIA Adelino – *Plano Geral de Urbanização da vila de Alcobaça: objetivos e propostas*. Alcobaça: Câmara Municipal, 1979. Vol. I, II, III e IV, p. 24.

¹⁸⁸ KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA Cidália Maria Ferreira da, *ob. cit.*, p. 560.

próximas, nomeadamente a Quinta da Gafa e a Quinta da Roda, permite a continuação da tipologia de rua-quarteirão, o que levou à descentralização das funções principais da cidade para a nova área de expansão. Com a saída destas funções administrativas e judiciais do mosteiro, que passou a acolher as funções religiosas e asilo de idosos nos claustros do Rachadouro e do Cardeal, o edifício tornou-se num local que é apenas para ser visitado.¹⁸⁹.

Na planta da vila de Alcobaça em 1973 (Figura 25) denota-se a expressão alongada dos espaços e linhas, pouco fragmentados, da nova cidade, reafirmando a planta anteriormente apresentada, onde o espaço antigo é constituído por elementos mais quebrados. As áreas habitacionais e de representação social ganham importância no desenho, contrabalançando com o desenho antigo da cidade, originando duas cidades numa só: a velha e a nova Alcobaça, antes e depois das intervenções de 1950¹⁹⁰.

Nas décadas 60/70 do século XX (Peça Desenhada 10), o Rossio adquire um novo desenho, desenvolvido pelo arquiteto Vaz Martins em 1958, em que já existe uma simetria e eixos reforçados, onde foram necessárias obras de terraplanagem e a destruição da Escola João de Deus, para que tal projeto se pudesse concretizar. Com esta alteração, houve consequentes mudanças na forma de viver o espaço, que se enquadra com os interesses da época. A viatura automóvel passou a preencher os eixos e a população deixa de viver o espaço com o intuito principal deste, passando a ser um lugar destinado apenas ao estacionamento e à circulação automóvel - uma terra de ninguém¹⁹¹.

Em 1979, outro plano de urbanização foi elaborado pelos arquitetos Manuel Tainha e Gil Moreira e pelo sociólogo Adelino Gouveia. Apesar de ser um plano conclusivo, a autarquia rejeitou-o pela falta de capacidade, pelo excesso de zelo ou ausência de interesse administrativo¹⁹². É possível encontrar os planos e desenhos deste projeto na Biblioteca de Alcobaça para consulta.



Figura 25 - Planta da vila de Alcobaça. 1950 - 1973. Sem escala. Fonte: Arquivo da Biblioteca de Alcobaça.

¹⁸⁹ Idem, p. 562.

¹⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 563.

¹⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 563.

¹⁹² Idem, *ibidem*, p. 564.

Do final do século XX aos primeiros anos do século XXI, há novas expansões na vila, mas o centro histórico mantém-se, sem grandes alterações. Contudo, o novo desenho urbano da periferia é mais desordenado em relação às expansões de anos anteriores, em virtude de uma reticula de quarteirões com ligações próximas com as ruas, que nos anos mais próximos não tem acontecido este fenómeno, perdendo-se as relações das novas vias de acesso rodoviário com a edificação. Não há uma ideia clara de estrutura e ordenamento urbano, devido em parte às imobiliárias privadas. Verifica-se (Figura 26) que as novas linhas da cidade são quase tão fragmentadas como as primeiras, as mais antigas e há uma tendência para a criação de vazios urbanos. Há a presença de pequenos novos espaços verdes que servem de ligação destes eixos, mas que são pouco utilizados pela população¹⁹³.

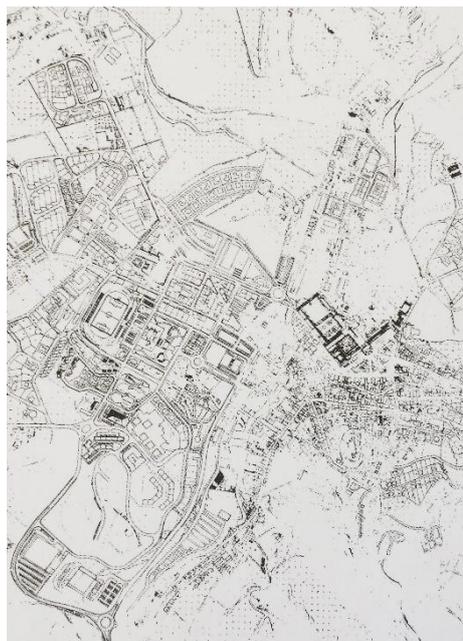


Figura 26 - Planta da cidade de Alcobaça. 1998. Sem escala. Fonte: Arquivo da Biblioteca de Alcobaça.

No ano de 2002, o arquiteto Gonçalo Byrne elaborou um projeto de requalificação da zona envolvente ao mosteiro, em que procurou “valorizar o monumento, retirando-lhe o carácter de *“ínsula” desligada da forma urbana circundante, ligando-o à cidade que o envolve*”.¹⁹⁴ A proposta passou por celebrar o elemento da água, sempre ligado à história de Cister, através da reposição da inclinação da praça, expondo as caleiras de drenagem à superfície de forma a acentuar a ideia do escoamento da água até ao rio. Outros elementos entram na proposta como o bosque, os acessos (vias) e o muro: tudo símbolos ligados à identidade de Cister, e se traduzem, no projeto, pela introdução de árvores e o melhoramento e simplificação dos acessos da praça. Em termos do planeamento urbano na primeira década do século XXI, a cidade tem estagnado, existindo apenas pequenas intervenções em situações pontuais¹⁹⁵.

Através desta análise, é possível concluir que Alcobaça evoluiu muito, depois da saída dos monges (Peça desenhada 09). Contudo, não foi consistente, evidentemente, devido às políticas diferentes de cada época, o que originou um desordenamento urbano quebrado, que dividiu a cidade em duas partes: a zona velha e a zona nova. Todas estas mudanças observadas, influenciaram também o mosteiro e a sua cerca.

¹⁹³ KRUGER, Mário Júlio Teixeira; SILVA Cidália Maria Ferreira da, *ob. cit.*, p. 566.

¹⁹⁴ BYRNE, Gonçalo – *Requalificação da zona envolvente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*. Alcobaça: Câmara Municipal, 2002, p. 3.

¹⁹⁵ Idem, p. 4 e 5.

III 4.1.3 – AS MUDANÇAS NA CERCA DO MOSTEIRO

Gilbert de Hoyland, abade cisterciense do século XII, que vivia na abadia de Swineshead, em Inglaterra, descreve como se vivia o espaço monástico:

*“The site of your monastery is secluded, cultivated, irrigated, and fruitfull. Your wooded valley in springtime echoes with the sweet melodies of songsters that it could charm a dead spirit back to life, dissipate the distaste of a delicate soul, and soften the hard headedness of a mind to avoid distracting the soul with worrisome occupations [...]”*¹⁹⁶

A partir deste excerto, é possível interpretar como seria a vivência dos monges dentro da clausura. A sua ligação à natureza e respeito pelas dinâmicas ecológicas e paisagísticas era extraordinária e, por isso, não podiam deixar de estar unidos à terra, aos jardins, às coisas que crescem. Mas esta conexão ao natural tinha uma razão de fundo: combater o desleixo, devido à sua reforma austera¹⁹⁷. E, daí, a sua dedicação a este tema.

Quando nos referimos a jardins medievais, existe a tendência de nos lembrarmos imediatamente dos jardins monásticos. Estes espaços podiam ter duas tipologias: o claustro (Figura 27); jardim quadripartido, onde ao centro se encontrava uma fonte ou poço¹⁹⁸, e a cerca monástica, uma grande área murada, onde existiam várias árvores de fruto, alguns bosques e bosquetes, plantas leguminosas e medicinais, pois junto a estas áreas verdes existia uma enfermaria. Era na cerca que se poderiam dar grandes passeios para desenvolver o pensamento, mas também era um lugar de cura e de prazer para os doentes, quase como se fossem jardins terapêuticos¹⁹⁹. Era nestes espaços confinados que os monges cultivavam plantas e vegetais que permitissem a imediata resposta às necessidades primárias e imediatas. Mas também ali se cultivavam flores, cujo destino era a ornamentação de altares, num espaço equivalente ao Paraíso perdido²⁰⁰.

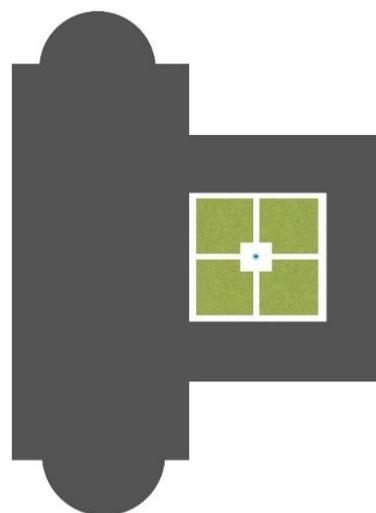


Figura 27 - Representação esquemática do claustro monástico. Extraído e Adaptado do livro: TURNER TOM – Garden History: Philosophy and Design 2000 BC – 2000 AC. Londres: Spon Press, 2005, p. 111.

¹⁹⁶ MACDOUGALL, Elisabeth B. – *Medieval Gardens*. Washington D.C: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Harvard University, 1986, p. 42.

¹⁹⁷ Idem, p. 42.

¹⁹⁸ AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza: A Flora e a Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. 1ª Edição. Lisboa: Nova Vega, 2009. [S/vol.], p. 52.

¹⁹⁹ MACDOUGALL, Elisabeth B., *ob. cit.*, p. 44.

²⁰⁰ AZAMBUJA, Sónia Talhé, *ob. cit.*, p. 52.

Em termos do desenho do espaço, o claustro, de forma quadrada, era dividido em quatro secções, consequência da interceção ortogonal de caminhos, fortemente ligada às referências bíblicas dos quatro rios do Paraíso, assim como à água existente no poço como símbolo cristão da purificação (batismo)²⁰¹. Este espaço teve alterações ao longo dos anos no Mosteiro de Alcobaça. Igualmente, a cerca sofreu mudanças no seu perímetro em área e usos. Contudo, atualmente é difícil encontrar, ou não existem, documentos desenhados que possam dar uma ideia de como se organizava o espaço monástico em Alcobaça. Mas a existência de outras referências pela Europa, onde os cistercienses deixaram a sua marca, como Claraval, em França, poderão dar algum vislumbre e lançar uma possibilidade de desenho para Alcobaça na Idade Média.

No desenho de Claraval (Figura 28) denota-se a presença de vários *parterres* ou patamares verdes, onde se desenvolviam as atividades de agricultura e jardinagem. Era na cerca murada que também se encontravam os edifícios e as infraestruturas destinadas a esses usos, nomeadamente, oficinas para o trabalho do ferro, do vidro, estábulos, armazéns, celeiros, etc.²⁰²

O Mosteiro de Alcobaça é constituído por cinco claustros, sendo três os principais: Claustro do Silêncio ou D. Dinis (1308-1311), Claustro do Cardeal ou dos Noviços e, por último, o Claustro da Biblioteca, Rachadouro ou das Amoreiras. O primeiro é o único que remonta à Idade Média. Com novecentos metros quadrados, foi construído no reinado de D. Dinis (século XIV), e concebido por Domingo Domingues e Mestre Diogo, sendo provavelmente um dos mais belos claustros do gótico português²⁰³. A planta quadrada tem cinquenta e um metros de comprimento e seis metros de largura²⁰⁴, é dividida em quatro secções, delimitadas por sebes de buxo e, no interior, contém árvores de fruto (laranjeiras). Recentemente sofreu obras de requalificação e valorização

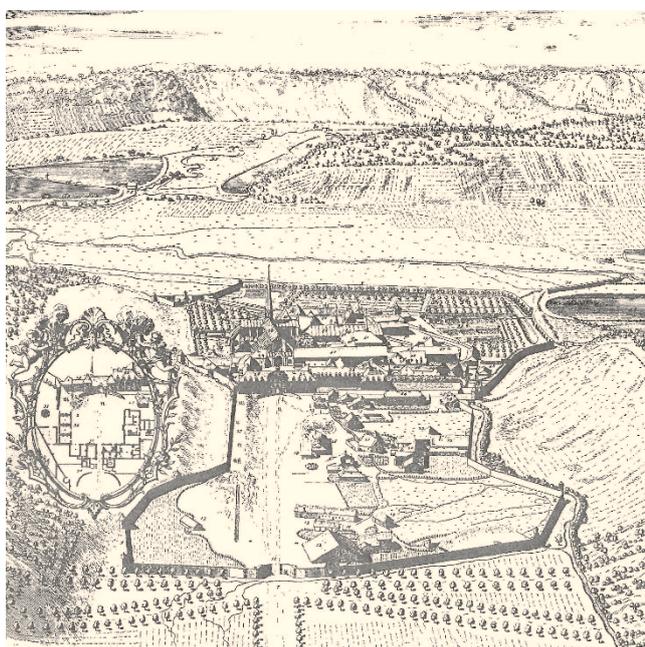


Figura 28 - Vista da abadia de Claraval. Dom Nicolas Milley. Desenho. 1708. Fonte: DUBY, Georges – São Bernardo e a Arte Cisterciense, *ob. cit.*, p. 3.

²⁰¹ Idem, p. 52.

²⁰² GUSMÃO, Artur – *A Real Abadia de Alcobaça: Estudo Histórico – Arqueológico*, *ob. cit.*, p. 71.

²⁰³ MOSTEIRO DE ALCOBAÇA – Mosteiro de Alcobaça [em linha]. Alcobaça. Disponível em: <http://www.mosteiroalcobaca.pt>

²⁰⁴ GUSMÃO, Artur, *ob. cit.*, p. 87.

encomendadas pelo IGESPAR ou DGPC (nome atual), desenvolvidas pela arquiteta paisagista Elisabete Barreiros Ferreira e pelo arquiteto João Seabra Gomes²⁰⁵. O projeto consistiu na melhoria das condições de visita, através de uma intervenção minimalista que realça a arquitetura do mosteiro, o sistema hidráulico e elementos ligados a este, mantendo o traçado original em quatro divisões, mas retirando parte das sebes de buxo preexistentes, de forma a abrir mais o espaço²⁰⁶. Houve também trabalhos de limpeza e plantação de novos arbustos e herbáceas, que melhoraram as vistas dos eixos e realçaram a cor e a luz²⁰⁷.

O claustro do Cardeal ou dos Noviços, com dois mil e quatrocentos metros quadrados, e o claustro do Rachadouro ou da Biblioteca, com três mil e seiscentos metros quadrados de área, apenas foram construídos a partir do século XV, aquando da expansão do mosteiro. O primeiro tem uma ligação ao Cardeal Infante D. Afonso. Filho do rei D. Manuel, que deixou bem marcada a sua memória no mosteiro, devido à série de novas obras que aí realizou, nomeadamente este primeiro claustro e o alargamento dos limites da cerca com altos muros. Mandou também construir o Obelisco e ajardinar a área que existe entre o rio e a levada²⁰⁸. Pensa-se que o espaço terá sido projetado pelo arquiteto Miguel de Arruda (? -1563). O segundo claustro ergue-se a partir do século XVII, e aí se instalaram as oficinas, o arquivo e a biblioteca.

O desenho dos seus jardins tem influência barroca, traços lineares e marcação de eixos, através do trabalho com a vegetação e jogos de vistas (Figura 29). O claustro do Cardeal é atravessado por uma levada, onde, de momento, não corre água. Entra-se no espaço por um pequeno terraço, ordenado de várias estátuas decorativas de influência clássica. Desce-se então para um “*jardim de buxo, dividido em quatro partes pelos eixos longitudinal – definido pela escadaria que desce da parte medieval,*

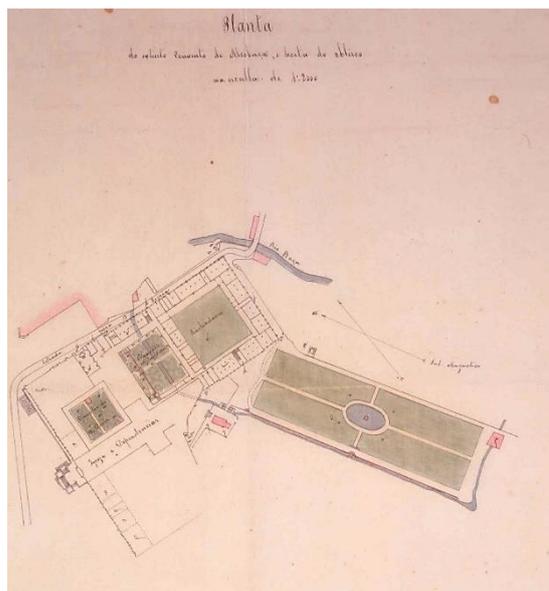


Figura 29 - Planta do extinto Convento de Alcobaça e horta do obelisco. COSTA, Marcos Caetano da Cruz e. Escala: 1:2000. [S. l.]: [s. n.], 1868. Em papel tela. Fonte: Biblioteca do Exército.

²⁰⁵ BASTO, Ana Rita Silva – *Da inventariação à salvaguarda do património paisagístico*. Porto: [s. n.], 2015. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, anexo II.

²⁰⁶ DGPC – Direção-Geral do Património Cultural [em linha]. Lisboa. [s. d.]. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt>;

²⁰⁷ VIBEIRAS: Sociedade Comercial de Plantas, S.A. – Vibeiras, Arquitetura Paisagista [em linha]. Torres Novas, 2015. Disponível em: <http://www.vibeiras.pt>.

²⁰⁸ NATIVIDADE, Manuel Vieira – *O Mosteiro de Alcobaça (notas históricas)*. Coimbra: Imprensa Progresso, 1885, p. 125.

*passando por uma ponte de quatro pilares rematados por esferoides sobre a levada e, no sentido transversal, pela própria levada*²⁰⁹. O claustro da Biblioteca foi construído devido à existência de pouco espaço no mosteiro. O espaço exterior é amplo, com pouca vegetação, pontuada por amoreiras junto às fachadas, e, ao centro, um poço. Devido aos vários usos que este espaço foi tendo ao longo dos anos, este não tem um desenho específico, um traço estilístico que se possa identificar.

A cerca primitiva do mosteiro era vasta (Peça Desenhada 01 e 10). Para além do Jardim do Obelisco e o Jardim das Murtas, este espaço compreendia áreas de hortas e pomares, que o Marquês d'Alorna (século XVIII) descreve:

*"[...] entrei na vasta cerca do mosteiro, a qual muito admirei pelo bem cultivada que estava. Tudo ali se via reunido: um jardim com mimosas flores, um pomar de laranja perfeitamente alinhado e traçado com todo o desvelo, dando laranjas que tinham reputação no país, diferentes pomares de todas as qualidades de frutas [...]"*²¹⁰

A cerca ainda hoje se conserva, mas retalhada, motivado pelo crescimento urbano e pelas diversas entidades que ocuparam o espaço. A sua extensão fechava em frente à Capela da Nossa Senhora da Paz e continuava até à rua dos loureiros, prolongando-se até à ponte da Conceição, ocupando o quintal que hoje pertence ao ilustre médico alcobacense, Dr. Barreto Perdigão²¹¹. O Jardim do Obelisco, junto à livraria, era constituído por um lago em forma oval, rodeado por estátuas mitológicas, tendo ao centro tinha um obelisco. A sua área é medida entre a rua Grande e a Levada do mosteiro. O jardim era formado por *"longas alamedas de chorões, acácias, cedros e ailantos, elevados sobre uma longa toalha de verduras e flores, e embelezadas por estatuetas de bom mármore. Bancos de pedra cómodos e elegantes se distanciavam ao longo das alamedas."*²¹² Infelizmente, essas alamedas desapareceram, o espaço foi repartido por vários proprietários, sendo que apenas a parte do Obelisco pertenceu, a partir do ano de 1836, ao ministério da guerra até aos dias de hoje. Fica, pois, para trás a ideia de um passeio elegante, amplo e artístico, servido de linhas de água, onde o lazer, o repouso, a arte, a beleza e a meditação faziam parte das vivências passadas aqui pela população²¹³. Para além do lago, ainda subsistem três pequenas fontes que faziam parte do conjunto. São fontes de características barrocas, pedra decorada, com azulejos originais de cor verde-azulado, de brilho metálico, onde está colocada uma bica com motivos

²⁰⁹ RODRIGUES, Jorge; RASQUILHO, Rui; COSTEIRA, Isabel (colab.) – *Mosteiro de Alcobaça*. 1ª Edição. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitetónico, 2007, p. 111.

²¹⁰ NATIVIDADE, Joaquim Vieira – *Obras várias*. Alcobaça: edição da Comissão Promotora das cerimónias comemorativas do I aniversário da morte do Prof. J. Vieira Natividade, 1942. Vol. II, p. 25.

²¹¹ NATIVIDADE, Manuel Vieira, *ob. cit.*, p. 97.

²¹² *Idem*, p. 97.

²¹³ TAVARES, J. Pedro Duarte – William Elsdon, o Mosteiro e Alcobaça, *ob. cit.*, p. 223.

naturalistas²¹⁴. Uma destas fontes está mais próxima do edifício da biblioteca, enquanto as outras duas estão mais a sul ao longo do muro e da levada que delimitava este jardim com o Jardim das Murtas. Uma delas está no exterior do atual muro da cerca, junto à entrada da levada no recinto do mosteiro, que de momento não pertence à cerca atual²¹⁵.

O Jardim das Murtas é contíguo a poente do Jardim do Obelisco, onde se construiu, no século XVIII, a Capela da Nossa Senhora do Desterro. Este era o jardim mais artístico de todos os jardins do mosteiro e consistia em dois planos: o primeiro – ao sair da sacristia, este era arborizado com cedros plantados a distância igual uns dos outros, mas que a certa altura se juntavam num tronco único, formando com os ramos uma cúpula esguia e elegante²¹⁶; o segundo plano corresponde à própria capela, um pequeno edifício retangular com uma exuberante fachada barroca, organizada como um retábulo²¹⁷. Até ao final do século XX, o Jardim das Murtas continha um cemitério, que, entretanto, sofreu trabalhos de limpeza e arranjo do espaço²¹⁸.

Recentemente, em 2014, foram demolidos armazéns que se haviam construído nos terrenos do Jardim do Obelisco no início do século XX, com o apoio da Direção-Geral do Património Cultural em colaboração com a Câmara Municipal de Alcobaça. Objetivou-se agora, decorridos cem anos, devolver o Jardim do Obelisco à população. Em maio de 2015, a DGPC lança um concurso público para a concessão do Claustro do Rachadouro e jardins envolventes, com o intuito de criar nesse espaço um hotel de charme (classificado como de quatro estrelas), num investimento de 15 milhões de euros²¹⁹.

Em setembro de 2015, é anunciado que o grupo Visabeira passa a segunda fase do concurso, sendo-lhe posteriormente feita a concessão do espaço. O grupo empresarial selecionou o arquiteto Eduardo Souto Moura para desenhar o hotel²²⁰.

²¹⁴ RODRIGUES, Jorge; RASQUILHO, Rui; COSTEIRA, Isabel (colab.), *ob. cit.*, p. 119.

²¹⁵ *Idem*, p. 119.

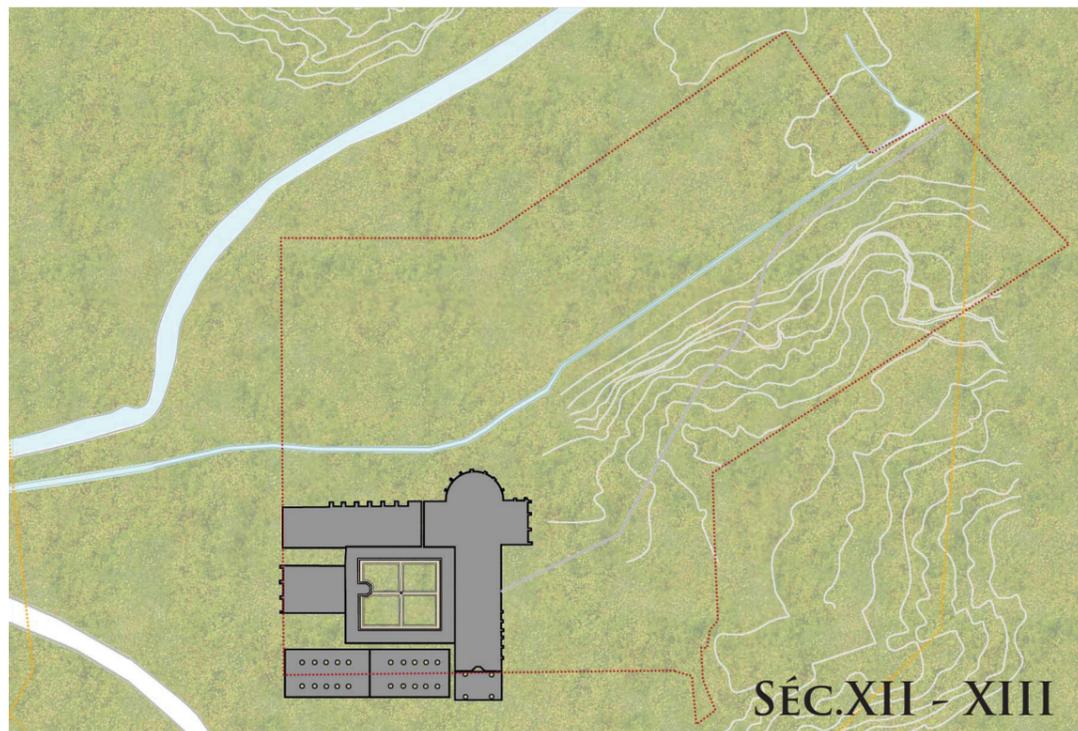
²¹⁶ NATIVIDADE, Manuel Vieira, *ob. cit.*, p. 98.

²¹⁷ RODRIGUES, Jorge; RASQUILHO, Rui; COSTEIRA, Isabel (colab.), *ob. cit.*, p. 123.

²¹⁸ BASTO, Ana Rita Silva, *ob. cit.*, anexo II.

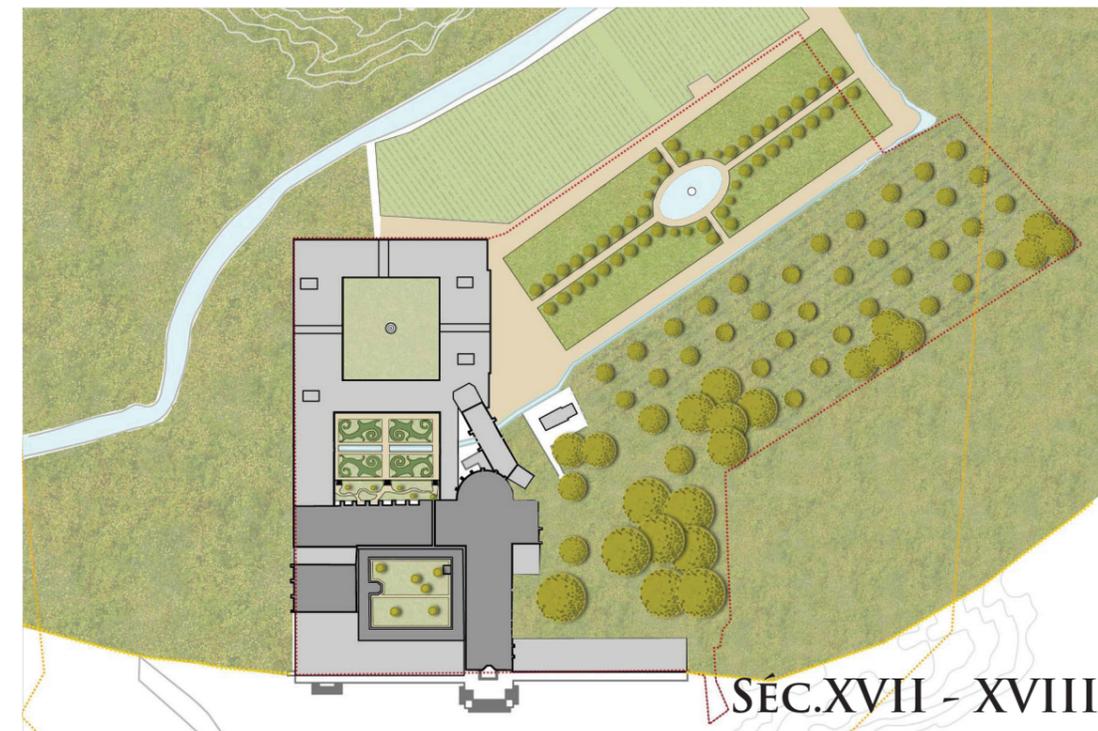
²¹⁹ REGIÃO DE CISTER – Região de Cister [em linha]. Alcobaça, 2014. Disponível em: <http://www.regiaodecister.pt>.

²²⁰ *Idem*.



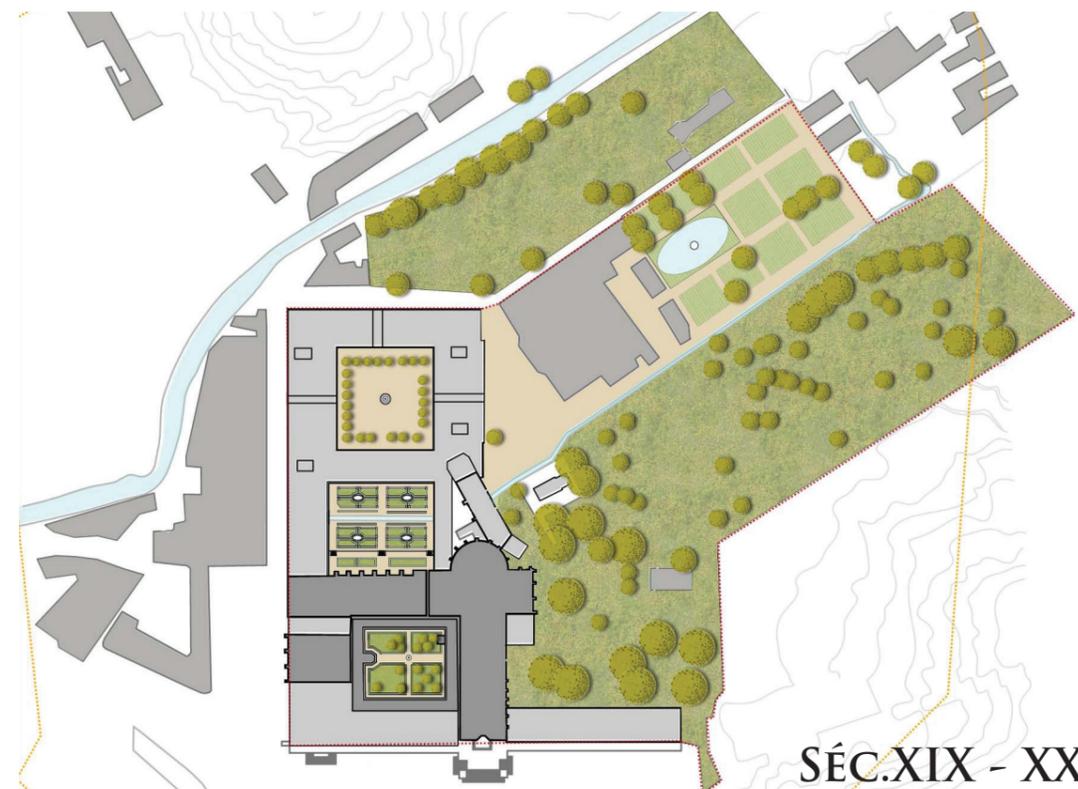
SÉC.XII - XIII

Extraído e adaptado de desenhos e plantas de: KORRODI Ernesto - Alcobaça: Estudo Historicó-Archeológico e Artístico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, op.cit., p.X.



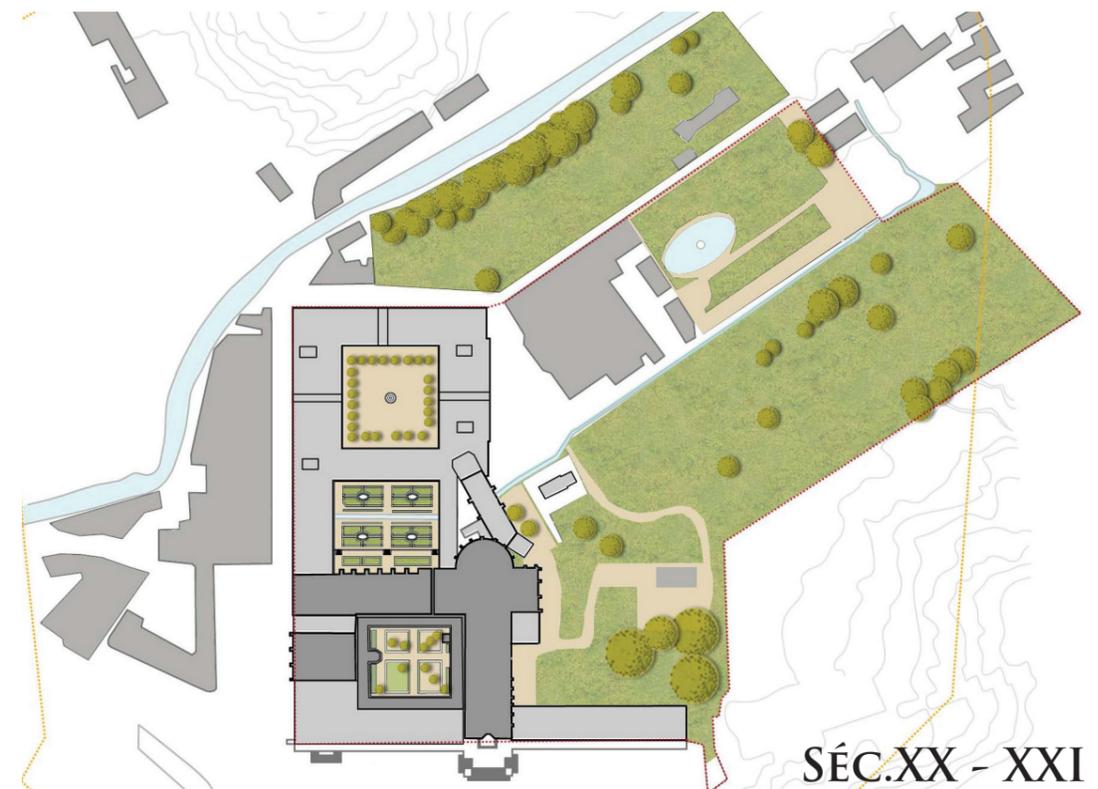
SÉC.XVII - XVIII

Extraído e adaptado de desenhos e plantas de: KORRODI Ernesto - Alcobaça: Estudo Historicó-Archeológico e Artístico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, op.cit., p. X; Planta do extinto Convento de Alcobaça e horta do obelisco. Escala: 1:2000. [S.l.]: [s.n.], 1868. Em papel tela. Biblioteca do Exército. (Fonte: Imagem cedida pelo Engenheiro J. Pedro Tavares)



SÉC.XIX - XX

Extraído e adaptado de desenhos e plantas de: KORRODI Ernesto - Alcobaça: Estudo Historicó-Archeológico e Artístico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, op.cit., p.X. Fotografia aérea da cidade de Alcobaça em 1958, preto e branco. Escala 1:26000 (Fonte: ©IGEO)



SÉC.XX - XXI

Extraído e adaptado de desenhos e plantas de: KORRODI Ernesto - Alcobaça: Estudo Historicó-Archeológico e Artístico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, op.cit., p.X. Fotografia aérea da cidade de Alcobaça em 2014 (Fonte: ©Google Maps)



Legenda: ●●● Limite dos muros atuais da cerca ●●● Limite da ZEP (Zona Especial de Proteção) ●●● Limite da cerca em 1833

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista

Evolução do Mosteiro de Alcobaça, claustros e cerca do século XII ao século XXI

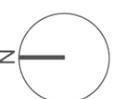
Autora: Mariana Martins Tomé

Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Lisboa, 2016

Escala: 1/5000

01



IV – APRECIÇÃO DOS VALORES PAISAGÍSTICOS DA CERCA MONÁSTICA E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

IV 1 – SÍNTESE E DIAGNÓSTICO

IV 1.1 – PROTEÇÃO ATUAL RELATIVA AOS ESPAÇOS MONÁSTICOS DO CASO DE ESTUDO (CERCA E CLAUSTROS)

Atualmente, em Portugal, o enquadramento legal relativo à proteção e conservação do património cultural, tem como base a Lei nº107/2001, de 10 de setembro, conhecida como a Lei de Bases do Património Cultural. Esta substitui a Lei nº13/85, de 6 de julho, alargando o leque de conceitos, nomeadamente a Carta de Veneza (1964) e a Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural (Paris, 1972), pela UNESCO e em que Portugal participou²²¹.

Esta nova Lei de Bases do Património Cultural integra novas terminologias presentes na Convenção de Granada, nomeadamente: monumento, conjunto e sítio. Essa realidade, levou à expansão do conceito de património cultural a outros âmbitos (científicos, linguísticos, industriais e etnográficos), mas onde o valor paisagístico não é considerado. No entanto, no artigo 14º, relativo aos bens culturais é estipulado que os princípios da lei podem-se alargar aos “(...) aos bens naturais, ambientais e paisagísticos ou paleontológicos”²²². Apesar de não considerar o interesse paisagístico como fazendo parte do património cultural, sublinha que é importante a defesa da qualidade ambiental e paisagística²²³.

De acordo com Deolinda Folgado, “os grandes conjuntos monásticos inserem-se na categoria dos bens patrimoniais imóveis cuja importância é incontestada pelo escol reflexivo, crítico e interventivo do património.”²²⁴ Como tal, dentro dos termos já definidos, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça é referenciado como um monumento. E o conjunto do edificado está classificado como Monumento Nacional através do Decreto de 10-01-1907, publicado no Diário de Governo nº14 de 17 de janeiro 1907, e pelo Decreto de 16-06-1910, também publicado no Diário de Governo nº136, de 23 de junho 1910. Mais tarde, foi delimitada uma Zona Especial de Proteção (ZEP), conjunta com a Capela de Nossa Senhora do Desterro,

²²¹ GONÇALVES, Rita Maria Theriaga da - *Proteção e Classificação do Património Paisagístico*. Lisboa: [s. n.], 2008. Dissertação de Mestrado em Recuperação e Conservação do Património Construído apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, p. 63.

²²² Idem, p. 63.

²²³ Idem, *ibidem*, p. 63.

²²⁴ FOLGADO, Deolinda – O Sagrado e o Profano num diálogo patrimonial: Reflexão inicial sobre instalações fabris em conjuntos monásticos. In *Estudos/Património*, nº2. Lisboa: IPPAR, 2002, p. 104.

com publicação no Diário de Governo nº190, de 16 de agosto 1957. Em 1989, foi integrado na lista de Património Mundial da UNESCO, em Paris, na categoria de monumento²²⁵.

Apesar de a cerca estar inserida na ZEP e inscrita em Zona *non aedificandi*, na lista do Património Mundial da UNESCO (Figura 31), está, no entanto, ao abandono, devido ao período seguinte à extinção das ordens religiosas, no qual foram impostos novos usos e novos regimes de afetação. Está, também, fora do circuito de visitas do mosteiro, pelos seguintes motivos: foi afeta a várias entidades e, como tal, degradou-se, levando a que não reúna condições de visita. Impõe-se recuperá-los, para que se consiga salvaguardar o que ainda resta da identidade do lugar.

Em 2012, a DGPC propôs o alargamento da área de ZEP através do Anúncio n.º 13672/2012, DR, 2.ª série, n.º 218, de 12-11-2012, mas a proposta ainda hoje se encontra em discussão com a Câmara de Alcobaça e outras entidades.



Figura 30 - Limites de proteção do Mosteiro de Alcobaça. Fonte: SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [em linha]. Forte de Sacavém, Lisboa. [s. d.]. Disponível em: <http://www.monumentos.pt>.

IV 1.2 – VALORES INERENTES DA CERCA DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

Nos primórdios, a cerca, ordenada desde o século XII, constituía uma “[...] Natureza discretamente regulada pelo homem, que convidava especialmente ao recolhimento e meditação [...] acumulando por vezes funções claramente recreativas. [...] São estes resultados de uma nova forma de comungar com a divindade mediante a sacralização da

²²⁵ ANTUNES, Júlio Fernando David – *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: Análise das intervenções efetuadas nos últimos 50 anos, diagnóstico das anomalias atuais e proposta de intervenção futura*. Lisboa: [s. n.], 2013. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, apresentada ao Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, p. 2.

Natureza regularizada.²²⁶ Muitas são as referências à cerca, descrevendo o espaço, desde a vegetação, às peças arquitetónicas e até às culturas que se nela praticavam. Disso é exemplo Frei Manoel dos Santos (c.1672-1740), que assim se lhe refere:

“Para esta parte do sol (nascente), fica a cerca toda murada; he grande e deliciosa; povoada de inumeráveis árvores de fruto, outras silvestres. Passa-lhe pelo meio um grande rio com duas grandes pontes de pedra, e a levada de água que leva ao mosteiro. Tem cinco jardins de flores, oito pomares de árvores de fruto, duas vinhas; terras de pam, e um dilatado tabuleiro para hortaliças que se subdivide em espaços com outras muitas miudezas e três capelas em sítios competentes [...]”²²⁷

Já no século XVIII/XIX, muitas outras descrições surgiram, destacando-se a do Marquês d’Alorna, como já foi mencionado, e a de Giuseppe Gorani, que apresenta com muito detalhe as espécies ali presentes na altura:

“Ali possuem grande abundância de trigo, vinhos, e toda a espécie de legumes e fruta... Nas traseiras do mosteiro, estes servidores de Deus tinham o desafogo de um vasto e magnífico jardim, que se encontrava fornecido de toda a espécie de frutas, cercado de vinhas e oliveiras, pequenos bosquetes de figueiras, limoeiros e laranjeiras.”²²⁸

O estudo feito anteriormente sobre a evolução da cidade, do mosteiro e da envolvente deste, mas também toda a análise igualmente efetuada, ao nível biofísico, paisagístico e cultural, irão juntar-se a estas descrições para que seja possível desenvolver uma proposta atual para esta cerca. As ideias que se irão expor terão em consideração a preservação da tipologia da área de estudo, de forma a evitar decisões que comprometam a destruição ou perda da identidade do que resta da cerca monástica. No entanto e por outro lado, pretendemos criar soluções que permitam o desenvolvimento de novas atividades, essencialmente culturais, que respeitem a essência do lugar. Por isso, antes de se avançar para a proposta, é preciso selecionar e entender quais são os valores inerentes desta cerca.

Segundo Rita Theriaga Gonçalves, quando se faz uma avaliação patrimonial de um sítio histórico, importam os aspetos qualitativos, ou seja, o valor histórico e cultural (interesse estético, histórico e relativo ao meio), e os aspetos quantitativos (tipologia, estilos e período de significância)²²⁹. Acrescem a estes, o interesse especial e o estado de conservação. Como

²²⁶ LEITE, A.C. (1997), p. 215.

²²⁷ SANTOS, Frei Manuel dos – *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*. Edição limitada. Alcobaça: Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1976, [S.V.], p. 79.

²²⁸ GORANI, Giuseppe – *A corte e o país nos anos de 1765 e 1767*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992. ISBN: 972-42-0472-3.

²²⁹ GONÇALVES, Rita Maria Theriaga da, *ob. cit.*, p. 78.

tal, para o caso da cerca do Mosteiro de Alcobaça, foi feito um quadro resumo de todos os valores presentes neste lugar histórico (Quadro 1). Os parâmetros de qualidade vão incidir, cada um, em itens diferentes. Por exemplo, dentro do valor estético/artístico irão incidir: a qualidade visual/estética, o interesse botânico/hortícola, a qualidade arquitetónica e funcional do desenho e a qualidade da obra. No interesse histórico entram os seguintes itens: associação a pessoas ou eventos, autoria, influências que gerou, ou das quais foi gerado, e a adaptação tecnológica. O interesse do meio irá incidir, claramente, em itens relacionados com a integração do espaço, o valor como marco na paisagem e o interesse ecológico. Os parâmetros de quantidade serão avaliados segundo os parâmetros já especificados anteriormente²³⁰.

Quadro 1 - Quadro resumo dos valores da cerca. Campos baseados em GONÇALVES, Rita Maria Theriaga da, ob. cit., com texto nosso.

Aspetos qualitativos	Interesse estético	<p>O espaço não tem um desenho ou estilo definido. Existe uma sensação de paz e tranquilidade, apesar de estar rodeado pela cidade. As vistas são agradáveis, tanto para o lado da serra como para a cidade.</p> <p>Atualmente, a densidade de vegetação é fraca. Parte das plantas que existem são árvores de fruto, que estão em bom estado (pessegueiros, figueiras, laranjeiras, nespereiras e palmeiras (estas adicionadas por antigos proprietários) e presença de algumas plantas invasoras como a cana (<i>Arundo donax L.</i>). Bons exemplares de cedros (<i>Cupressus sempervirens</i>), figueiras (<i>Ficus carica L.</i>), freixos (<i>Fraxinus angustifolia Vahl subs. angustifolia</i>), loureiros (<i>Laurus nobilis L.</i>) e olaias (<i>Cercis siliquastrum</i>). Existe também uma importante coleção botânica do século XIX, que é importante conservar, pois são exemplares que estão em bom estado de conservação e têm uma ligação histórica com a cerca. Alguns arbustos de buxo (<i>Buxus sempervirens</i>) estão bem conservados. Outras plantas desapareceram.</p> <p>A circulação pelo espaço é feita pelos campos abertos. No geral, não há delimitação certa de caminhos, apenas alguns estão mais marcados. Os materiais em pavimento existentes são terra batida e argamassa. Os acessos a este lugar são diversos, mas atualmente apenas se faz por uma porta lateral da igreja.</p> <p>Há património visivelmente em degradação como o Jardim das Murtas, a Capela da Nossa Senhora do Desterro, o lago e o Obelisco, e as outrora belas fontes barrocas ao longo da levada. A pedra e o azulejo utilizados nestes elementos estão em mau estado, a precisar de limpeza da pedra e algumas partes estão quebradas. Os sistemas hidráulicos não funcionam.</p>
	Interesse histórico	<p>Lugar associado à Ordem de Cister até 1834, data da extinção das ordens religiosas. Importante ordem religiosa que trouxe fundamentais técnicas agrícolas e florestais, técnicas hidráulicas e de metalurgia, mas também conceitos de ecologia e ordenamento da paisagem. Estes conhecimentos ainda hoje são utilizados nas áreas de Agricultura, Agronomia e Arquitetura Paisagista.</p>

²³⁰ Idem, pp.91-93.

	Interesse do meio	<p>Localizado no fundo do vale, na confluência de dois rios importantes do concelho: o rio Baça e o rio Alcoa. A cerca está assente em solo de aluvião, o que torna esta zona uma área fértil e boa para agricultura. Foi aqui que se instalaram os monges agrónomos, adaptando-se aos recursos naturais da zona para as suas rotinas do dia-a-dia, através da instalação de engenhosos sistemas de recolha e drenagem de água, pois a região é característica, em termos geológicos, de zonas calcárias e de grés, pelo que a captação de água era importante. Nesta cerca, existiam campos agrícolas, zonas de pomares e bosquetes.</p> <p>Atualmente, Alcobaça evoluiu e é hoje uma cidade que cresceu em torno deste espaço acolhido por Cister. Como não está urbanizado, este local serve de abrigo a diversas espécies de fauna e de flora.</p>
Aspetos quantitativos	Tipologia	Cerca monástica
	Estilo	Não está definido. Várias ocupações ao longo dos anos, permitiram diversas transformações, existindo apenas alguns vestígios do período barroco, como a escada de acesso ao Jardim do Obelisco, pelo Jardim das Murtas, algumas fontes ao longo da levada de água e o tanque com o obelisco ao centro. O estilo barroco é, por isso, o estilo mais marcante.
	Período de significância	Século XII-XIII. Século XVIII-XIX.
Interesse especial	<p>No espaço da cerca, destacam-se os elementos arquitetónicos e a vegetação.</p> <p>As fontes barrocas, a escadaria (igualmente de estilo barroco), a Capela de Nossa Senhora do Desterro, o tanque e o Obelisco, e a levada são elementos que, apesar de estarem em mau estado de conservação, têm não só valor estético, mas também histórico, acrescentando atributos valiosos à cerca. Em termos da vegetação, é possível encontrar exemplares em bom estado de conservação, que é importante manter, mas também há outros, como as árvores de fruto, que têm uma ligação histórica à Ordem de Cister e às práticas que aqui eram realizadas. Como tal, é relevante a sua conservação e manutenção.</p>	
Estado de conservação	<p>A cerca encontra-se em estado de abandono, depois de diversos anos com ocupações várias a tomarem conta do espaço.</p> <p>Isto levou à perda de traços e elementos que, provavelmente, existiam antes da extinção das ordens religiosas, e cuja preservação teria interesse, mas que não foi garantida.</p>	

Alguns dos levantamentos de plantas e pavimentos aqui descritos (Quadro 1) basearam-se em desenhos e plantas da arquiteta paisagista Elizabete Moura Barreiros Ferreira²³¹, mas também em visitas feitas à cerca.

Em resumo, os valores inerentes e que mais se destacam da cerca são as espécies de flora e alguns elementos arquitetónicos do período barroco. Estes valores remetem para a história e evolução do mosteiro, em que os princípios de Cister de simplicidade e austeridade estão sempre presentes, ligados à natureza. Acrescenta-se, também, o valor incalculável do sistema hidráulico ainda bem presente, mas que, infelizmente, não se encontra em funcionamento. Este é, sem dúvida, um elemento que muito se relaciona com a Ordem de

²³¹ FERREIRA, Elizabete Moura Barreiros – *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: Acerca da cerca*. Trabalho final de Licenciatura em Arquitetura Paisagista, Universidade de Évora, 1997.

Cister que é importante conservar. As espécies de flora que ainda persistem, como algumas árvores de fruto, remetem para o valor que estes elementos tinham para os Cistercienses nos seus espaços exteriores. Era destas plantas (plantas medicinais, alimentares e ornamentais) que se obtinha o sustento do mosteiro.

É de salientar que, na antiga cerca monástica, para além dos campos agrícolas, o Jardim das Murtas e o Jardim do Obelisco, apesar de serem mais tardios, ligavam-se através de uma escadaria barroca que ainda hoje se mantém, mas em mau estado de conservação. Na altura, estes dois jardins eram um exemplo a nível nacional do estilo barroco, onde o desenho de grandes eixos de simetria centrados por um tanque elíptico e um obelisco, bem como a presença constante de água e espécies vegetais notáveis, eram admirados por viajantes do mundo que por ali passavam²³². E isso, é justificável pelas descrições já referidas. No anexo XII, é visível o estado de degradação de alguns elementos, problemas e potenciais deste espaço.

Delineados os valores da cerca, é agora importante reunir “esforços para garantir que os valores atribuídos são respeitados, e que a sua determinação inclui esforços para a construção de, tanto quanto possível, um consenso multidisciplinar e comunitário respeitante a esses valores”²³³ (ver Peça Desenhada 02).

IV 2 – PROPOSTA

IV 2.1 – OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

*“A conservação e o restauro de monumentos têm como objetivo salvaguardar tanto a obra de arte como as respetivas evidências históricas”*²³⁴

O espaço histórico em questão corresponde a uma cerca monástica (atualmente com uma área de cinco hectares), onde os valores e princípios da Ordem de Cister ainda estão presentes, concretamente no sistema hidráulico e nas espécies vegetais muito características das suas culturas. Impõe-se, pois, elaborar um plano diretor de restauro destes elementos que valorizam o lugar.

O objetivo principal deste trabalho consiste em propor ideias para uma intervenção futura, tendo em conta os valores e princípios que fazem parte da Arquitetura Paisagista, quando se trata da intervenção em espaços históricos e de interesse cultural. A Carta de Veneza

²³² BASTO, Ana Rita Silva – *Da inventariação à salvaguarda do património paisagístico*. Porto: [s. n.], 2015. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, p. 85 (Anexo 5).

²³³ ICOMOS. Documento de Nara sobre a Autenticidade, 1994. Apêndice 1, nº3, p. 4.

²³⁴ ICOMOS. Carta de Veneza, 1964. Artigo 3º.

(ICOMOS, 1964), a Carta de Florença (ICOMOS, 1981), o Documento de Nara (ICOMOS, 1994) e a carta de Burra (ICOMOS, 1999), são os documentos de referência para a elaboração de propostas em jardins históricos. Neste trabalho, será elaborada uma proposta que atenderá a alguns princípios enunciados nestes documentos.

O artigo 9 da Carta de Florença, enuncia que “a salvaguarda dos jardins históricos exige que eles sejam identificados e inventariados”²³⁵. Como tal, e antes de qualquer intervenção, toda a análise feita anteriormente, biofísica e histórica, entrou no estudo e desenvolvimento da proposta, em que foram incluídos levantamentos da vegetação, pavimentos existente e visita ao local.

Depois da extinção das ordens religiosas em 1834, a cerca do mosteiro de Alcobaça deixou de servir os seus propósitos iniciais, sendo hoje apenas um espaço esquecido no tempo, que outrora foi vivido por monges agrónomos com os quais temos muito que aprender. Como tal, na elaboração desta proposta, pretende-se manter o equilíbrio entre o existente e o introduzido, entre o passado e o presente.

²³⁵ ICOMOS. Carta de Florença, 1964. Artigo 9º.



Legenda

- - - Limite da cerca atual / Área de Intervenção
- Entradas atuais para a cerca
- Edifícios (Mosteiro de Alcobaça, Capela de Nossa Senhora do Desterro e antigo celeiro)
- ↗ Ligação ao Parque Verde da Cidade de Alcobaça

Forças (fatores internos)

- 1 Inserir-se no limite de proteção do Mosteiro, que está classificado como Património Mundial.
- 2 Existência de património construído importante como o lago e o Obelisco, e a Capela de Nossa Senhora do Desterro, testemunhos do estilo barroco.
- 3 Presença de árvores de fruto, que remetem para a ligação da Ordem de Cister à agricultura e aos espaços exteriores.
- 4 Presença de uma coleção botânica do século XIX, com excelentes exemplares de cedros.
- 5 Existência de um engenhoso sistema hidráulico, importante para os Cistercienses.
- 6 Espaço com forte ligação à história de Alcobaça.
- 7 Existência do espaço de cerca, apesar do período crítico vivido a seguir à extinção das Ordens religiosas em 1834.

Fraquezas (fatores internos)

- 7 A cerca não está aberta ao público.
- 8 Abandono e degradação do património construído.
- 9 Falta de identidade.
- 10 Falta de caminhos para circulação.
- 11 Falta de manutenção dos jardins e da cerca.

Oportunidades (fatores externos)

- 12 Potencial para espaço cultural e de conhecimento.
- 13 Capacidade para criação de áreas de hortas e pomar, como forma de criar o ambiente vivido pelos monges agrónomos à época.
- 14 Reforçar ligação com o Mosteiro através da criação de caminhos temáticos, a incluir no circuito de visitas.
- 15 Intensificar a recuperação do património construído.
- 16 Fomentar a criação de áreas de lazer e convívio.
- 17 Possível ligação ao novo Parque Verde da cidade.

Ameaças (fatores externos)

- 18 Atos de vandalismo.
- 19 Perda de identidade, caso ocorram intervenções que não respeitem o *genius loci* do lugar.

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
 Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista



Plano de Diagnóstico e Análise SWOT da cerca e jardins

Autora: Mariana Martins Tomé

Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Lisboa, 2016

Escala: 1/1500

02



IV 2.1.1 – ESTRATÉGIA DE RESTAURO



Figura 31 - Definição das áreas de intervenção. Fonte: Autora.

O Mosteiro de Alcobaça e a sua envolvente sofreram várias mudanças ao longo dos tempos, como já foi referido. Posteriormente à extinção das ordens monásticas, o imóvel e a cerca foram vinculados a novos usos, o que conduziu a alterações significativas. O Jardim das Murtas, junto à Capela de Nossa Senhora do Desterro, tornou-se um cemitério até ao século XX, e o Jardim do Obelisco (e parte do Claustro das Amoreiras ou da Biblioteca) passaram para a posse do ministério da guerra até meados do século XX²³⁶. A parte mais sudoeste da cerca, onde se encontravam os pomares, foi para a Fundação Maria e Oliveira. Foi com base nestas primeiras divisões do espaço que foram delineadas três unidades distintas (Figura 31), com vista à respetiva intervenção no espaço (Peça Desenhada 03):

- I. Jardim das Murtas e área envolvente** – transformar o espaço numa “sala de visitas” da cerca, com a colocação de canteiros de flores (inspirados nas descrições de viajantes do século XVIII, já referenciados), aproveitamento de plantas existentes e, se possível, colocação de novas árvores. Criação de locais de estadia e adaptação do jardim à realização de atividades lúdicas (meditação, arte, leitura). Manutenção das áreas de prado de sequeiro. Preservação do património construído existente (antigo cemitério). Uniformização da área junto ao mosteiro, através da utilização de um material nobre, como a laje de rocha calcária, tal como no projeto desenvolvido por Gonçalo Byrne na praça em

²³⁶ BASTO, Ana Rita Silva – *Da inventariação à salvaguarda do património paisagístico*, ob. cit., p. 85 (Anexo 5).

frente ao mosteiro, de forma a criar uma ligação entre os dois espaços. Restauro e manutenção da Capela de Nossa Senhora do Desterro e da escadaria barroca que dá acesso ao jardim do Obelisco. Conservação da coleção botânica do século XIX. Aproveitamento do antigo celeiro para café ou restaurante.

II. Antigos terrenos da Fundação Maria e Oliveira – Propor a criação de caminhos/percursos temáticos, que terão como base o desenho geométrico, lembrando os princípios de austeridade e rigor de Cister. Estes irão desenvolver-se ao longo dos muros que delimitam estes terrenos, segundo o levantamento de caminhos antigos, mas irão também delimitar as parcelas de pomares e vinhas, sempre com o conceito de geometria presente. Estes percursos ao longo de muros serão reforçados por latadas de vinha transversais às parcelas de pomar, lembrando as vinhas, muito descritas pelos viajantes, criando, também, diferentes vistas para a paisagem envolvente.

Reforçar vistas através de composições diferentes de flora ao longo dos caminhos. Integrar percursos no roteiro de visitas do mosteiro. Reforçar ideia de pomar, através da plantação de novas árvores de fruto e criação de parcelas de vinhas, produção muito admirada pelos antigos viajantes. Manutenção e limpeza de bosquetes, árvores e arbustos existentes.

III. Jardim do Obelisco – Criação de zonas de hortas (50 m² de área) que poderão ser adquiridas e trabalhadas pela população da cidade. A aquisição destes talhões será feita através de um concurso lançado pela câmara municipal de Alcobaça. Contudo, o mosteiro terá o último parecer sobre o que cultivar e como o fazer, lembrando os princípios de Cister, através de aulas e *workshops* de jardinagem. Todo o excedente produzido nas hortas seria, posteriormente, vendido em pequenos mercados realizados no Rossio todos os meses. Estes talhões serão delimitados por vime ou vinhas, com o intuito de sebes, de forma a proteger as culturas.

Esta parte do projeto tem como referência o *Potager du roi*, em Versalhes. Desde o século XVII, que este lugar tem sido usado tanto para hortas floridas como para hortas de cultivo. Tal como os Cistercienses, também estes eram muito ligados ao cultivo de legumes, flores e plantas medicinais, filosofia que se pretende trazer para Alcobaça. O desenho, inspirado no traçado barroco (o mais predominante na evolução da cerca e nesta referência), terá um alinhamento, reforçado por ciprestes, que se cruzam ao centro no obelisco, numa envolvente de espaço aberto com grandes áreas verdes e presença de alguns bosquetes. Ao longo deste, poderão ser instalados bancos, para descanso dos visitantes. O caminho principal terá uma largura de cinco metros, com o objetivo de enaltecer a vista para o obelisco, um importante elemento da cerca. Os outros caminhos que se cruzam no obelisco, no final destes, encontram-se uma das fontes barrocas e um caramanchão, que antes existia neste jardim. Realização de passeios turísticos pelas hortas e pelos percursos dos Antigos terrenos da Fundação Maria e Oliveira. Restauro e preservação das fontes

barrocas ao longo da levada. Restauro e manutenção do lago e do obelisco. Limpeza das áreas envolventes ao lago e restauro do caramanchão. Criação de espaço de estadia e de encontro em frente à fachada da biblioteca, com a utilização de lajes de calcário, como uniformização da área.

Outros lugares em que se propõe a intervenção são os claustros, porque estes também sofreram alterações ao longo do tempo, e onde muitas das intervenções não tiveram o cuidado de realizar pesquisas e/ou estudos mais aprofundados destes espaços, desde a arqueologia às espécies vegetais que aqui se encontravam, de forma a encontrar uma proposta que salvaguardar-se o património e o valor histórico destes espaços. Os claustros são:

IV. Claustro D. Dinis – a recente intervenção aparenta que não atendeu às referências históricas e a estudos arqueológicos. O projeto tem linhas e materiais modernos, que não se enquadram na envolvente medieval do mosteiro. Propõe-se, por isso, a substituição do pavimento por terra batida e criação de parcelas de prados floridos, ou plantação de árvores de fruto e herbáceas, de fim medicinal, com base na quadripartição do espaço (referência em iluminuras).

V. Claustro do Cardeal ou dos Noviços – o desenho e trabalho feito com os buxos, relembra a geometria do barroco. Mas como já foi referido, o desenho original deste claustro era muito diferente no século XVIII. Apesar das diferenças, propõe-se apenas uma melhor manutenção do existente (referente ao pavimento, à flora e à estatuária), uma recuperação da levada, que passa pelo centro do claustro, e dos quatro pequenos tanques que se distribuem pelo espaço. Depois da intervenção, sugere-se a abertura ao público, pois este jardim apenas pode ser observável a partir de uma varanda.

VI. Claustro da Biblioteca, do Rachadouro ou das Amoreiras – este espaço pertenceu ao ministério da guerra durante vários anos, tornando os seus usos muito virados para a metalurgia. É um espaço aberto em terra batida, pontuado com amoreiras (*Morus alba* sp.), que deverão ser mantidas. Para este claustro, propõe-se enquadrá-lo no circuito de visitas.

De acordo com Sónia Talhé Azambuja, *“The symbolic value of landscapes and flora represented in paintings influenced real gardens and landscapes, and was also the inspiration for the creation of new gardens.”*²³⁷ Seguindo esta premissa, a escolha de vegetação para a

²³⁷ AZAMBUJA, Sónia Talhé – "From Iconography to Symbolology: Landscape and Nature in Portuguese Art (15th-16th Centuries)". In SCHOOL OF SCIENCES, UNIVERSITY OF PORTO (org.) –*Landscape: A Place of Cultivation*. Peer Reviewed Proceedings of European Council of Landscape Architecture Schools (ECLAS) 2014 Conference (21 to 23 September 2014). Porto: ECLAS/School of Sciences, University of Porto, 2014, pp. 375-380.

proposta, baseou-se na pesquisa histórica, na análise à paisagem feita anteriormente e no levantamento da flora existente.

Segundo a pesquisa histórica realizada, verifica-se que os monges cistercienses tinham boticas nos seus mosteiros (e Alcobaça não foi exceção), com o intuito de auxiliar as comunidades residentes no seu território, mas também a população em geral, quando esta pedia auxílio²³⁸. Estas boticas eram autênticos jardins botânicos, próximos da zona da portaria, onde existiam plantas medicinais, em que se extraíam os químicos necessários para a confeção de medicamentos²³⁹. Mas os monges cistercienses não cultivavam apenas este tipo de plantas, como já foi referido. Cultivavam também, áreas de pomar e vinha. Segundo o levantamento de vegetação existentes, existem ainda a presença de algumas árvores de fruto como laranjeiras, figueiras, pessegueiros e ameixeiras (Anexo VIII: Peça Desenhada 12). A utilização desta flora e tipo de cultura na proposta é reforçada através das descrições antigas de viajantes estrangeiros do século XVIII, como James Murphy e Gorani, e de estudiosos de Alcobaça e sua história, como Manuel Natividade.

Pretende-se, também, trazer alguma da flora presente no concelho de Alcobaça, com o intuito de aproximar a área da cerca à paisagem envolvente. A vegetação autóctone a introduzir foi baseada nos estudos feitos por Alexandre Cancela d'Abreu, em que na unidade de paisagem alusiva a Alcobaça, é referida a presença de “[...] olival, [...] vegetação mediterrânica de carrasco, lentisco, zambujeiro e ervas aromáticas [...]”²⁴⁰. Igualmente, António Maduro refere a existência de loureiros, zambujeiros, choupos e medronheiros na paisagem do concelho, como está referido no subcapítulo sobre o Povoamento Florestal de Alcobaça.

IV 2.1.2 – INTERVENÇÕES

Como forma de divulgação do património cultural e natural da cerca monástica, é importante a unificação destas áreas, de forma a dar-se a conhecer ao visitante do mosteiro os pontos mais relevantes e característicos deste espaço com tanta história.

Isto será alcançado através da criação de caminhos, em que ao longo destes haverá sinalética, que inclui indicadores de direção e painéis informativos²⁴¹. Poderá ser pensada,

²³⁸ TERENO, Maria; PEREIRA, Marízia e MONTEIRO, Maria - Acervo vegetal da botica do Mosteiro de Alcobaça - Espaço, proveniências e uso - notas preliminares de investigação [resumo]. Évora: 2015, p.1.

²³⁹ Idem, p. 2.

²⁴⁰ ABREU, Alexandre Cancela; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário (coord.) – *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*, ob.cit., p. 21.

²⁴¹ Referência à nova sinalética instalada no Monte da Lua - Parques de Sintra.

também, a criação de uma aplicação para telemóvel²⁴², onde se encontrará toda a informação relativa à cerca, desde a história à descrição da vegetação presente. Em cada ponto do caminho, haverá uma sinalética com referência a um número que corresponderá a um áudio-guia, disponível na aplicação.

Serão criados três tipos de caminhos (Peça Desenhada 04), consoante a distância e os elementos mais importantes presentes na cerca:

- 1) **Percurso “Sistema hidráulico cisterciense”** (1576 m (1.5km), em 1h30) - irá incluir a passagem pelo sistema hidráulico. Começará no Mosteiro e depois prolongar-se-á ao longo do novo Parque Verde de Alcobaça. Os elementos hidráulicos ainda existentes na cerca estarão incluídos no percurso, abrangendo a levada e a levadinha, mas também as fontes barrocas e o lago do Obelisco.
- 2) **Percurso “As culturas de Cister”** (1405 m (1.4km), em 1h30) - passará pela zona das hortas e culturas praticadas pelos cistercienses, compreendendo as zonas de hortas e pomares, o Jardim do Obelisco e os antigos terrenos da Fundação Maria Oliveira, respetivamente.
- 3) **Percurso “Os Claustros da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça”** (555m (0.5km), em 1h00) – este irá percorrer os claustros principais do mosteiro, respetivamente, o claustro de D. Dinis, o claustro do Cardeal ou dos Noviços e o claustro da Biblioteca ou Rachadoro.

O carácter deste espaço não permite o desenvolvimento de quaisquer atividades que descaracterizem o lugar, como, por exemplo, realização de desportos ou criação de ciclovias. Mas poderão ser divulgadas atividades ligadas à meditação, à arte (pintura, fotografia, música), à leitura e jardinagem, que, de certa forma, remetem para os princípios de Cister. Estas iniciativas poderão ser concretizadas através de workshops ou sessões efetuadas mensalmente com calendário fixo, como, por exemplo, no último fim de semana de cada mês. Certamente que, deste modo, se conseguiria um maior dinamismo no espaço.

Como formato de divulgação da cerca, sugere-se a realização de um folheto informativo, a ser distribuído à entrada no Mosteiro (Anexo XXI). Outra forma de difundir, mas também de ajudar na manutenção deste património, é a venda de produtos produzidos na cerca, no espaço criado para realização de eventos (no projeto), em frente à antiga Biblioteca.

Com a elaboração deste plano, pretendemos contribuir para restaurar este lugar, tendo sempre bem presente e objetivando fazer memória do contributo que a Ordem de Cister deu

²⁴² Referência à aplicação para telemóvel com o nome “Talking Heritage”, desenvolvida pelo Monte da Lua - Parques de Sintra.

ao nosso país e, mais concretamente, neste caso, ao desenvolvimento da cidade que hoje é Alcobaça. Não esquecendo, todavia, as diversas áreas de trabalho em que estiveram envolvidos, e que foram ficando referenciadas neste trabalho, o resultado das quais constitui, até hoje, elementos definidores da civilização e da cultura.



Legenda:

- Limite da cerca / Área de intervenção
- Entradas atuais para a cerca
- Pontos de interesse:
- A - Tanque e Obelisco
- B - Capela de Nossa Senhora do Desterro
- C - Vista para a cidade
- D - Vista para a Serra de Candeeiros
- E - Vista para o Obelisco
- F - Fontes Barrocas
- G - Entrada para a levadinha
- H - Levada
- I - Sala Polivalente / Antigo Celeiro

Proposta:

- I. Jardim das Murtas e área envolvente**
 - I 1. Colocação de canteiros de flores e plantas medicinais
 - I 2. Preservação das espécies existentes (principalmente a Coleção Botânica do século XIX)
 - I 3. Colocação de nova vegetação
 - I 4. Restauro e manutenção da Capela da Nossa Senhora do Desterro, do património existente, e da escadaria barroca que dá acesso ao Jardim do Obelisco
 - I 5. Uniformização do jardim através da colocação de lajes de calcário
 - I 6. Uniformização da área envolvente através da limpeza da mata, para criação de área de lazer
 - I 7. Adaptação do antigo celeiro a café/restaurante
- II. Antigos terrenos da Fundação Maria e Oliveira**
 - II 1. Criação de percursos, inspirados no levantamento de caminhos antigos e na geometria (austera e linear), reforçados com terra batida
 - II 2. Retomar estrutura de pomar e vinhas, de uso histórico, através da plantação de nova flora
 - II 3. Reforçar ideia de bosquetes
 - II 4. Manutenção da vegetação existente
 - II 5. Manutenção e conservação da entrada para a levadinha
 - II 6. Reforçar vistas para a cidade e para a Serra de Candeeiros
 - II 7. Criação de um caramachão (zona de estadia)
 - II 8. Criação de latadas de vinha ao longo do percurso junto aos muros
- III. Jardim do Obelisco**
 - III 1. Criação de áreas de hortas comunitárias (área de cada talhão: 50 m2)
 - III 2. Reforçar caminhos, baseados no desenho de influência barroca (estilo predominante na cerca), com terra batida
 - III 3. Reforçar o eixo de simetria e vista para o Obelisco com plantação de ciprestes
 - III 4. Restauro e preservação das fontes barrocas ao longo da levada
 - III 5. Restauro e manutenção do lago e do Obelisco
 - III 6. Criação de espaços de estadia, de encontro e realização de eventos
 - III 7. Reforçar ideia de bosquetes presentes nas descrições e planos históricos, através da plantação de novas espécies
 - III 8. Limpeza e restauro da levada
 - III 9. Restauro e limpeza do caramachão
 - III 10. Criação de um portão para dar acesso ao novo Parque Verde de Alcobaça
- IV. Claustro D. Dinis**
 - IV 1. Criação de prado floridos, tal como se observa em iluminuras da Idade Média e Renascimento
 - IV 2. Criação de canteiros de plantas medicinais
 - IV 3. Colocação de um elemento de água (espelho de água)
- V. Claustro do Cardeal ou dos Noviços**
 - V 1. Manutenção da flora existente
 - V 2. Reforçar caminhos com terra batida
 - V 3. Restaurar levada e pequenos tanques
- VI. Claustro da Biblioteca ou do Rachadouro**
 - VI 1. Manter a flora existente
 - VI 2. Unificação do espaço através de colocação de lajes de calcário junto ao poço

Edifícios existentes:

- a. Capela de Nossa Senhora do Desterro
- b. Sala polivalente/Antigo celeiro

Elementos construídos existentes:

- i. Obelisco
- ii. Escadaria barroca
- iii. Levadinha
- iv. Muros de pedra
- v. Caramachão
- vi. Ruínas
- vii. Poços

Elementos de água existentes:

- viii. Tanque do obelisco
- ix. Levada
- x. Fontes barrocas

Vegetação:

Vegetação existente

Vegetação proposta:

- i. Obelisco
- ii. Árvores
- iii. Arbustos
- iv. Pomares
- v. Sebe
- vi. Herbáceas
- vii. Vinha
- viii. Vinha (latada)

Pavimentos e cobertura de solo:

- Prado de sequeiro
- Terra batida
- Laje de calcário
- Prado florido

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
 Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista



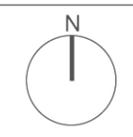
Plano Diretor de Restauro da cerca e jardins do Mosteiro de Alcobaça

Autora: Mariana Martins Tomé

Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Lisboa, 2016

Escala: 1/1500





Legenda:

- - - Limite da cerca / Área de intervenção
 - Edifícios (Mosteiro de Alcobaça, Capela de Nossa Senhora do Desterro e antigo celeiro)
 - Vegetação:**
 - Vegetação existente
 - Vegetação proposta:**
 - Árvores
 - Arbustos
 - Pomares
 - Sebe
 - Herbáceas
 - Vinha (latada)
 - Pavimentos e cobertura de solo:**
 - Prado de sequeiro
 - Terra batida
 - Laje de calcário
 - Prado florido
 - Percursos propostos**
 - - - Percurso "Sistema hidráulico cisterciense" | 1576m (1.5km) | 1h30 min
 - - - Percurso "As culturas de Cister" | 1405m (1.4km) | 1h30 min
 - - - Percurso "Os claustros da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça" | 555m (0.55km) | 1h
 - Saídas
 - Entrada (começo dos percursos)
- * Os tempos apresentados vão depender da velocidade de cada pessoa, mas também dos tempos de paragem durante os percursos.

Ligação ao novo Parque Verde de Alcobaça

CONCLUSÕES

A Ordem de Cister, tal como vem sendo demonstrado ao longo de todo o trabalho, teve um papel definidor no ordenamento da paisagem. Vulgarmente chamados de monges agrónomos, estes tinham uma relação muito próxima com a natureza e a paisagem, realidade visível desde a escolha do local de implementação da abadia, à organização da cerca. Neste espaço, delimitado por muros (princípio de clausura), realizavam-se as tarefas mais importantes para a autossuficiência do mosteiro. Podemos, pois, afirmar que estes *engenheiros da natureza* trabalhavam e inventavam formas de se adaptarem ao terreno, conforme as suas necessidades, tentando e quase sempre conseguindo, minimizar os impactos no território.

Todo o trabalho de análise e estudo realizado para esta dissertação, permitiu entender estes e outros valores passados da Ordem de Cister, relativamente ao ordenamento do território, marcas e valores que ainda garantem proteção no presente. Compreender estes atributos, possibilitou encontrar as bases para o desenvolvimento da proposta para a recuperação da cerca monástica do Mosteiro de Alcobaça. Ao mesmo tempo, o entendimento da legislação portuguesa relativamente ao património paisagístico, bem como o conhecimento das cartas e convenções internacionais, teve um peso significativo na determinação das ações e estratégias a propor para a implementação no espaço de intervenção.

A concretização do Plano Diretor de Restauro pretendeu, pois, deixar ideias para uma futura intervenção na cerca, do ponto de vista da Arquitetura Paisagista, no sentido de preservar um espaço esquecido no tempo, mas que sempre teve uma ligação próxima com o mosteiro. Como tal, foi importante considerar a abertura deste espaço ao público, pois é um elemento definidor do património de Alcobaça, mas que a população desconhece ou dele pouco sabe. Do nosso ponto de vista, torna-se, por isso mesmo e pela relevância do património, tanto paisagístico como histórico, indispensável e urgente uma intervenção de salvaguarda do lugar, isto é, da Cerca do Mosteiro de Alcobaça.

Com esta dissertação, pretendemos, ainda, abrir a discussão sobre a temática. Desse modo, visamos potenciar intervenções mais frequentes no património paisagístico, concretamente nas cercas conventuais, pois são, muitas vezes, desvalorizadas.

Sabendo que ainda há muito a fazer neste âmbito, esperamos ter contribuído para que, num futuro próximo este património paisagístico seja significativamente considerado e valorizado como marca relevante na salvaguarda dos valores culturais do país.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

MONOGRAFIAS

AA VV. – *Atas do Simpósio Internacional: Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*. Lisboa: Fundação Oriente, 1996. ISBN: 972-9440-49-2.

AA VV. – *Arte e Arquitetura nas abadias cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII: Atas*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000. ISBN: 972-8087-78-0.

ABREU, Alexandre Cancela; CORREIA, Teresa Pinto; OLIVEIRA, Rosário (coord.) – *Contributos para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004. ISBN: 972-8569-28-9. Vol. IV.

ALDEMIRA, Varela – *Alcobaça Ilustrada: um estudo crítico, programa, relatório, catálogo e estampas*. Lisboa: Sociedade Independente de Tipografia, 1940. [S/vol.].

ARAÚJO, Ilídio Alves de – *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, 1962. Vol. I.

AZAMBUJA, Sónia Talhé – *A Linguagem Simbólica da Natureza: A Flora e a Fauna na Pintura Seiscentista Portuguesa*. 1ª Edição. Lisboa: Nova Vega, 2009. [S/vol.]. ISBN: 978-972-699-921-8.

BARBOSA, Pedro Gomes – *Granjas monásticas e estruturação do território nos coutos de Alcobaça*. Ourense: 1998. [S/vol.].

BARBOSA, Pedro Gomes – *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (séc. XII a 1325)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992. ISBN: 972-667-253-8. [S/vol.].

BARROS, Carlos Vitorino da Silva – *Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: C. Barros, 1973. [S/vol.].

BYRNE, Gonçalo – *Requalificação da zona envolvente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*. Alcobaça: Câmara Municipal, 2002.

CASTEL – BRANCO, Cristina (coord.) – *Necessidades: Jardim e Cerca*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001. ISBN: 972-98439-2-9.

CASTEL – BRANCO, Cristina – *A Água nos Jardins Portugueses*. Lisboa: Scribe/Associação Portuguesa dos Jardins e Sítios Históricos, 2010. ISBN: 978-989-8410-08-5.

CMA, Câmara Municipal de Alcobaça – Plano de Pormenor da Quinta da Cova da Onça: proposta de alteração: relatório. Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística, 2009.

COELHO, Amílcar; MADURO, António; RASQUILHO, Rui – *O Céu, a Pedra e a Terra. Os Cistercienses em Alcobaça*. 2ª Edição. Batalha: Coleção Estremadura: Estudos & Documentos, 2012.

COCHERIL, Maur – *Notes sur l'architecture et le décor dans les abbayes cisterciennes du Portugal*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1972.

COCHERIL, P. Maur – *Alcobaça: Capitale de Citeaux au Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1975.

COCHERIL, Dom Maur – *Alcobaça: Abadia cisterciense de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

DUBY, Georges – *O Tempo das Catedrais: a arte e a sociedade*. Editorial Estampa, 1979.

DUBY, Georges – *São Bernardo e a Arte Cisterciense*. Lisboa: Edições ASA, 1997.

DUBY, Georges – *L'art cistercien*. Edição nº0074. Paris: Flammarion, 1989. ISBN: 2-08-012951-1.

FRANÇA, J. Camarate e Zbyszewski – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000. Notícia Explicativa da folha 26-B Alcobaça*. Lisboa: Direção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1963.

GODINHO, Hélder (coord.) – *Horto do Esposo*. [S. l.]: Edições Colibri, 2007. ISBN: 978-972-772-766-7.

GOMES, Saul António – *Oito séculos de Cister em Portugal*. Ourense: [s. n.], 2006.

GONÇALVES, Iria – *O Património do Mosteiro de Alcobaça*. 1ª Edição. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989. ISBN: 972-595-067-4.

GORANI, Giuseppe – *A corte e o país nos anos de 1765 e 1767*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1992. ISBN: 972-42-0472-3.

GUSMÃO, Artur – *A Real Abadia de Alcobaça: Estudo Histórico – Arqueológico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2ª edição, 1992.

KORRODI, Ernesto - *Alcobaça: Estudo Historicó-Archeológico e Artístico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça*. Coleção Monumentos de Portugal, 4. Porto: Litografia Nacional, 1929.

- LEKAI, Louis J. – *Les Moines Blancs: Histoire de l'Ordre Cistercien*. Paris: Seuil, 1957. [S/vol.].
- LEROUX, Dhuys e FRANÇOIS, Jean – *Les Abbayes Cisterciennes en France et en Europe*. Paris: Éditions Place des Victoires, 1998. ISBN: 2-84459-000-4. [S/vol.].
- MACDOUGALL, Elisabeth B. – *Medieval Gardens*. Washington D.C: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Harvard University, 1986. ISBN: 0-88402-146-7.
- MADURO, António Eduardo Veyrier Valério – *Cister em Alcobaça. Território, Economia e Sociedade (séculos XVIII-XX)*. Porto: Edições ISMAI, 2011. ISBN: 978-972-9048-53-1. [S/vol.].
- MADURO, António Eduardo Veyrier Valério – *Monges e Camponeses. O domínio cisterciense de Alcobaça nos séculos XVIII e XIX*. 1ª edição. Lisboa: Coleção Estremadura - espaços e memórias, 2010. ISBN 978-989-8158-72-7.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 1998. ISBN: 972-772-019-6.
- MARQUES, Maria Zulmira Furtado – *Um século de história de Alcobaça: 1810 – 1910: chalets e palacetes do romantismo tardio*. [S. l.]: [s. n.], 2003. ISBN: 972-97145-8-4.
- MEER, Frédéric Van der – *Atlas de l'Ordre Cistercien*. Paris: Coleção Atlas Sequoia, Edições Sequoia, 1965. [S/vol.].
- MÉRAS, Mathieu – *Abbayes et Pèlerinages de France*. Paris: Editora Fernand Nathan, 1964. [S/vol.].
- NATIVIDADE, Joaquim Vieira – *Obras várias*. Alcobaça: edição da Comissão Promotora das cerimónias comemorativas do I aniversário da morte do Prof. J. Vieira Natividade, 1942. Vol. I e Vol. II.
- NATIVIDADE, Manuel Vieira – *O Mosteiro de Alcobaça (notas históricas)*. Coimbra: Imprensa Progresso, 1885.
- OLIVEIRA, Miguel de – *Origens da Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos Doutor A. De Vasconcelos, 1951.
- RODRIGUES, Jorge; RASQUILHO, Rui e COSTEIRA, Isabel (coord.) – *Mosteiro de Alcobaça*. 1ª Edição. Lisboa: Ministério da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2007. ISBN: 978-1-85759-492-8.
- SAMPAIO, Jorge Pereira de; PEREIRA Luís Afonso Peres – *Alcobaça: um século em imagens*. [s. n.], [s. l.], 2010. ISBN: 978-989-95789-1-3.

SANTOS, Frei Manuel dos – *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*. Edição limitada. Alcobaça: Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural da Região de Alcobaça, 1976. [S.V.].

SERRÃO, Adriana Veríssimo (coord.) – *Filosofia e Arquitetura da Paisagem. Um Manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2012. ISBN: 978-989-8553-12-6. [S/vol.].

SOROMENHO, Miguel; PERDIGÃO, Maria de Lurdes; SERPA, Catarina – *Cister: Espaços, Território, Paisagens (Atas)*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitetónico, 2000. ISBN: 972-8087-78-0. Vol. II.

TAINHA, Manuel M.; MOREIRA, C.A. Gil; GOUVEIA, Adelino – *Plano Geral de Urbanização da vila de Alcobaça: objetivos e propostas*. Alcobaça: Câmara Municipal, 1979. Vol. I, II, III e IV.

TURNER, Tom – *Garden History: Philosophy and Design 2000 BC – 2000 AC*. Londres: Spon Press, 2005. ISBN: 0-415-31748-7.

VIEIRA, Maria Helena Merege – *O Jardim e a Paisagem: espaço, arte, lugar*. 1ª Edição. São Paulo: AnnaBlume Editora, 2007. ISBN: 85-7419-695-4.

XAVIER, António Manuel – *Das Cercas dos Conventos Capuchos*. Évora: Editora Casa do Sul, 2004. ISBN: 972-8661-19-3. [S/vol.].

ARTIGOS DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

CARAPINHA, Aurora – A cerca e o jardim do claustro: dois espaços do nosso descontentamento. In *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lisboa. ISSN: 0872-8747. [S. V.], nº15, 2001, pp.73-77.

DIAS, Geraldo J.A. – A Regra de São Bento, Norma de Vida Monástica: sua problemática moderna e edições em português. In *Revista da Faculdade de Letras*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Porto. Vol.3. Série III, 2002, pp.009-048.

DIAS, Geraldo J.A. – Ora & Labora: À procura da origem da divisa beneditina. In *Humanitas*. Universidade do Porto. Porto. Vol. L., 1998.

FOLGADO, Deolinda – O Sagrado e o Profano num diálogo patrimonial: Reflexão inicial sobre instalações fabris em conjuntos monásticos. In *Estudos/Património*, nº2. Lisboa: IPPAR, 2002, pp. 104-108.

GONÇALVES, Iria – Alcobaça e Leiria: uma relação de vizinhança ao longo da Idade Média. In *Revista da Faculdade de Letras*. Lisboa, 1984.

HAUPT, Albrecht – A arquitetura da renascença em Portugal: Alcobaça. In *Serões*, revista mensal ilustrada. Livraria Ferreira & Oliveira, Lda., Edição nº25. Lisboa. [S.V.], 1907.

JORGE, Virgolino Ferreira – Separata de “Os Cistercienses e a Água”. In *Revista Portuguesa de História*, Tomo XLIII. Coimbra, 2012.

JORGE, Virgolino Ferreira – Organização Espaço-funcional da Abadia Cisterciense Medieval. Alcobaça como modelo de análise. In *Arte, História e Arqueologia*. Ésquilo. Lisboa, [S.V.], 2006, pp.3-33.

KRUGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da – A Abadia de Santa Maria e a evolução morfológica da cidade de Alcobaça. In *Atas Cister: Espaços, Territórios, Paisagens*. Colóquio Internacional de 16-20 junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça. Edição do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). Lisboa, 2000. Vol. II, pp.553-574. ISBN: 972-8087-78-0.

MADURO, António Valério – A cultura do olival e da vinha, motor do desenvolvimento agrário alcobacense (séc. XVIII-XIX). In *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 7. [S. l.: s. n.], 2007, pp. 239-258.

MADURO, António Valério; MASCARENHAS José Manuel de; JORGE Virgolino Ferreira – A construção da paisagem hidráulica no antigo couto cisterciense de Alcobaça. *Cadernos de Estudos Leirienses*. [S. l.], [S.V.], 2015, pp.26-60.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – A Ordem de Cister em Portugal na transição da Idade Média aos tempos modernos. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp.123-137.

MAYNAERT, Paul – The Medieval Monastic Garden. In MACDOUGALL, Elisabeth B. – *Medieval Gardens*. Washington D.C: Dumbarton Oaks Research Library and Collection, Harvard University, 1986, pp. 23-53.

MOREIRA, Júlio Santos – Reintegração Paisagística do património de Cister. In *Colóquio Internacional “Cister: Espaços, Territórios, Paisagens”*. Alcobaça. Instituto Português do Património Arquitectónico. Vol. II. 1998. ISBN: 972-8087-78-0.

NATIVIDADE, J. Vieira – A Região de Alcobaça: algumas notas para o estudo da sua agricultura, população e vida rural. In: J. Vieira Natividade, *Obras Várias – I*. Alcobaça: Edição da Comissão Promotora das Cerimónias Comemorativas do I Aniversário da Morte do Prof. J. Vieira Natividade, [s. d]. Vol. I.

ROSA, Isabel – Ordem de Cister – Bernardo de Claraval. In *ArtiTextos*. [S. l.: s. n.], 2007, pp.143-148.

TAVARES, J. Pedro Duarte – Riscos Naturais na Alcobaça Cisterciense. In *Espaços Adepa, revista de património*. Edição ADEPA. [S. l.]. [S.V.], 2006, nº2, pp.13-31.

TAVARES, J. Pedro Duarte – William Elsdon, o Mosteiro e Alcobaça. In *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*. Lisboa. ISSN: 0871-682X. [S.V.], nº23, 2014, pp.203-243.

TERENO, Maria do Céu Simões – Arquitetura das Granjas Monásticas no domínio do Mosteiro de Alcobaça: A Granja de Bárrio. In *ARQ – Comunicações – Em Congressos Científicos Internacionais*. Universidade de Évora, 2006, pp.1-9.

TERENO, Maria; PEREIRA, Marízia e MONTEIRO, Maria - Acervo vegetal da botica do Mosteiro de Alcobaça - Espaço, proveniências e uso - notas preliminares de investigação. Évora: 2015.

TERENO, Maria do Céu Simões, PEREIRA Marízia Clara Menezes Dias – Conjuntos rurais cistercienses pertencentes ao mosteiro de Alcobaça e seu enquadramento paisagístico. In *ARQ – Comunicações – Em Congressos Científicos Internacionais*. Universidade de Évora. Évora, 2006, pp.1-30.

MONOGRAFIAS NÃO PUBLICADAS E OUTRAS FONTES

ANTUNES, Júlio Fernando David – *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: Análise das intervenções efetuadas nos últimos 50 anos, diagnóstico das anomalias atuais e proposta de intervenção futura*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil, apresentada ao Instituto Superior de Engenharia de Lisboa. Lisboa: [s. n.], 2013, texto policopiado.

AZAMBUJA, Sónia Talhé – Slides das Aulas de História e Teoria da Arte dos Jardins. Unidade curricular do 1º ciclo de Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa. Lisboa: [s. n.], 2014, texto policopiado.

BASTO, Ana Rita Silva – *Da inventariação à salvaguarda do património paisagístico*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Porto: [s. n.], 2015, texto policopiado.

COSTA, Cláudia – *Paisagens Culturais: memória de uma identidade coletiva para o futuro. Caso de estudo: Deserto Carmelita do Bussaco*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, apresentada ao Instituto Superior de Agronomia. Lisboa: [s. n.], 2001, texto policopiado.

COSTA, Mariana – *Estudo histórico-artístico e proposta de plano diretor de restauro para a Quinta do Alto, Faro*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, apresentada ao Instituto Superior de Agronomia. Lisboa: [s. n.], 2013, texto policopiado.

ESTEVES, Ana Carina Teixeira Ribeiro Coelho – *Paisagens Sagradas: A Influência da Religião*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista, apresentada ao Instituto Superior de Agronomia. Lisboa: [s. n.], 2015, texto policopiado.

GONÇALVES, Iria – *O Temporal do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Tese de Doutoramento em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: [s. n.], 1984. Vol. I e II, texto policopiado.

Gonçalves, Rita Maria Theriaga da - *Proteção e Classificação do Património Paisagístico*. Dissertação de Mestrado em Recuperação e Conservação do Património Construído apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: [s. n.], 2008, texto policopiado.

JOSÉ, Vanessa Alexandra Correia – *Bases para o Plano Diretor de Restauro da Cerca do Convento dos Capuchos, Sintra*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura Paisagista apresentada ao Instituto Superior de Agronomia. Lisboa: [s. n.], 2013, texto policopiado.

MOREIRA, Sónia Maria do Livramento – *As intervenções da Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais [texto policopiado]: O caso do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – Igreja, Claustro de D. Dinis e dependências monásticas*. Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico, apresentada à Universidade de Évora. Évora, [s. n.], 2006. Vol. I e II, texto policopiado.

MORGADO, Duarte Nuno Ferreira Madaleno Ferreira – *Cister: espiritualidade, estética e teologia da arquitetura cisterciense*. Dissertação de Mestrado em Teologia, apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia. Lisboa: [s. n.], 2012, texto policopiado.

SERRÃO, Adriana - *Apontamentos da aula da disciplina de Estética e Ética da Paisagem*. Unidade Curricular do 2º ciclo de Arquitetura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, 2014, texto policopiado.

FONTES

FONTES COMPUTORIZADAS

CMA – Câmara Municipal de Alcobaça [em linha]. Alcobaça. [s. d.]. Disponível em: <http://www.cm-alcobaca.pt>.

DGLAB - Portal Português de Arquivos. Lisboa. 2005. Disponível em: <http://arquivos.dglab.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/portal-portugues-de-arquivos/>

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural [em linha]. Lisboa. [s. d.]. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt>.

DGPC – Matriz Net [em linha]. Lisboa. 2010. Disponível em: <http://www.matriznet.dgpc.pt>.

ICOMOS – Carta de Burra: tradução [em linha]. Burra: UNESCO/ ICOMOS, 1979. Disponível em: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>.

ICOMOS – Carta de Florença: tradução [em linha]. Florença: UNESCO/ICOMOS, 1982. Disponível em: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-florença.pdf>.

ICOMOS – Carta de Veneza: em tradução [em linha]. Veneza: UNESCO/ICOMOS, 1964. Disponível em: <http://5cidade.file.wordpress.com/2008/03/carta-de-veneza-pdf>.

MOSTEIRO DE ALCOBAÇA – Mosteiro de Alcobaça [em linha]. Alcobaça. Disponível em: <http://www.mosteiroalcobaca.pt>.

REGIÃO DE CISTER – Região de Cister [em linha]. Alcobaça, 2014. Disponível em: <http://www.regiaodecister.pt>.

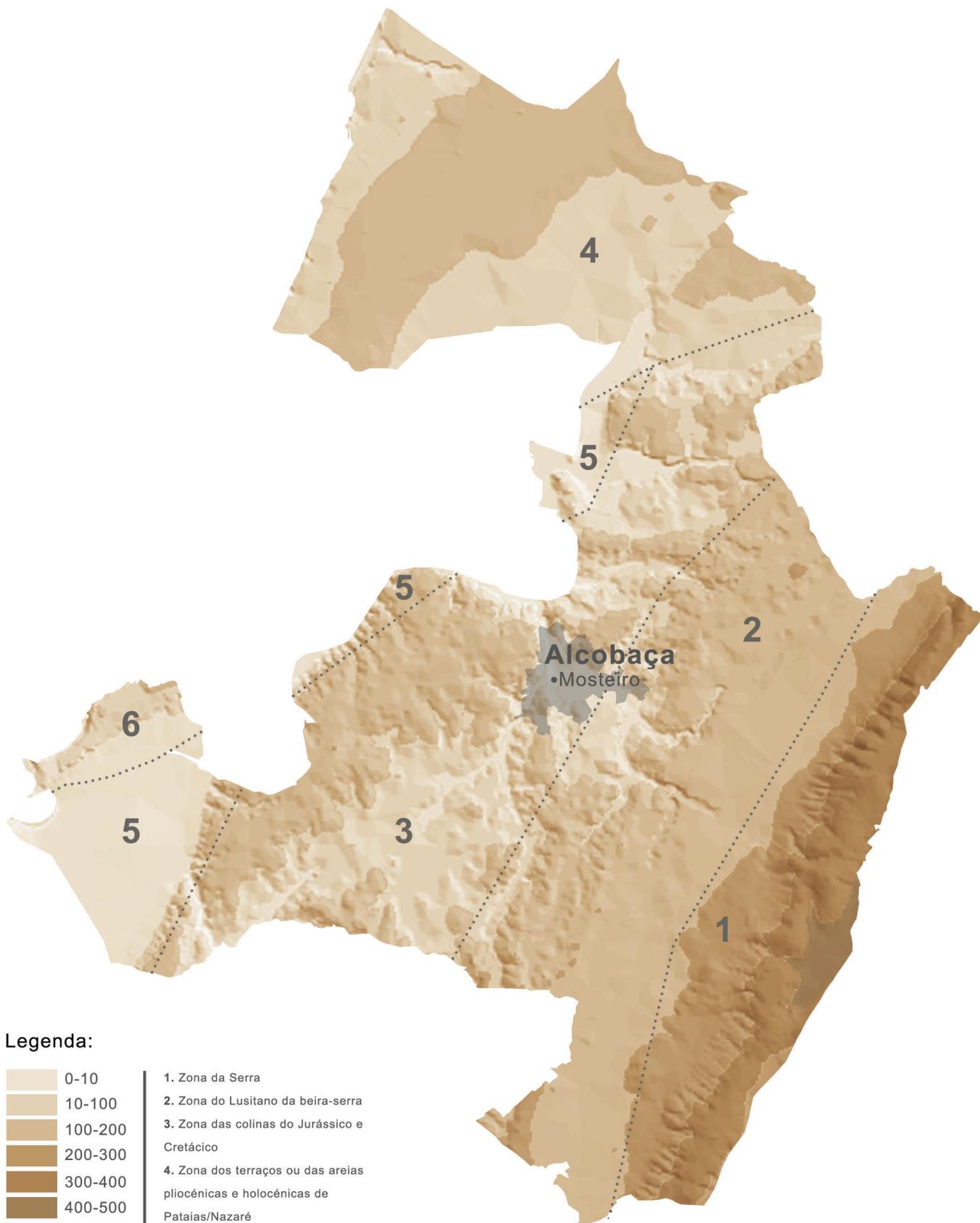
SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [em linha]. Forte de Sacavém, Lisboa. [s.d.]. Disponível em: <http://www.monumentos.pt>.

Universidade de Évora - Repositório da Universidade de Évora. 2008. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/>

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. World Heritage Center [em linha].1992-2015. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/505>.

VIBEIRAS: Sociedade Comercial de Plantas, S.A. – Vibeiras, Arquitetura Paisagista [em linha]. Torres Novas, 2015. Disponível em: <http://www.vibeiras.pt>.

ANEXOS



Legenda:

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> 0-10 10-100 100-200 200-300 300-400 400-500 | <ul style="list-style-type: none"> 1. Zona da Serra 2. Zona do Lusitano da beira-serra 3. Zona das colinas do Jurássico e Cretácico 4. Zona dos terraços ou das areias pliocénicas e holocénicas de Pataias/Nazaré 5. Zona do Vale Tifónico 6. Zona serrana do litoral |
|--|--|

Adaptado de MADURO António Eduardo Veyrier Valério – *Cister em Alcobaça. Território, Economia e Sociedade (séculos XVIII-XX)*. Porto: Edições ISMAI, 2011. ISBN: 978-972-9048-53-1. [S/vol.]. Base do mapa: MDT (Modelo Digital do Terreno, espaçamento de 50m, produzido a partir da informação da série cartográfica M7810; ©IGEO).

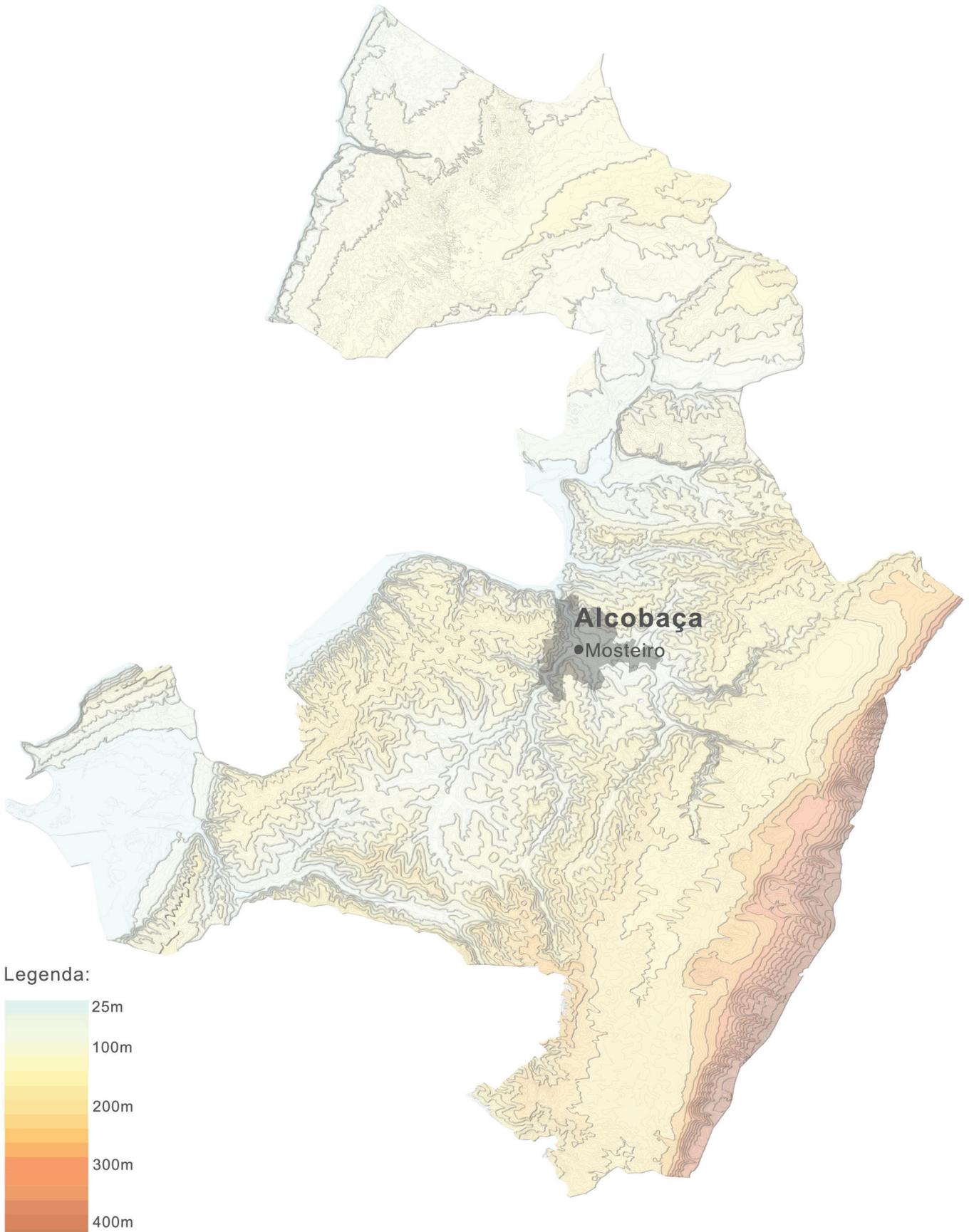
Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista		
Geomorfologia do concelho de Alcobaça		
Autora: Mariana Martins Tomé		Anexo I 05
Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge		
Lisboa, 2016	Escala: 1/100.000	



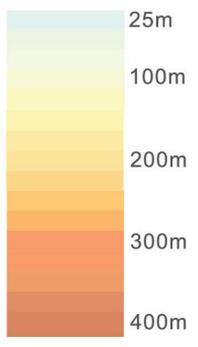
Legenda:

- Rios principais (Alcoa e Baça)
- Rios secundários e Afluentes

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista		
Hidrografia do concelho de Alcobaça		
Autora: Mariana Martins Tomé		Anexo II 06
Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge		
Lisboa, 2016	Escala: 1/100.000	



Legenda:



Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista



Hipsometria do concelho de Alcobaça

Autora: Mariana Martins Tomé

Anexo III

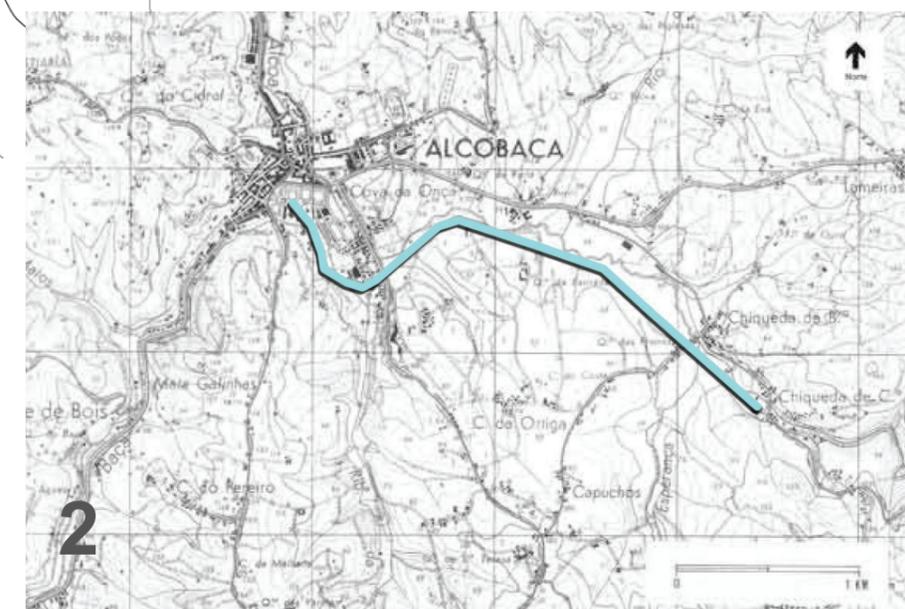
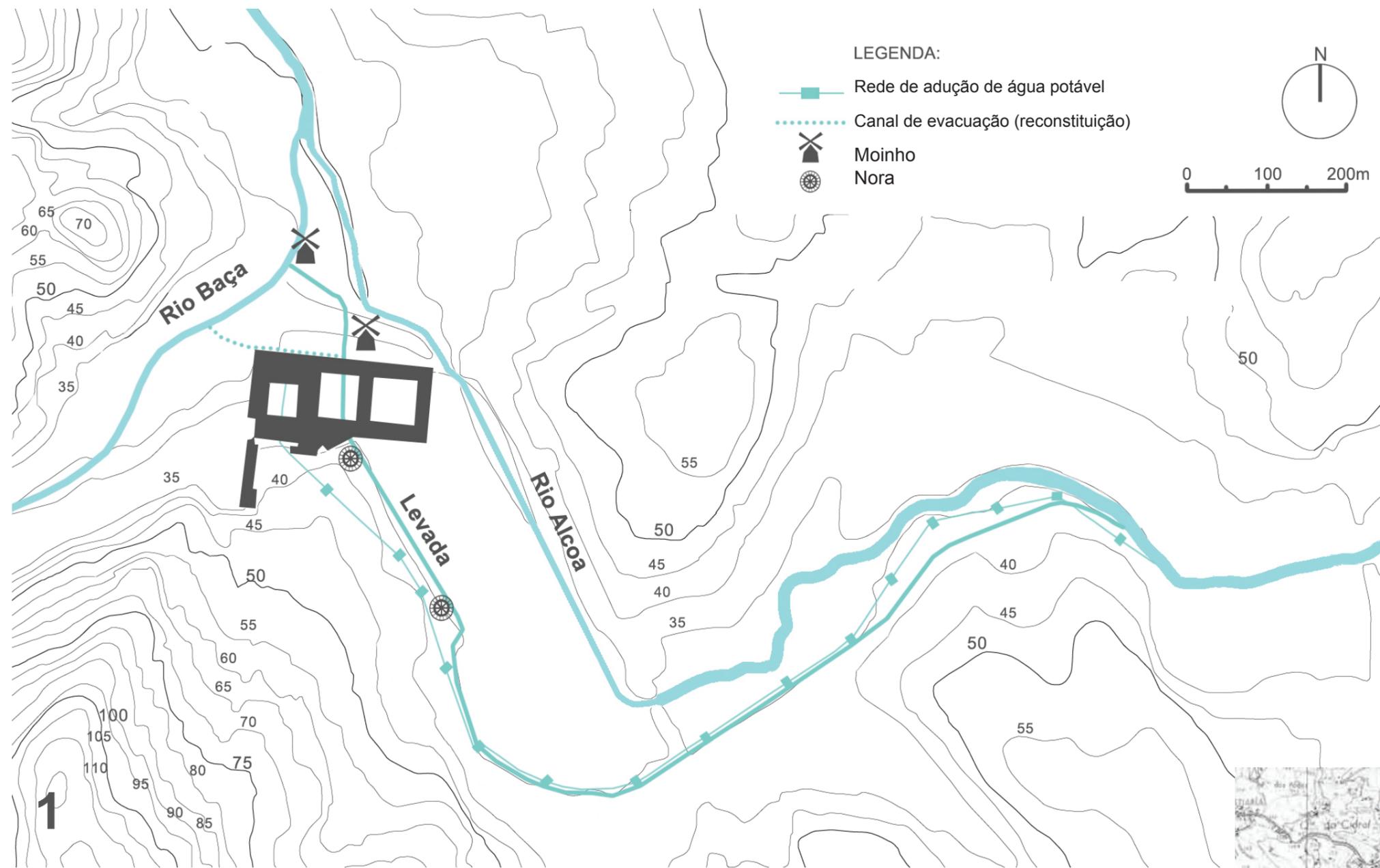
Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

07

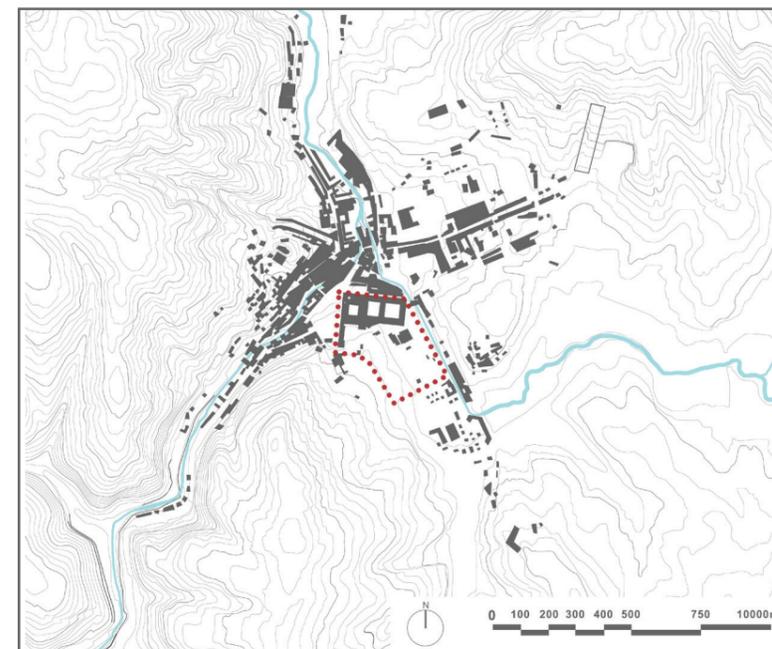
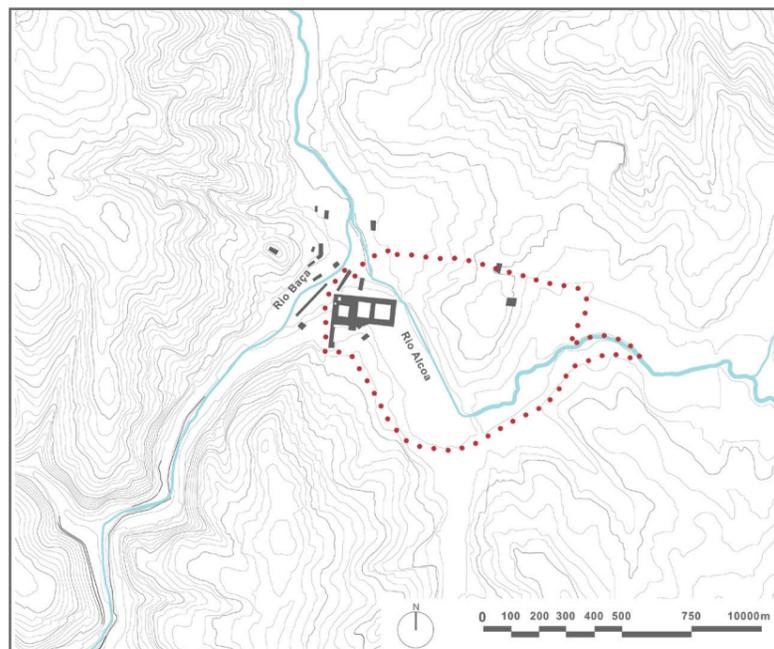
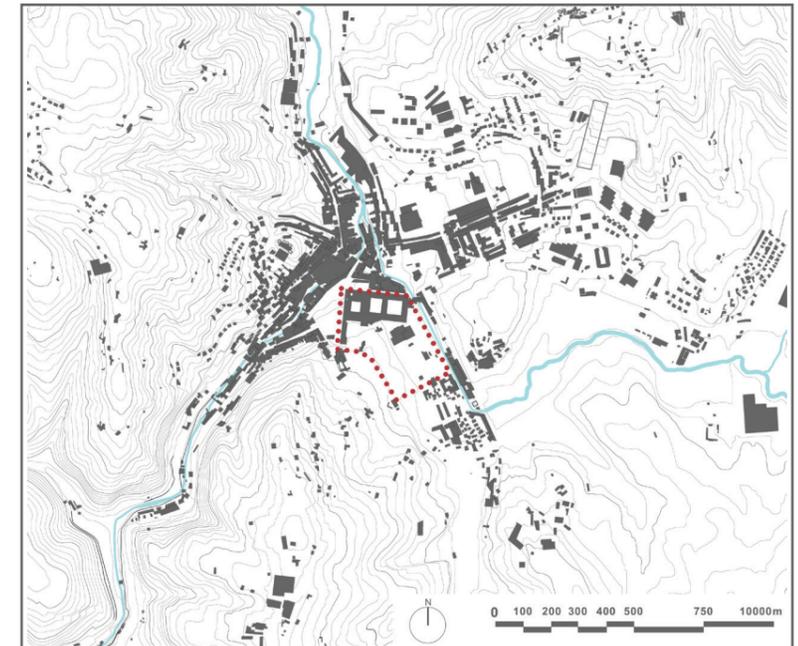
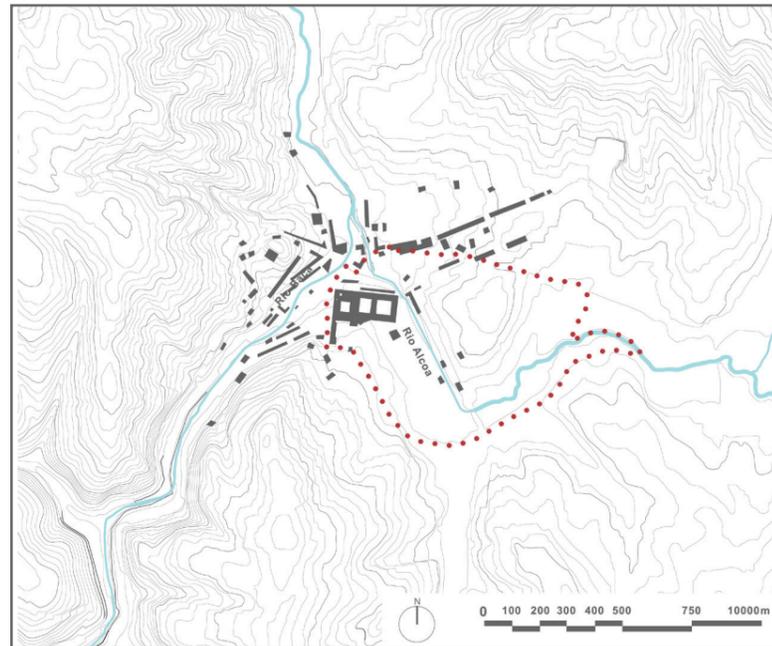
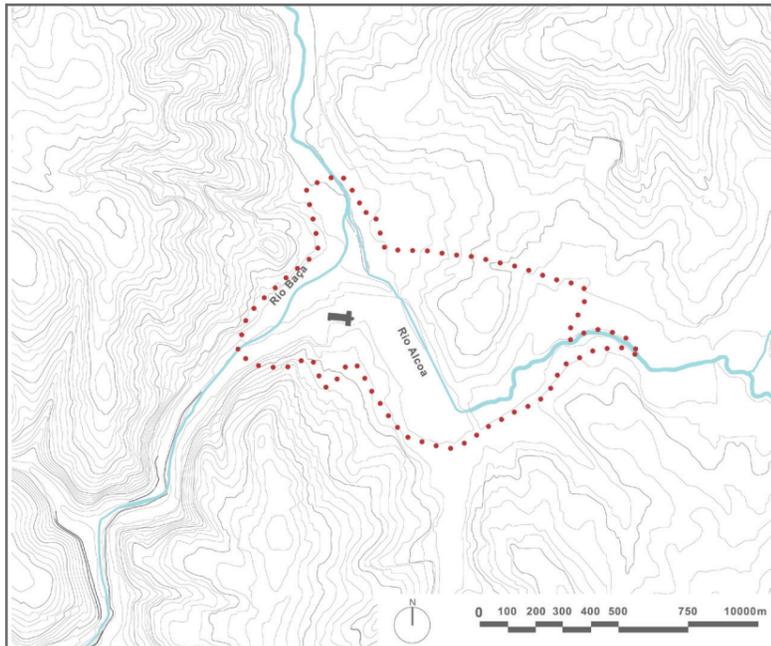
Lisboa, 2016

Escala: 1/100.000





Extraído e adaptado de JORGE, Virgolino Ferreira – Separata de “Os Cistercienses e a Água”. In Revista Portuguesa de História, Tomo XLIII. Coimbra, 2012, *ob.cit.*, p. 34 (1) e 19 (2).



1222

ÁREA DA CERCA (APROX.): 50 HA

1833

ÁREA DA CERCA (APROX.): 45 HA

1941

ÁREA DA CERCA (APROX.): 45 HA

1979

ÁREA DA CERCA (APROX.): 5 HA

2004

ÁREA DA CERCA (APROX.): 5 HA

••••• Linha representativa do limite da cerca

Extraído e adaptado de desenhos e plantas de TAINHA Manuel M., MOREIRA C.A. Gil, GOUVEIA Adelino – Plano Geral de Urbanização da vila de Alcobaça: objetivos e propostas. Alcobaça: Câmara Municipal, 1979. Vol. I, II, III e IV, e de imagens cedidas pelo Engenheiro José Pedro Tavares.

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
 Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista

Desenvolvimento urbano de Alcobaça e evolução da cerca desde Idade Média à atualidade e sua influência no Mosteiro de Alcobaça

Autora: Mariana Martins Tomé

Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

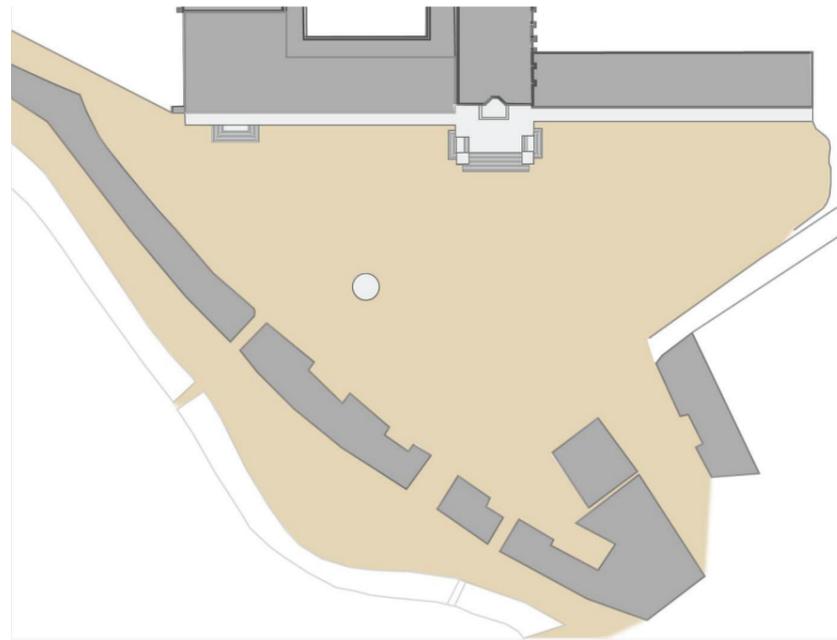
Lisboa, 2016

Anexo V

09

Escala: 1/10000





ATÉ C.1830



1830 - 1833



1930 - 1958



1958 - 1979

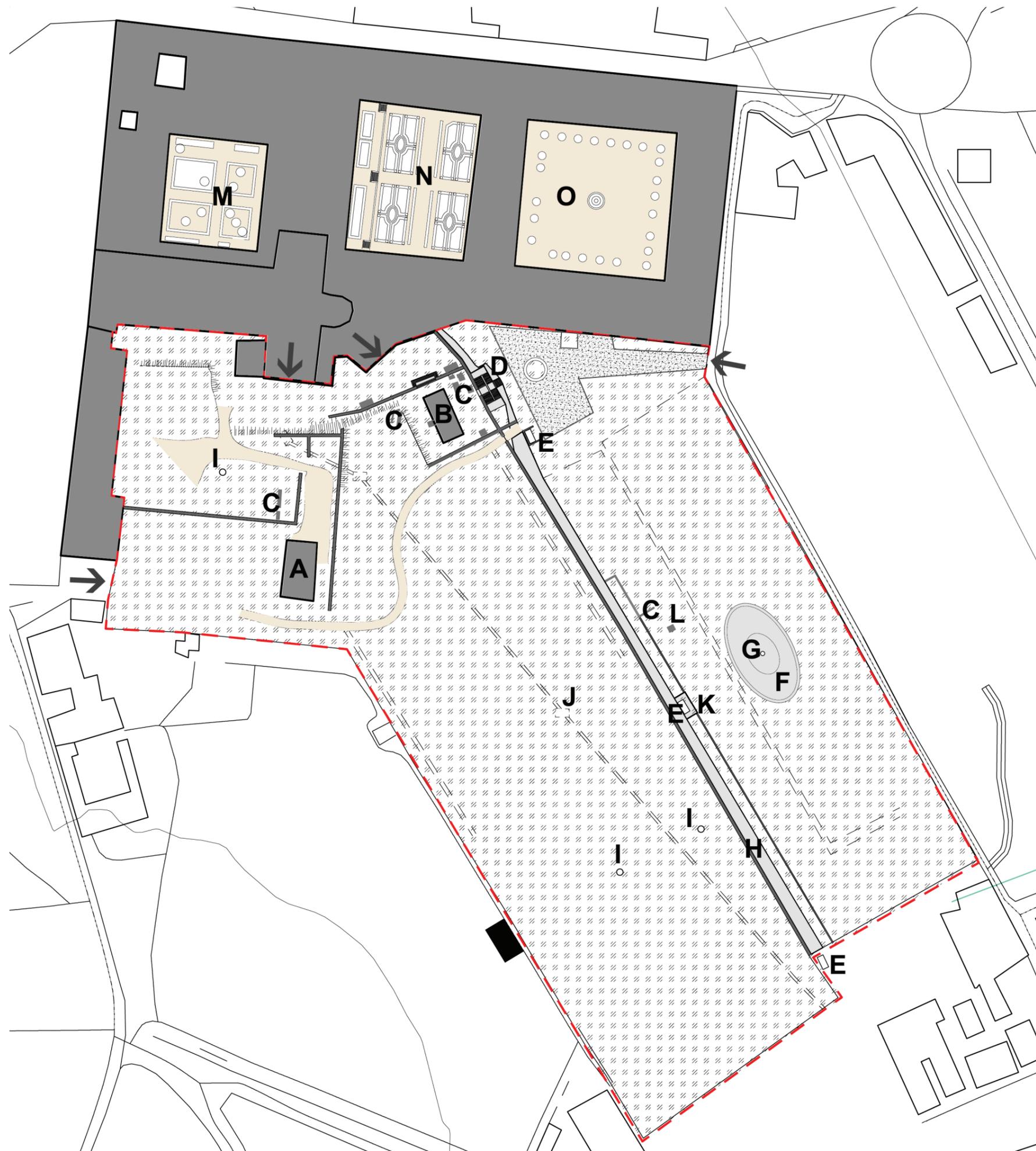


2002 - 2016



Extraído e adaptado de desenhos e plantas de TAINHA Manuel M., MOREIRA C.A. Gil, GOUVEIA Adelino – *Plano Geral de Urbanização da vila de Alcobaça: objetivos e propostas*. Alcobaça: Câmara Municipal, 1979. Vol. I, II, III e IV, e BYRNE Gonçalo – *Requalificação da zona envolvente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*. Alcobaça: Câmara Municipal, 2002.

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista		
Evolução do desenho do Rossio em frente ao Mosteiro de Alcobaça de 1834 a 2016		
Autora: Mariana Martins Tomé		Anexo VI
Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge		
Lisboa, 2016	Escala: 1/2500	



Legenda

- - - Limite da Área de Intervenção
- ➔ Entradas na cerca

Pavimentos existentes

- Prado de sequeiro
- Asfalto
- Pedra calcária (em elementos construídos)
- Terra batida

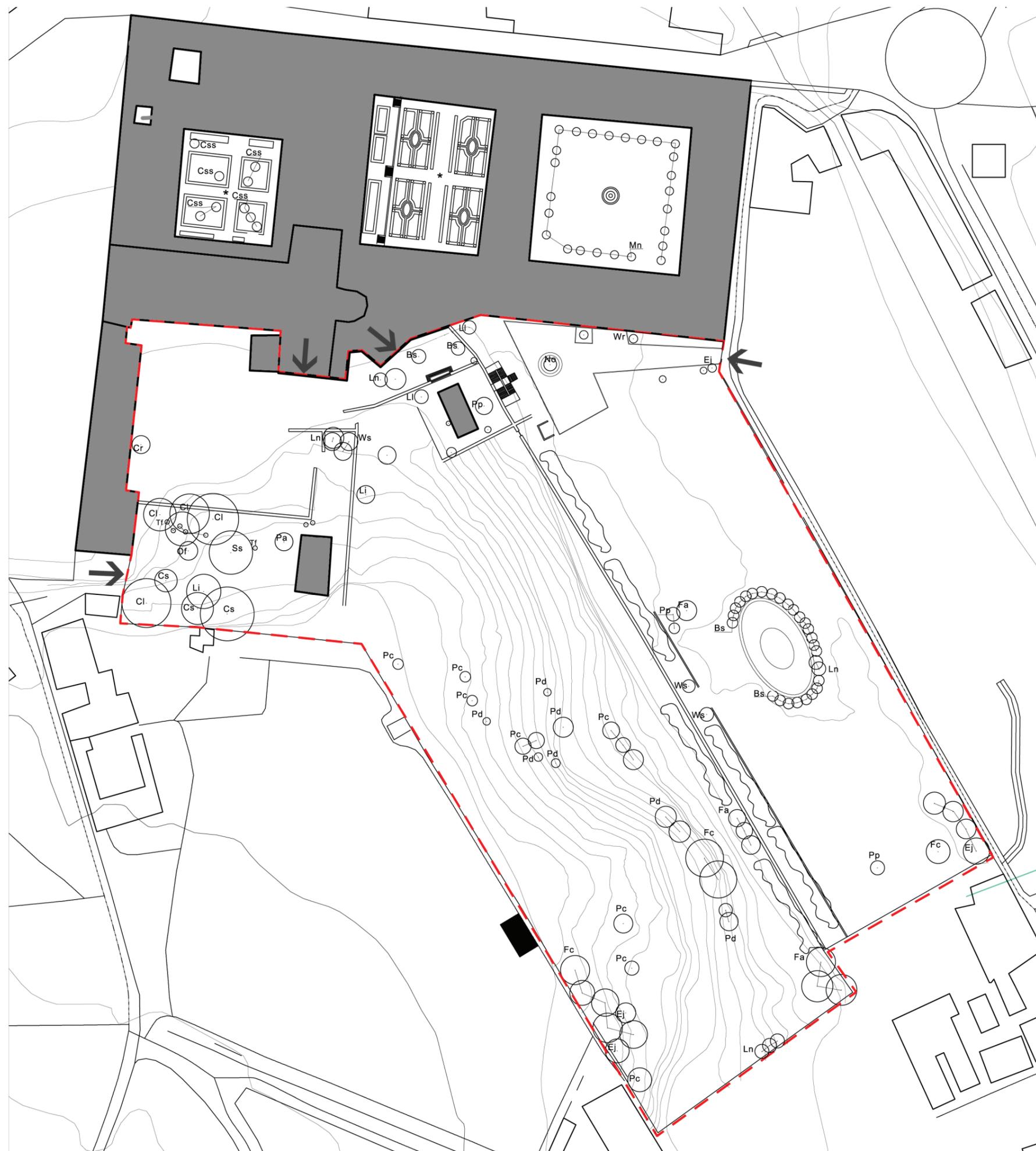
Edifícios e Elementos construídos existentes

- A.** Antigo celeiro / Sala Polivalente
 - B.** Capela de Nossa Senhora do Desterro
 - C.** Ruínas (que inclui campas e elementos do cemitério, partes de paredes do antigo asilo e pequenos muretes)
 - D.** Escadaria barroca
 - E.** Fontes barrocas
 - F.** Tanque do Obelisco
 - G.** Obelisco
 - H.** Levada
 - I.** Poços
 - J.** Galeria subterrânea
 - K.** Caramachão
 - L.** Furo
 - Galeria subterrânea
 - Muros e muretes de pedra calcária
 - Caminhos antigos
 - Edifícios (Mosteiro de Alcobaça, Capela de Nossa Senhora do Desterro e antigo celeiro)
- Jardins dos Claustros**
- M.** Claustro de D. Dinis
 - N.** Claustro do Cardeal ou dos Noviços
 - O.** Claustro da Biblioteca ou do Rachadoro

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
 Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista



Levantamento dos elementos construídos e pavimentos existentes



Legenda

- - - Limite da área de intervenção
- Entradas na cerca
- Edifícios (Mosteiro de Alcobaça, Capela de Nossa Senhora do Desterro e antigo celeiro)

Vegetação existente

- Porte arbóreo**
- 4 CI - *Cedrus libani* A. Richard in Bory | Cedro do Líbano |
 - 1 Cr - *Citrus reticulata* | Tangerineira |
 - 9 Cs - *Citrus sinensis* (L.) Osbeck | Laranjeira-doce |
 - 3 Cc - *Cupressus sempervirens* L. | Cipreste |
 - 7 Ej - *Eriobotrya japonica* (thumb) Lindley | Nespereira |
 - 8 Fc - *Ficus carica* L. | Figueira |
 - 6 Fa - *Fraxinus angustifolia* Vahl. | Freixo |
 - 2 Li - *Lagerstroemia indica* L. | Flor-de-merenda, árvore de Júpiter |
 - 2 Ll - *Ligustrum lucidum* Aiton fil. in Aiton | Ligustro Alfazeirão do Japão |
 - 5 Ln - *Laurus nobilis* L. | Loureiro |
 - 25 Ma - *Morus alba* L. | Amoreira branca |
 - 1 Of - *Ocotea foetens* (Aiton) Bentham & J. D. Hooker | Ocotea |
 - 1 Pa - *Podocarpus andinus* Endlicher | Pinheiro-bravo |
 - 9 Pd - *Prunus domestica* L. | Ameixeira |
 - 5 Pp - *Prunus persica* (L.) Batsch | Pessegueiro |
 - 11 Pc - *Pyrus communis* L. | Pereira |
 - 1 Ss - *Sequoia sempervirens* Endl. | Sequoia sempre verde |
- Porte arbustivo**
- 28 Bs - *Buxus sempervirens* L. | Buxo |
 - 1 No - *Nerium oleander* L. | Loendro ou Cevadilha |
- Palmeiras**
- 6 Tf - *Trachycarpus fortunei* Wendland | Palmeira |
 - 1 Wr - *Washingtonia robusta* H. Wendl | Palmeira |
- Trepadeiras**
- 1 Ws - *Wisteria sinensis* (Sims) A. P. de Cand | Glicínia |

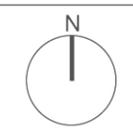
Conjunto de plantas que preenchem a levada (*Hedera helix*, *Arundo donax* L., etc)

*No Claustro de D.Dinis e no Claustro do Cardeal ou Noviços, existem sebes de *Buxus sempervirens* L.

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista

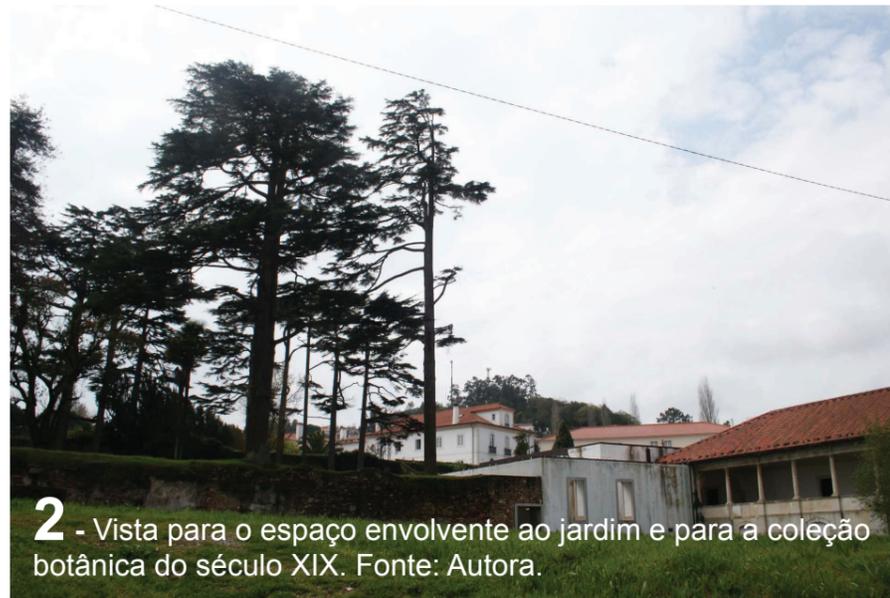


Levantamento botânico existente	
Autora: Mariana Martins Tomé	Anexo VIII
Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge	12
Lisboa, 2016	Escala: 1/1500





1 - Vista para o Jardim das Murtas e entrada atual para a cerca.
Fonte: Autora.



2 - Vista para o espaço envolvente ao jardim e para a coleção botânica do século XIX. Fonte: Autora.



3 - Vista para o Antigo celeiro e para a coleção botânica.
Fonte: Autora.



4 - Vista para os Antigos Terrenos da Fundação Maria e Oliveira.
Fonte: Autora.



5 - Vista para a cidade e para a Serra de Candeeiros. Fonte: Autora.



Legenda

- - - Limite da área de intervenção
- Entradas na cerca
- Edifícios (Mosteiro de Alcobaça, Capela de Nossa Senhora do Desterro e antigo celeiro)

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista



6 - Vista para o Jardim do Obelisco e antiga biblioteca. Fonte: Autora.



7 - Vista para o Jardim do Obelisco a partir da escadaria barroca e da Capela de Nossa Senhora do Desterro. Fonte: Autora



8 - Vista para o Obelisco. Fonte: Autora.



9 - Vista a partir do lago do Obelisco para a Biblioteca. Fonte: Autora.



10 - Vista atual para o Claustro D. Dinis. Fonte: Autora.



7 - Vista para o Claustro do Cardeal ou dos Noviços. Fonte: Autora.



Legenda

- Limite da área de intervenção
- Entradas na cerca
- Edifícios (Mosteiro de Alcobaça, Capela de Nossa Senhora do Desterro e antigo celeiro)

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista



Plano de Vistas		 Anexo X 13b
Autora: Mariana Martins Tomé	Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge	
Lisboa, 2016	Escala: 1/1500	

Legenda

--- Limite da cerca atual / Área de Intervenção

➔ Entradas atuais para a cerca

■ Edifícios (Mosteiro de Alcobaça, Capela de Nossa Senhora do Desterro e antigo celeiro)

Vegetação arbórea proposta

A.u. <i>Arbutus unedo</i> L. [medronheiro]	13
C.s. <i>Castanea sativa</i> Mill [castanheiro]	5
C.l. <i>Citrus limon</i> (L.) Burm. f. [limoeiro]	98
C.si. <i>Citrus sinensis</i> (L.) Osbeck [laranjeira]	104
C.ss. <i>Cupressus sempervirens</i> L. var. <i>sempervirens</i> [cedro]	65
F.c. <i>Ficus carica</i> L. [figueira]	5
F.a. <i>Fraxinus angustifolia</i> Vahl. [freixo]	49
L.n. <i>Laurus nobilis</i> L. [loureiro]	21
M.d. <i>Malus domestica</i> Borkh [macieira]	214
M.g. <i>Mespilus germanica</i> L.	8
O.es. <i>Olea europaea</i> L. var. <i>sylvestris</i> [zambujeiro]	8
O.e. <i>Olea europaea</i> L. var. <i>europaea</i> [oliveira]	8
P.n. <i>Populus nigra</i> L. [choupo]	11
P.a. <i>Prunus avium</i> L. [cerejeira-brava]	11
P.ce. <i>Prunus cerasus</i> L. [ginja, cereja ácida]	18
P.d. <i>Prunus domestica</i> L. [ameixeira]	9
P.p. <i>Prunus persica</i> (L.) Batsch var. <i>persica</i> [pessegueiro]	145
P.g. <i>Punica granatum</i> L. [romanzeira]	16
P.c. <i>Pyrus communis</i> L. [pereira]	98

Vegetação arbustiva proposta:

C.m. <i>Crataegus monogyna</i> Jacq. [pilriteiro]	22
E.c. <i>Erica cinerea</i> L. [urze-roxa]	20
M.c. <i>Myrtus communis</i> L. [murta]	47
S.p. <i>Salix purpurea</i> [salgueiro-de-casca-roxa]	249
V.v. <i>Vitis vinifera</i> L. [videira]	1187

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista



Plano de Plantação de Árvores e Arbustos

Autora: Mariana Martins Tomé

Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

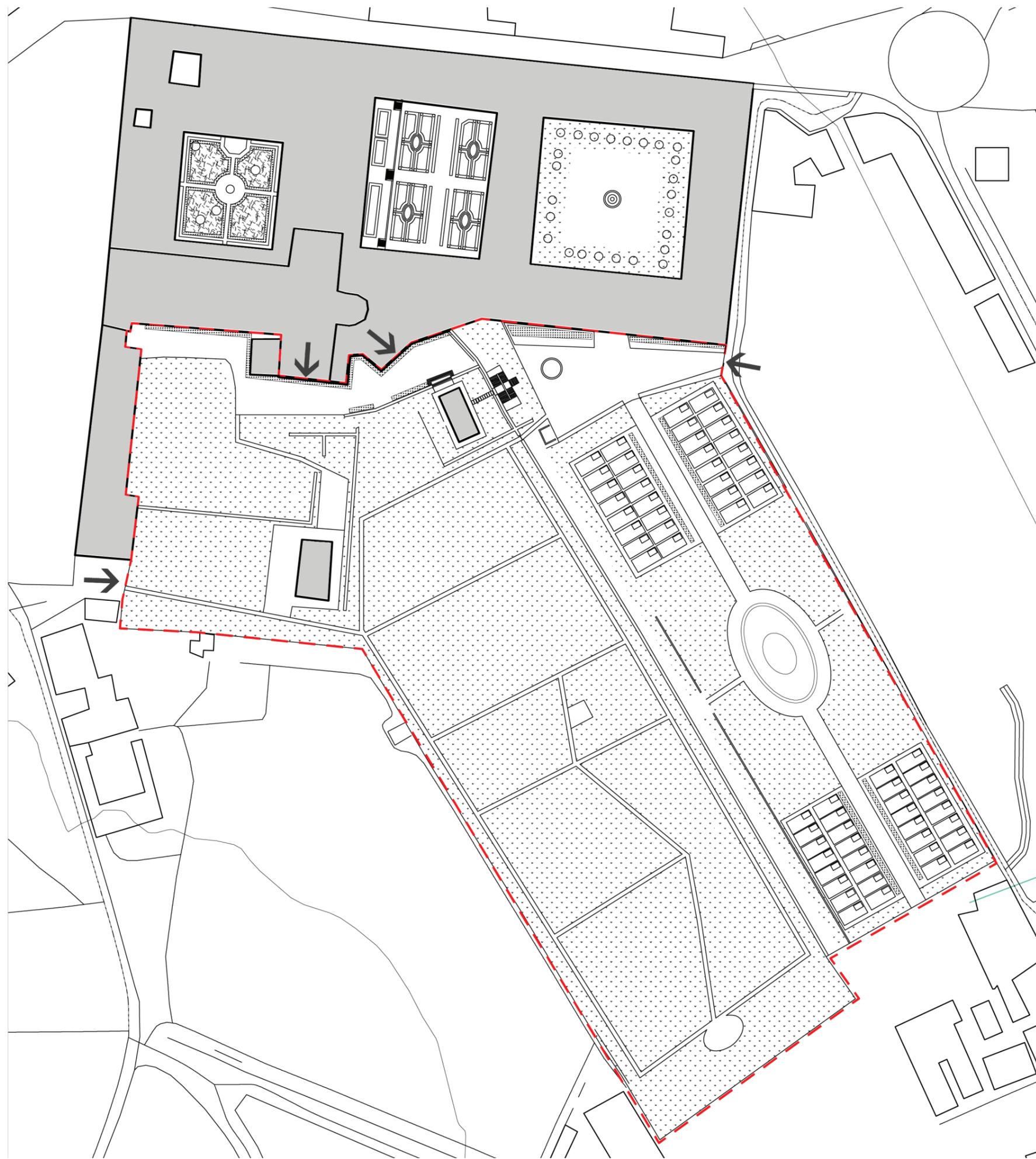
Lisboa, 2016

Anexo XI

14

Escala: 1/1500





Legenda

- - - Limite da cerca atual / Área de Intervenção
- ➔ Entradas atuais para a cerca
- Edifícios (Mosteiro de Alcobaça, Capela de Nossa Senhora do Desterro e antigo celeiro)

Canteiros de herbáceas ervas aromáticas e plantas medicinais
Área = 869 m²

- Bellis perenis* L. |bonina, margarida|
- Chrysanthemum coronarium* L. |malmequer|
- Lilium* sp. L. |lírio|
- Matricaria recutita* L. |camomila|
- Mentha* sp. L. |hortelã|
- Petroselinum crispum* (Mill.) Nyman ex A. W. Hill |salsa|

Prado de sequeiro | Área = 40668 m²

- Mistura (13g/m²)**
- Trifolium repens* (3g/m²)
 - Lolium perene* (10g/m²)

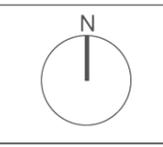
Prado florido | Área = 642 m²

- Mistura (14g/m²)**
- Ajuga reptans* (4g/m²)
 - Chamaemelum mixtum* (3g/m²)
 - Bellis perenis* (3g/m²)
 - Trifolium repens* (4g/m²)

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista



Plano de Plantação e Sementeira de Herbáceas





A - Fotografia original | Junto à Capela da Nossa Senhora do Desterro.



A - Simulação | Junto à Capela da Nossa Senhora do Desterro.



B - Fotografia original | Jardim das Murtas e Capela da Nossa Senhora do Desterro.



B - Simulação | Jardim das Murtas e Capela da Nossa Senhora do Desterro.

Estudo da presença de Ordem de Cister em Portugal e a sua relevância para a Arquitetura Paisagista. Caso de estudo: Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça
Dissertação de Mestrado realizada no âmbito do curso de Arquitetura Paisagista



Perspetivas | Simulações

Autora: Mariana Martins Tomé

Orientadores: Prof.ª Doutora Sónia Talhê Azambuja e Prof. Doutor Virgolino Ferreira Jorge

Lisboa, 2016

Sem escala

Anexo XIII
16a





C - Fotografia original | Caminhos com latadas de vinha junto aos muros com vista para a Serra.



C - Simulação | Caminhos com latadas de vinha junto aos muros com vista para a Serra.



D - Fotografia original | Espaço junto ao Obelisco



D - Simulação | Espaço junto ao Obelisco



E - Simulação | Pomar



E - Simulação | Pomar



ANEXO XV - CLAUSTROS: ANTES E DEPOIS

Claustro de D.Dinis ou do Silêncio



O lavadouro - Claustro D.Dinis (antes e depois da intervenção).

(1) Fonte: DGPC – Direção Geral do Património Cultural [em linha]. Lisboa. [s. d.]. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt>

(2) Fonte: Autora (2015)

Claustro do Cardeal ou dos Noviços



O Claustro do Cardeal. Fot.Horacio Novai. Século XX. Fonte: COCHERIL Maur - Alcobça.abadia cisterciense.



Claustro do Cardeal ou dos Noviços, vista da varanda da parte medieval.

Fonte: Autora.

Claustro da Biblioteca ou do Rachadouro



Claustro da Biblioteca ou do Rachadouro. Fotografia de Domingos de E. Alvão Porto. Anos 30.Fonte: E. KORRODI



Claustro da Biblioteca ou do Rachadouro. Fotografia do arquiteto J. P. Falcão de Campos. Início do séc.XXI.

ANEXO XVI - CERCA DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA: JARDIM DO OBELISCO, JARDIM DAS MURTAS E BIBLIOTECA

Jardim do Obelisco e Biblioteca



O Obelisco. (1) Fonte: RODRIGUES Jorge_Mosteiro de Alcobça. Fotografia de Mariano Piçarra. (2) Fonte: Autora.



Fachada da Biblioteca. Limite norte do Jardim do Obelisco. Início do século XX (Fig.); Fonte: COCHERIL M. - Alcobça. Abadia Cisterciense.



Fachada da Biblioteca. Limite norte do Jardim do Obelisco. Ano 2015 (Fig.); Fonte: Autora.

Jardim das Murtas - Capela da Nossa Senhora do Desterro



Capela no Jardim das Murtas com Jardim do Obelisco. Fotografia de Rochelini. 1856-88.



Capela no Jardim das Murtas com armazéns do lado esquerdo. 1940. Fonte: E. KORRODI

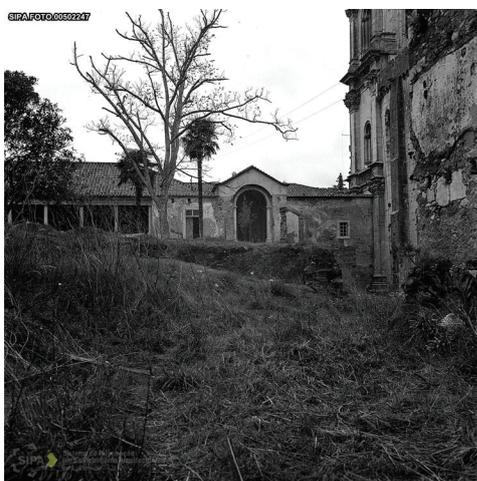


Capela no Jardim das Murtas. 2016. Fonte: Autora.

ANEXO XVII - CERCA DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA: ANTIGOS TERRENOS DA FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA



Fachada Sul do Mosteiro de Alcobaça. (1) SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [em linha]. Forte de Sacavém, Lisboa. [s.d.]. Disponível em: <http://www.monumentos.pt>. (2) Fotografia de 2016. Fonte: Autora.



Fachada Sul do Mosteiro de Alcobaça. (1) e (2) SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [em linha]. Forte de Sacavém, Lisboa. [s.d.]. Disponível em: <http://www.monumentos.pt>. (3) Fotografia de 2016. Fonte: Autora.



Antigos terrenos da Fundação Maria de Oliveira. 2016. Fonte: Autora.

ANEXO XVIII - ELEMENTOS CONSTRUÍDOS NA CERCA DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA: FONTES BARROCAS, A LEVADA, O CARAMACHÃO E A ESCADA BARROCA



A Levada. 2016. Fonte: Autora.



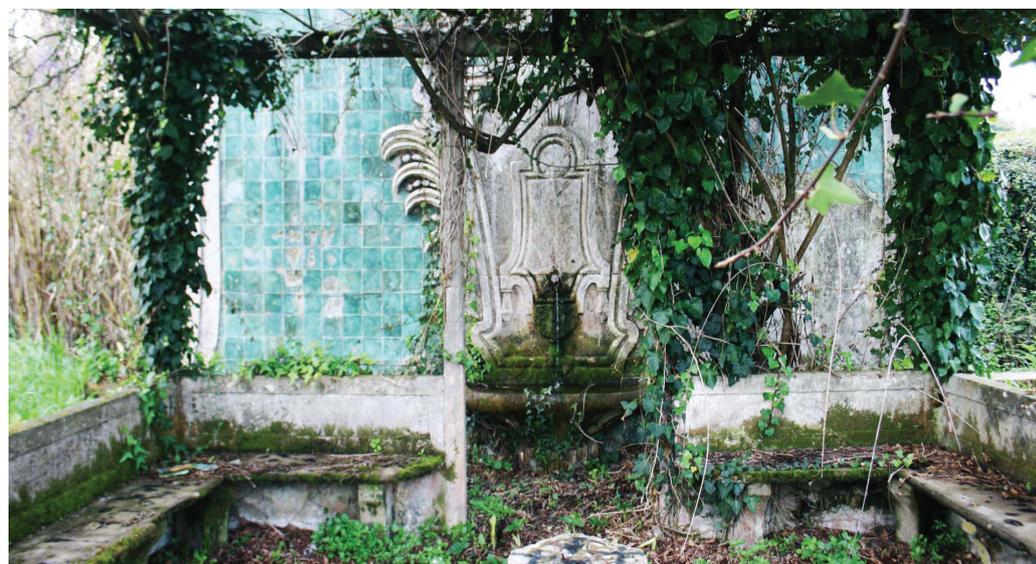
A escadaria barroca (ao fundo, Capela da Nossa Senhora do Desterro). 2016. Fonte: Autora.



A fonte barroca mais perto do Mosteiro. 2016. Fonte: Autora.

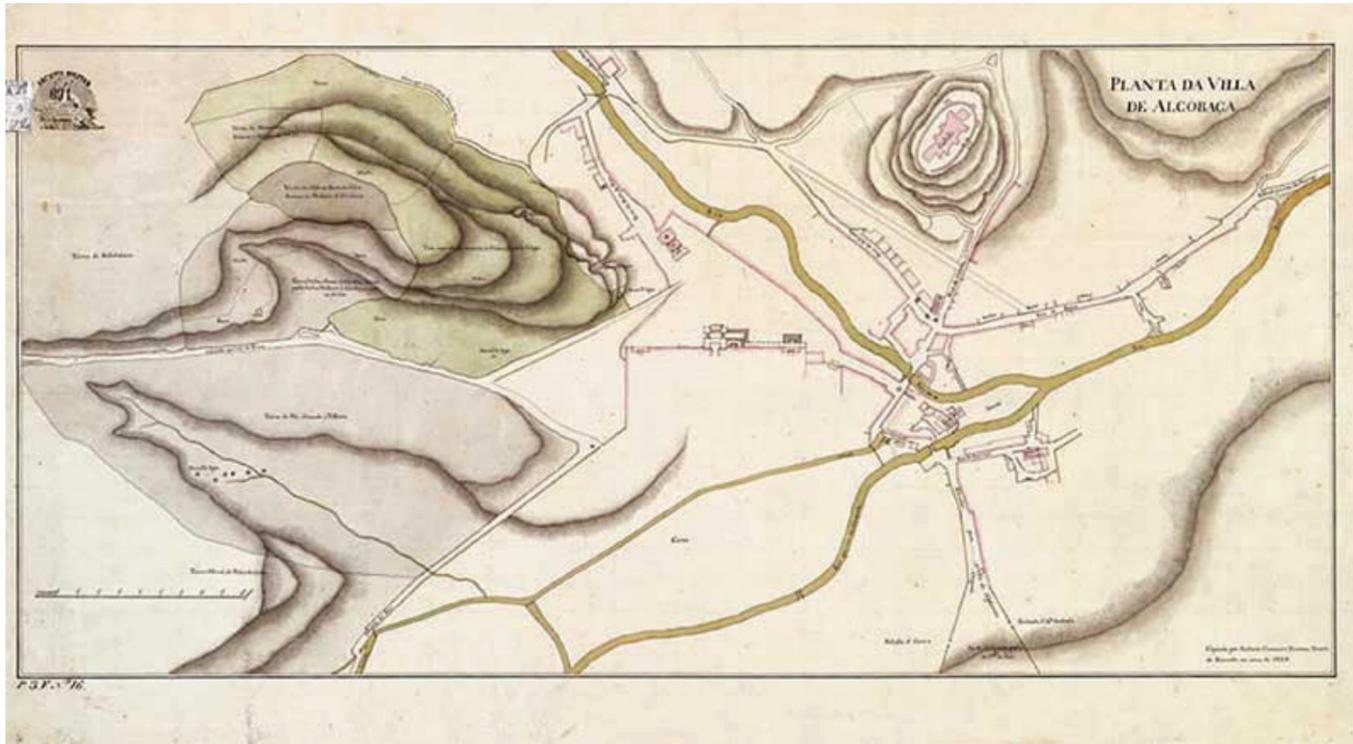


A fonte barroca que está exterior aos limites da cerca. 2016. Fonte: Autora.



A fonte barroca ao centro do Jardim do Obelisco. 2016. Fonte: Autora.

ANEXO XIX - PLANTAS ANTIGAS E FOTOGRAFIA AÉREA DA VILA/CIDADE DE ALCOBAÇA



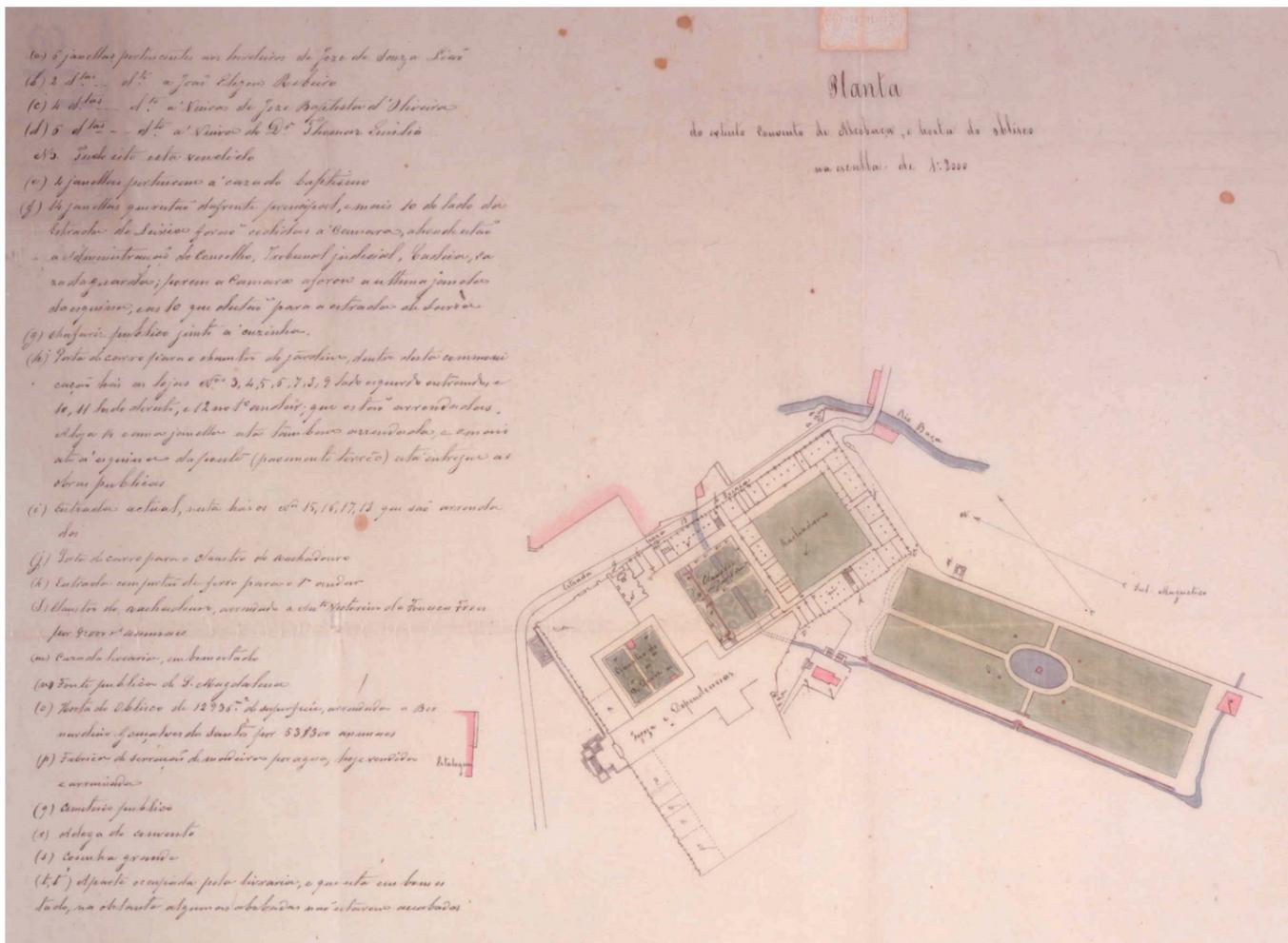
Planta de Alcobaca. Tenente-coronel Guilherme Elsdén e Capitão Isidoro Paulo Pereira. 1775. Escala: 1:1900. Editora: ©IGEO (Fonte: IGEO)



Fotografia aérea da cidade de Alcobaca. Foto nº3433. Voo de 1958. Escala: 1/22000. Editora: ©IGEO. Fonte: IGEO.



Planta da cidade de Alcobaca. 1950 – 1973. Sem escala. (Fonte: Arquivo da Biblioteca de Alcobaca)



Planta do extinto Convento de Alcobaca e horta do obelisco. COSTA, Marcos Caetano da Cruz e. Escala: 1:2000. [S. l.]: [s. n.], 1868. Em papel tela. (Fonte: Biblioteca do Exército)



Planta da cidade de Alcobaca. 1940-1950. Sem escala. (Fonte: Arquivo da Biblioteca de Alcobaca)



Planta da cidade de Alcobaca. 1998. Sem escala. (Fonte: Arquivo da Biblioteca de Alcobaca)

ANEXO XX - ICONOGRAFIA ANTIGA: ROSSIO

1930 - 1950



Fachada da igreja. Fotografia de Domingos de E. Alvão Porto. Anos 30. Fonte: E. KORRODI

2015-2016



Fonte: Autora

1950 - 1980



Fachada da igreja. Fotografia de Horácio Novais. Fonte: COCHERIL M. - Alcobça. Abadia Cisterciense.

2015-2016



Fonte: Autora

1980 - 2002



Fotografia aerea de 1980. Fonte: SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [em linha]. Forte de Sacavém, Lisboa. [s.d.].

2006-2016



Fotografia aerea de 2006. Fonte: Fotografia cedida pelo Engenheiro J. Pedro Tavares.

ANEXO XXI - FOLHETO DE DIVULGAÇÃO

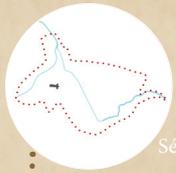
A CERCA E A SUA EVOLUÇÃO

Até 1834, a Ordem de Cister tinha uma cerca com dimensões maiores do que aquelas que conhecemos hoje. A razão para a diminuição da sua área resume-se à extinção das ordens religiosas a partir dessa data. Depois desse marco, foram várias as entidades que ocuparam este lugar, desfigurando e destruindo património que ainda hoje poderia ser visível.

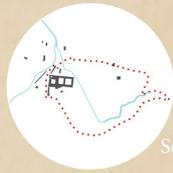
Nas imagens ao lado, é possível ver a sua evolução e denotar que a presença de linhas e elementos barrocos era muito forte no século XVIII. Alguns destes elementos ainda persistem, mas encontram-se em mau estado de conservação. Anteriormente, no século XII, os monges agrónomos apenas dispunham de campos agrícolas, pomares e bosquetes de

perder a vista, de tão vasta que era a área da murada cerca.

Agora renovada, este espaço está aberto ao público, pronto para ser explorado para quem visita o Mosteiro de Alcobaça.



Século XII



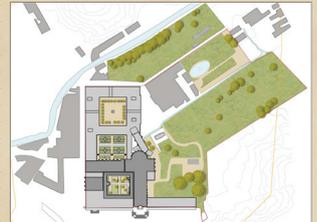
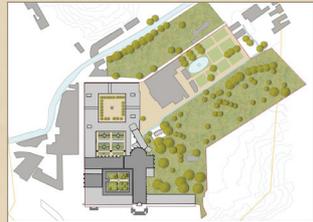
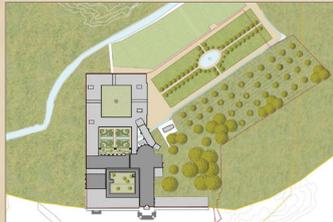
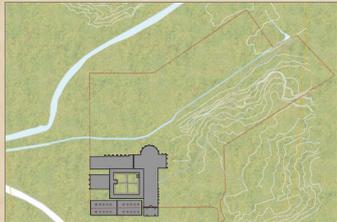
Século XVIII



Século XIX/XX



Século XX/XXI



AS ATIVIDADES E CULTURAS QUE SE DESENVOLVIAM NA CERCA

A cerca monástica era uma área murada, onde existiam várias árvores de fruto, alguns bosques e bosquetes, plantas leguminosas e medicinais. Era na cerca que se davam grandes passeios para desenvolver o pensamento, mas também era um local de cura e prazer para os doentes.

Dentro desta cerca, existiam as granjas, que surgem com o intuito de estimular o desenvolvimento agrícola. Estes locais serviam quase como que laboratórios, onde se experimentava, mas também se passavam conhecimentos. A granja foi como que a unidade de exploração e produção de base e por excelência,

das abadias cistercienses, independentemente da sua caracterização, que o mesmo quer dizer, quer fosse uma granja vinícola, de cereais ou de fabrico de ferro.

Como era organizado este espaço? Estas eram dotadas de todas as estruturas necessárias, não apenas para a recolha da produção das terras cultivadas, mas também de sistemas de transformação dessas colheitas: lagares de vinho e de azeite, moinhos, etc. Acresciam pomares, um jardim e um forno de pão. Como já foi referido, o tipo de culturas praticado nestas granjas e quintas era muito variado e rico, indo

das searas de trigo, à produção de vinho, azeite e cortiça, ao cultivo de pomares e hortas de leguminosas. Mas não se excluía a pastorícia.

Estas granjas albergavam cereais de vários tipos como a cevada, o centeio e a aveia, mas também outras culturas: cânhamo e plantas tintureiras. As vinhas também fazem parte do conjunto de culturas desenvolvidas, mas que se tornam muito famosas.

Por cá, essencialmente em Alcobaça, foram os pomares e a vinha que se tornaram célebres.

A criação de gado era também importante para os cistercienses, tal como a pesca.



Cereais



Pomares



Plantas
vegetais



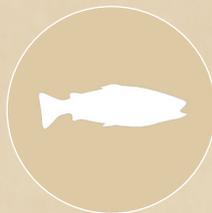
Vinhas



Plantas
medicinais



Gado



Pesca

A CERCA DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

ORA & LABORA



OS PRINCÍPIOS DE CISTER E A PAISAGEM

Era com base no cânone *Ora & Labora* que a Ordem de Cister se seguia, tanto na sua vida quotidiana como no ordenamento da paisagem. Eram subjacentes valores de obediência, trabalho manual e caridade.

Na escolha do território, os monges agrónomos tinham em consideração lugares que fizessem responder as suas necessidades, relativamente ao espaço e à funcionalidade, mas também à sensação de clausura (distanciamento de aglomerados urbanos) e autosuficiência.

O lugar teria de ter características específicas de geologia, hidrologia, e morfologia da paisagem. Normalmente, instalavam-se em vales florestados com solos de boa aptidão agrícola, em situação de aluvião: ótimas condições para o desenvolvimento da comunidade monástica.

A "aldeia" cisterciense é quase como uma grande escola onde há troca de conhecimentos, de auto-adoção e obediência, mas também existe recolhimento meditativo e oração assídua, habitada por monges de vestes brancas e pretas.

A organização destes espaços tem também em consideração as condições morfológicas do lugar e a dimensão da comunidade, definida por hierarquização.

Este conjunto monástico era delimitado por uma cerca que, tal como a Regra dita, tinha como função a clausura do mundo exterior, impedindo,

igualmente, a invasão de pessoas ou animais no espaço privado dos monges. Todos os edifícios do mosteiro, incluindo as granjas e jardins, deveriam, pois, estar delimitados por uma cerca, geralmente construída de tijolo ou pedra



PLANO DE PERCURSOS



- Legenda:**
- Limite da cerca / Área de intervenção
 - Pontos de interesse:
 - A - Tanque e Obelisco
 - B - Capela de Nossa Senhora do Desterro
 - C - Vista para a cidade
 - D - Vista para a Serra de Candeeiros
 - E - Vista para o Obelisco
 - F - Fontes Barrocas
 - G - Entrada para a levadinha
 - H - Levada
 - I - Sala Polivalente / Antigo Celeiro

- Vegetação:**
- Vegetação existente
 - Vegetação proposta:
 - Árvores
 - Arbustos
 - Pomares
 - Sebe
 - Herbáceas
 - Vinha (latada)
- Pavimentos e cobertura de solo:**
- Prado de sequeiro
 - Terra batida
 - Laje de calcário
 - Prado florido

- Percurso propostos**
- Percurso "Sistema hidráulico cisterciense" | 1576m (1.8km) | 50 min
 - Percurso "As culturas de Cister" | 1405m (1.4km) | 40 min
 - Percurso "Os claustros da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaca" | 555m (0.55km) | 12 min
- Saídas
- Entrada (começo dos percursos)

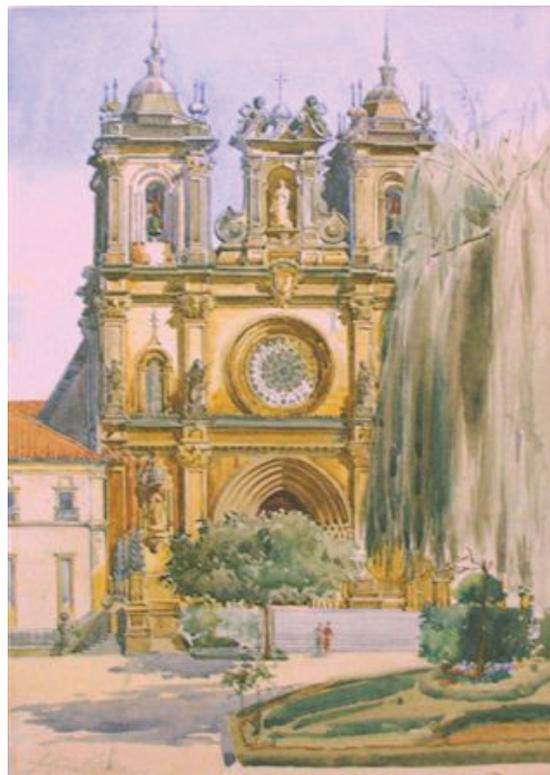
* Os tempos apresentados vão depender da velocidade de cada pessoa, mas também dos tempos de paragem durante os percursos.



ANEXO XXII - PINTURAS ALUSIVAS A ALCOBAÇA



Mosteiro de Alcobaça. Luís Varela Aldemira. Pintura a óleo em tela. 1939. Encontra-se no Museu José Malhoa. Fonte: www.matriznet.dgpc.pt



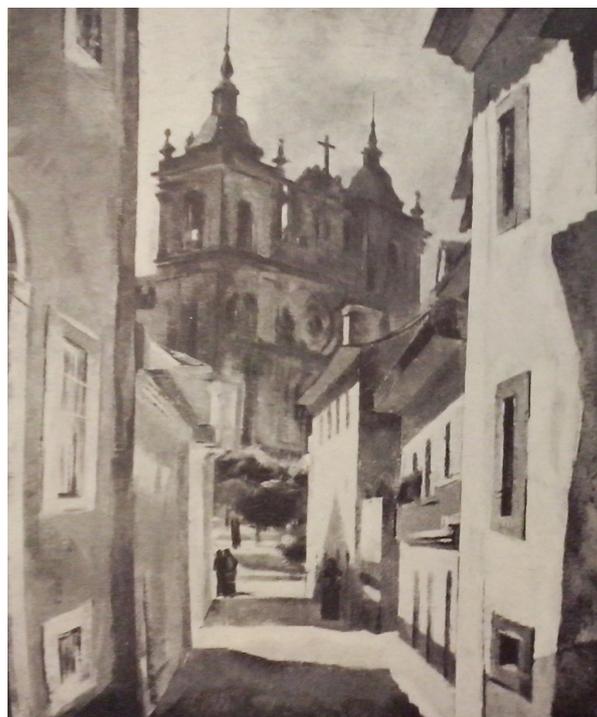
Mosteiro de Alcobaça. António Vitorino (1891-1972). Pintura a aguarela (em papel). Séc. XX. Encontra-se no Museu José Malhoa. Fonte: www.matriznet.dgpc.pt



Monastery of Alcobaça. James Holland. Aguarela. 1837. Trustees of the Victoria and Albert Museum. London.



O Mosteiro cisterciense: Alcobaça. James Holland. Aguarela. 1837. Fitzwilliam Museum. Cambridge. Fonte: <http://webapps.fitzmuseum.cam.ac.uk>



Rua da Cadeia com vista para o Mosteiro de Alcobaça. José Maria Amaro Júnior. Fonte: ALDEMIRA, Varela – Alcobaça Ilustrada: um estudo crítico, programa, relatório, catálogo e estampas. Lisboa: Sociedade Independente de Tipografia, 1940. [S/vol.].